

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Cícero Klein Souto

**AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA NO ENSINO SUPERIOR
(ABNT PR 2030): ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA COMUNIDADE
ACADÊMICA**

Santa Maria, RS
2024

Cícero Klein Souto

**AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA NO ENSINO SUPERIOR (ABNT PR
2030): ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA COMUNIDADE ACADÊMICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para a obtenção do título de **Mestre em Ciências Contábeis**, área de concentração Controladoria, Governança e Sustentabilidade, Linha de Pesquisa Governança e Sustentabilidade Organizacional.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Marcia Helena dos Santos Bento

Santa Maria, RS
2024

SOUTO, CÍCERO
AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA NO ENSINO SUPERIOR
(ABNT PR 2030): ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA COMUNIDADE
ACADÊMICA / CÍCERO SOUTO.- 2024.
106 p.; 30 cm

Orientadora: MARCIA HELENA DOS SANTOS BENTO
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Ciências Contábeis, RS, 2024

1. ABNT PR 2030 2. ESG 3. INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR DO RS I. DOS SANTOS BENTO, MARCIA HELENA II.
Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, CÍCERO SOUTO, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Cícero Klein Souto

**AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA NO ENSINO SUPERIOR (ABNT PR
2030): ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA COMUNIDADE ACADÊMICA**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito para a obtenção do título de **Mestre em Ciências Contábeis, área de concentração Controladoria, Governança e Sustentabilidade**, Linha de Pesquisa Governança e Sustentabilidade Organizacional).

Aprovada em 28 de maio de 2024:

Marcia Helena dos Santos Bento, Doutora (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Vinícius Costa da Silva Zonatto, Doutor (UFSM)
Membro Interno

Neusa Maria Goncalves Salla, Doutora (URI)
Membro Externo

Santa Maria, RS
2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a parceria, compreensão, amizade, cordialidade e gentileza de todos os professores do mestrado do PPGCC. Em especial, venho expressar minha gratidão eterna à professora Dra. Márcia Helena dos Santos Bento, muito parceira, compreensiva, pacienciosa, amiga, essa foi a minha querida orientadora. Eterna gratidão, sem ela nada seria possível.

Um agradecimento especial também à Coordenação do PPGCC, na pessoa do professor Dr. Vinícius Costa da Silva Zonatto, pela disponibilidade, paciência e parceria, sempre pronto a ajudar a todos nós alunos.

Agradeço também a todos os colegas, pela parceria e a amizade que se firmou nesses dois anos de convivência. Todos foram importantes nessa caminhada.

E um agradecimento também especial para minha esposa Magda Garcia Machado, pela parceria e compreensão neste período que não foi fácil, mas foi muito proveitoso e que valeu a pena. Estou muito feliz.

RESUMO

AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA NO ENSINO SUPERIOR (ABNT PR 2030): ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA COMUNIDADE ACADÊMICA

AUTOR: Cícero Klein Souto
ORIENTADORA: Márcia Helena dos Santos Bento

Este estudo tem o objetivo de analisar o nível de adesão às práticas ambientais, sociais e de governança (de acordo com a norma ABNT PR 2030) das Instituições de Ensino Superior (IES) do Rio Grande do Sul a partir da percepção da comunidade acadêmica. A pesquisa é classificada como qualitativa, quantitativa e descritiva. Foram utilizados procedimentos técnicos de levantamento de dados através de questionário e entrevistas, e também uma pesquisa documental nos relatórios ESG das IES. Os dados foram compilados a partir de 505 respostas a um questionário enviado por e-mail, das quais 443 respostas foram consideradas válidas após a exclusão de casos omissos, e os achados foram analisados utilizando análises estatísticas, como a Análise Fatorial Exploratória e Modelos Lineares Generalizados (GLM) para relacionar a percepção da comunidade acadêmica com o nível de maturidade das IES. As considerações finais revelam que a ABNT PR 2030 oferece uma estrutura para avaliar e classificar a adesão das IES às práticas ESG. A percepção da comunidade acadêmica sobre essas práticas varia, com diferentes estágios de maturidade observados nas IES. Apesar dos avanços, há uma lacuna na compreensão e comunicação eficaz das políticas ESG no ambiente universitário. Destacam-se como contribuições esperadas na visão da comunidade acadêmica os benefícios que a norma ABNT PR 2030 pode proporcionar para a adesão das IES aos princípios ESG e colaborar para o debate em torno das práticas ESG na Linha de Pesquisa de Sustentabilidade e Governança Corporativa do PPGCC.

Palavras-chave: Ensino Superior. Ambiental, Social, Governança. Desenvolvimento Sustentável. ABNT PR 2030.

ABSTRACT

ENVIRONMENTAL, SOCIAL, AND GOVERNANCE IN HIGHER EDUCATION (ABNT PR 2030): ANALYSIS FROM THE PERSPECTIVE OF THE ACADEMIC COMMUNITY

AUTHOR: Cícero Klein Souto
ADVISOR: Márcia Helena dos Santos Bento

This study aims to analyze the level of adherence to environmental, social, and governance (ESG) practices (according to the ABNT PR 2030 standard) of Higher Education Institutions (HEIs) in Rio Grande do Sul from the perspective of the academic community. The research is classified as qualitative, quantitative, and descriptive. Technical procedures for data collection were employed through questionnaires and interviews, as well as a documentary analysis of the ESG reports from the HEIs. Data were compiled from 505 responses to a questionnaire sent by email, of which 443 responses were considered valid after excluding omitted cases, and the findings were analyzed using statistical analyses such as Exploratory Factor Analysis and Generalized Linear Models (GLM) to relate the perception of the academic community with the maturity level of the HEIs. The final considerations reveal that ABNT PR 2030 provides a framework for evaluating and classifying the adherence of HEIs to ESG practices. The perception of the academic community regarding these practices varies, with different stages of maturity observed in the HEIs. Despite advances, there is a gap in the understanding and effective communication of ESG policies in the university environment. The expected contributions from the perspective of the academic community highlight the benefits that the ABNT PR 2030 standard can provide for the adherence of HEIs to ESG principles and contribute to the debate around ESG practices in the Research Line of Sustainability and Corporate Governance of the PPGCC.

Keywords: Higher Education. Environmental, Social, Governance. Sustainable Development. ABNT PR 2030.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Estágios de maturidade dos critérios ESG	34
FIGURA 2 – Integração a governança e as partes interessadas	38
FIGURA 3 – Fases de elaboração das variáveis e construção do questionário.....	48

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Aplicação de práticas EGS em IES.....	31
QUADRO 2 – Temas e critérios do eixo governança conforme a ABNT PR 2030.....	36
QUADRO 3 - Temas e critérios do eixo ambiental conforme a ABNT PR 2030.....	39
QUADRO 4 – Temas e critérios do eixo social conforme a ABNT PR 2030.....	41
QUADRO 5 – Passos para incorporar o ESG na organização.....	43
QUADRO 6 – Constructos da Pesquisa.....	47
QUADRO 7 – Estrutura Resumida do Questionário.....	48
QUADRO 8 – Confiabilidade do teste piloto.....	50
QUADRO 9 – Instituições de Ensino Superior Públicas participantes do estudo.....	55

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Nº de participantes por categoria e por Instituição de Ensino Superior.....	57
TABELA 2 – Perfil da Amostra da Pesquisa.....	59
TABELA 3 - Nível de Maturidade das IES conforme critérios da ABNT PR 2030.....	61
TABELA 4 – Variância Total Explicada Eixo Ambiental.....	63
TABELA 5 – Cargas fatoriais do Eixo Ambiental.....	65
TABELA 6 – Variância Total Explicada Eixo Social.....	67
TABELA 7 – Variáveis do Eixo Social.....	68
TABELA 8 – Variância Total Explicada Eixo Governança.....	70
TABELA 9 – Variáveis do Eixo Governança.....	71
TABELA 10 – Comparação de Pares do Eixo Ambiental.....	73
TABELA 11 – Comparação entre Pares Eixo Social Fator 1.....	74
TABELA 12 – Comparação entre pares Eixo Social Fator 2.....	75
TABELA 13 – Comparação entre Pares Eixo Social Fator 3.....	75
TABELA 14 – Comparação de Pares Eixo Governança.....	76

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
DRE	Demonstração de Resultado do Exercício
ESG	Environmental, Social and Governance
FASB	Financial Accounting Standards Boards
IACP	The International Arab Certified Public Accountant
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IES	Instituições de Ensino Superior
ISAR	International Standards of Accounting and Reporting
LP	Linha de Pesquisa
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
RSE	Responsabilidade Social e Econômica
SEC	Security and Exchange Commission
PPGCC	Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
ABNT CEE-256	Comissão de Estudo Especial de ESG
LP	Linha de Pesquisa
UE	União Europeia
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
ICO2	Índice de Carbono Eficiente
USP	Universidade de São Paulo
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UNISINOS	Universidade Federal do Vale dos Sinos
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
UFPA	Universidade Federal do Pará
IFRS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
IFSUL	Instituto Federal Sul Riograndense
IFFar	Instituto Federal Farroupilha

ISAR	Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
UNISC	Universidade de Santa Cruz
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
URI	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
CEP	Comité de Ètica em Pesquisa com seres humanos
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
UFN	Universidade Franciscana
GLM	Generalized Linear Models
KMO	Kaiser-Meyer-Olkin

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA	14
1.2 LACUNA E PROBLEMA DE PESQUISA	17
1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA	18
1.3.1 Objetivo Geral	18
1.3.2 Objetivos Específicos	19
1.4 JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO	19
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO	20
2 REVISÃO DE LITERATURA	21
2.1 GOVERNANÇA EM UNIVERSIDADES	21
2.2 A TEORIA DOS <i>STAKEHOLDERS</i>	23
2.3 RELAÇÃO ENTRE CONTABILIDADE E PRÁTICAS ESG	25
2.4 EVOLUÇÃO DAS PRÁTICAS ESG EM UNIVERSIDADES	29
2.5 MODELO TEÓRICO	32
2.5.1 A ABNT PR 2030 e o estágio de maturidade da governança das IES	32
2.5.2 A ABNT PR 2030 e a percepção dos docentes sobre as práticas ESG	34
2.5.3 A ABNT PR 2030 e a percepção dos Técnicos Administrativos das IES sobre as práticas ESG	37
2.5.4 A ABNT PR 2030 e a percepção dos estudantes em relação ao ESG	40
2.5.5 A ABNT PR 2030 como instrumento de orientação para a adoção das práticas ESG na percepção da comunidade acadêmica	43
3 METODOLOGIA	45
3.1 DESENHO DO ESTUDO	45
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA	45
3.3 CONSTRUCTOS DA PESQUISA	46
3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	47
3.5 ELABORAÇÃO DAS VARIÁVEIS	48
3.6 APLICAÇÃO DO TESTE PILOTO	50
3.7 PREPARAÇÃO DA MATRIZ DE ENTRADA DOS DADOS	51
3.8 TRATAMENTO DOS CASOS OMISSOS	51
3.9 ANÁLISE ESTATÍSTICA DOS DADOS	51
3.10 ASPECTOS ÉTICOS	52

3.11 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	52
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	55
4.1 AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR ANALISADAS	55
4.2 NÚMERO DE PARTICIPANTES POR IES E POR CATEGORIA DE VÍNCULO	57
4.3 PERFIL DA AMOSTRA	58
4.4 ESTÁGIO DE MATURIDADE DAS IES EM RELAÇÃO ÀS PRÁTICAS ESG	60
4.5 VALIDAÇÃO DO PROTOCOLO DE TRÊS ESCALAS	62
4.5.1 Análise Fatorial Exploratória do Eixo Ambiental	62
4.5.2 Análise Fatorial Exploratória do Eixo Social	66
4.5.3 Análise Fatorial do Eixo Governança	70
4.6 RELAÇÃO ENTRE NÍVEL DE ADESÃO DAS IES À CADA PILAR DO ESG E A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA EM RELAÇÃO ÀS PRÁTICAS DE ESG	72
4.6.1 Eixo Ambiental	73
4.6.2 Eixo Social Fator 1	73
4.6.3 Eixo Ambiental Fator 2	74
4.6.3 Eixo Social Fator 3	75
4.6.4 Eixo Governança	76
4.7 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	76
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	85
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	94
ANEXO B – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE	96
ANEXO C – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL	97
ANEXO D - INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	104

1 INTRODUÇÃO

As práticas ambientais, sociais e de governança (Environmental, Social and Governance – ESG) são uma iniciativa crucial da sociedade global para controlar ou minimizar os efeitos das mudanças climáticas e as mazelas que afetam a sociedade, como a violência, a fome e as desigualdades sociais. Esses princípios orientam as organizações na busca pela sustentabilidade ambiental, social e na governança corporativa em todos os continentes.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

Brundiers e Wiek (2011) destacam que os tipos de problemas complexos que a pesquisa de sustentabilidade aborda, incluindo mudança climática, pobreza, conflitos violentos e uso excessivo de recursos naturais, são problemas críticos que apresentam características específicas. A mudança climática exemplifica as características de um problema de sustentabilidade: suas causas e efeitos sociais, econômicos e ambientais estão inter-relacionados (entre setores da sociedade); é um fenômeno global com causas e impactos regionais e locais específicos (em escalas espaciais); suas consequências afetam as gerações futuras (intergeracionais); seu impacto é prejudicial a um grande número de pessoas; e a necessidade de soluções é urgente (risco de irreversibilidade) (BRUNDIERS; WIEK, 2011).

Como cidadãs sociais, as empresas devem exercer responsabilidades sociais diretamente para expandir e gerar benefícios sociais para toda a humanidade (USAK *et al.*, 2021). Com a escalada das preocupações ambientais que marcaram o final do século XX, observou-se que as questões da sustentabilidade estão sendo trazidas para a agenda política dos operadores públicos e privados. A partir desse cenário, as organizações geralmente são pressionadas a apoiar a proteção ambiental devido à consideração dos limites planetários, levando à introdução de sistemas de gestão ambiental e à implementação de políticas de responsabilidade social. Tal situação pode levar a mudanças na cultura organizacional e no modelo de gestão (VIEGAS; CABRAL, 2015).

ESG é um acrônimo em inglês para Environmental, Social and Corporate Governance, traduzido para o português como ASG, Ambiental, Social e Governança Corporativa. Independentemente da sigla usada, remete ao conjunto de práticas empresariais relacionadas ao desenvolvimento sustentável como meio estratégico de atratividade financeira e estruturação de uma cultura íntegra de governança (FEROLA; PAGLIA, 2021). Nesse contexto, a ABNT PR 2030 foi elaborada na Comissão de Estudo Especial de ESG, (ABNT/CEE-256) e tem como

objetivo disponibilizar à sociedade brasileira um material de orientação sobre o tema ESG apresentando a conceituação, orientações para implantar práticas ESG na organização e modelo de análise e direcionamento a serem utilizados nos critérios ESG propostos (ABNT PR 2030, 2022).

O modelo proposto pela ABNT PR 2030 viabiliza que organizações independentemente de porte, setor ou constituição, percebam seu estágio de evolução em relação aos critérios ESG propostos e que essas práticas sejam consideradas importantes para a organização. Ainda, disponibiliza que sejam planejadas estratégias para o avanço dessas práticas, assim como na contribuição da organização para a sustentabilidade local, regional e global (ABNT PR 2030, 2022).

O ESG não é apenas relevante para empresas privadas, mas também para instituições públicas, uma vez que os temas relacionados ao ESG têm implicações amplas e circulam em diversos setores e organizações. Em resumo, o ESG representa uma abordagem holística para os negócios e investimentos, que visa não apenas ao lucro financeiro, mas também à sustentabilidade e responsabilidade social e ambiental (FEROLA; PAGLIA, 2021). Viegas e Cabral (2015) destacam que as instituições de ensino devem servir como modelo de gestão para a sociedade, seja por meio do emprego de novas tecnologias ou programas de ensino que contemplem essas demandas. Isso posto, nota-se a importância das instituições de ensino, no sentido de tomar iniciativa, dar exemplo de boas condutas relativamente às práticas e critérios ESG. Isso pode impulsionar as demais organizações a seguirem essa jornada, verificando a relevância e a viabilidade na adesão a esses princípios, o que proporcionará para a sociedade a possibilidade de se desenvolver sem comprometer o futuro das novas gerações (VIEGAS; CABRAL, 2015).

Um número crescente de Instituições de Ensino Superior (IES) está implementando o ensino superior para o desenvolvimento sustentável, integrando o desenvolvimento sustentável como uma perspectiva em programas de graduação disciplinar existentes (por exemplo, oferecendo programas de graduação especializados ou menores em desenvolvimento sustentável, ou oferecendo programas de estudo eletivos nos quais os alunos podem adquirir competências para o desenvolvimento sustentável, além de seu programa de graduação disciplinar (SCHWEIZER *et al.*, 2019). Gomes e Ferreira (2018) enfatizam a importância de encontrar um equilíbrio entre o desenvolvimento humano e a preservação do meio ambiente, destaca a urgência desse desafio devido à degradação ambiental existente e menciona os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável como um esforço global para alcançar esse equilíbrio.

As estratégias e estímulos para a sustentabilidade nas universidades são a concretização dos ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável), a intervenção regional, a promoção da internacionalização e das redes (cooperação internacional, mobilidade estudantil, intercâmbio de conhecimento), envolvendo sempre a sociedade (a partir da pedagogia, pesquisa e transferência de conhecimento) (ÁVILA, 2017). A formação orientada para o desenvolvimento sustentável deve ser holística e interdisciplinar, visando a aquisição de valores que estimule o pensar criticamente, a participação no processo de tomada de decisão e ser sensível às especificidades da vida local (VIEGAS; CABRAL, 2015). Conectando com o estudo presente, percebe-se a necessidade do engajamento de todo o meio acadêmico nas discussões acerca das práticas ESG e a participação de forma efetiva nas decisões e estratégias das Instituições de Ensino Superior - IES.

Nesse contexto, analisar as práticas ESG, sob a ótica das IES, agrega a visão de três aspectos importantes sobre o desenvolvimento sustentável, a visão ambiental e social e a governança da instituição; da mesma forma, contribui como fonte de conhecimento e pesquisa, desempenhando o papel de formadores de conhecimento e profissionais capazes de debater e aplicar na prática os conceitos obtidos na academia em benefício do setor empresarial e da sociedade (KIELING *et al.*, 2022). A busca e desenvolvimento de novas pesquisas está ganhando força, e as comunidades acadêmicas e pesquisadores estão reconhecendo o potencial das práticas ESG no desenvolvimento e discussão de novas questões como ESG e o papel da academia no desenvolvimento sustentável. Não se deve ignorar sua importância, pois isso pode ser utilizado como uma importante ferramenta para o desenvolvimento sustentável (KIELING *et al.*, 2022).

Lukman *et al.* (2009) afirmam que as IES têm impacto no meio ambiente por meio de suas atividades diretas e indiretas. O primeiro inclui o uso de salas de aula, laboratórios, escritórios e refeições, e o último inclui deslocamentos e consumo de alimentos e bebidas no trabalho por alunos e funcionários. Devido à complexidade e diversidade das atividades universitárias, avaliar o impacto ambiental de uma universidade não é uma tarefa fácil. No entanto, considera-se importante avaliá-los para identificar opções mais sustentáveis para reduzir as suas pegadas ambientais. As partes interessadas (*stakeholders*) devem participar do processo de adesão às práticas de forma efetiva, já que são agentes diretos e indiretos no interior da organização universitária.

A comunidade acadêmica, composta por professores, estudantes e técnicos administrativos, desempenha um papel vital na promoção e implementação das práticas ESG (ambientais, sociais e de governança), disseminando conhecimento, formando novos

profissionais conscientes e conduzindo pesquisas que aprimoram essas práticas sustentáveis. A percepção positiva das práticas ESG dentro das instituições de ensino superior (IES) é crucial para sua adoção e sucesso, promovendo a sustentabilidade e preparando os alunos para enfrentar desafios globais, como mudanças climáticas e desigualdades sociais. Segundo Oliveira *et al.* (2023), a adoção das práticas ESG nas IES melhora a gestão interna e serve como exemplo para outras organizações, destacando a importância da responsabilidade social e ambiental. A participação ativa da comunidade acadêmica é essencial para catalisar mudanças nas políticas e na cultura institucional, criando um ambiente de aprendizagem mais responsável e comprometido com o bem-estar social e ambiental.

Assim, a ABNT PR 2030 precisa ser divulgada no meio acadêmico, pois é uma norma orientativa e que propõe ações e estratégias para a adoção das práticas ESG em instituições privadas e públicas. É preciso que os estudantes e a comunidade acadêmica em geral conheçam a norma para que, através de debates e discussões em sala de aula, congressos e seminários, possam contribuir com as universidades e suas administrações para o sucesso da adesão aos critérios ESG, a fim de que influências determinantes incidam sobre as comunidades que circundam as IES e as práticas se disseminem, atingindo também empresas privadas locais e regionais.

1.2 LACUNA E PROBLEMA DE PESQUISA

O conceito original de ESG foi mencionado no relatório oficial do Pacto Global das Nações Unidas em 2004, que fornece um conjunto de padrões de Princípios para o Investimento Responsável (PROP) que são implementados de forma sucinta pela maioria dos investidores corporativos e analistas de negócios. É importante ressaltar que o ESG agora é usado por muitas empresas e instituições conhecidas para avaliar a flexibilidade dos investimentos em sustentabilidade corporativa (USAK *et al.*, 2021).

O Acordo de Paris é visto como um ponto de inflexão histórico na agenda de emissões de carbono, já que a maioria dos governos signatários e empresas internacionais não apenas reduziram as emissões globais de carbono, mas também estão prontas para cumprir suas metas de emissões líquidas zero (CHAN; HSIEH, 2022). O acordo supracitado também significou um grande incremento na preocupação e conscientização mundial quanto às alterações climáticas e aos males que atingem o mundo ambientalmente e socialmente. Nesse contexto, as práticas ESG ganharam notoriedade e importância, expandindo discussões e ações nos mais variados meios, entre eles o universitário.

Azeiteiro *et al.* (2020) afirmam que abordar questões de sustentabilidade no ensino superior deve se concentrar no desenvolvimento das seguintes competências: i. a relevância da pesquisa científica na área das práticas ESG e o contexto atual das IES sobre esses princípios; ii. a necessidade de que estudos empíricos analisem o nível de adesão das IES à utilização das orientações sobre a implantação das práticas abordadas na ABNT PR 2030; iii. a importância do diagnóstico quanto o nível de envolvimento da comunidade acadêmica na adoção das práticas ESG.

A literatura apresenta uma variedade de conteúdos sobre desenvolvimento sustentável, sendo que as publicações vêm numa curva crescente, principalmente depois da primeira década deste século, no entanto, as publicações a respeito desse tema não são uniformemente distribuídas entre os continentes e nações. O Brasil é o único país latino-americano entre os 10 países com mais publicações nessa área, o que merece uma reflexão por parte das universidades de outros países latino-americanos (KIELING *et al.*, 2022). Contudo, o conteúdo da norma publicada no final de 2022 pela Associação Brasileira de Normas Técnicas e as suas orientações ainda é assunto pouco explorado, devido principalmente ao seu pouco tempo de existência, e assim, este estudo encontra sua lacuna de pesquisa, analisando a relação entre o nível de adesão da governança das IES a ABNT PR 2030 e o quanto e como essa nova norma está sendo percebida entre os estudantes das IES. Nessa conjectura, forma-se a questão de pesquisa: Qual a percepção da comunidade acadêmica sobre o nível de adesão às práticas ambientais, sociais e de governança (de acordo com a norma ABNT PR 2030) das IES do Rio Grande Sul?

1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

A seguir são evidenciados o objetivo geral e os objetivos específicos deste estudo.

1.3.1 Objetivo Geral

O presente estudo tem o objetivo de analisar o nível de adesão às práticas ambientais, sociais e de governança (de acordo com a norma ABNT PR 2030) das IES do Rio Grande Sul a partir da percepção da comunidade acadêmica.

1.3.2 Objetivos Específicos

O estudo tem como objetivos específicos os itens relacionados abaixo:

- Diagnosticar o nível de adesão das IES às orientações da ABNT PR 2030;

- Investigar a percepção da comunidade acadêmica sobre o nível de adesão das IES às práticas de ESG;
- Analisar a relação entre a percepção da comunidade sobre as práticas de ESG e o nível de adesão das IES a cada pilar do ESG.

1.4 JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO

A seguir, são elencadas as justificativas para a pesquisa: i. a relevância da pesquisa científica na área das práticas ESG e o contexto atual das IES sobre esses princípios. Estudos que examinem a gestão das universidades, com o objetivo de identificar oportunidades de melhoria ou boas práticas bem-sucedidas que possam ser adotadas por outras instituições, são altamente relevantes (NEGRÃO; JUNIOR, 2022); ii. a necessidade de que estudos empíricos analisem o nível de adesão das IES à utilização das orientações sobre a implantação das práticas abordadas na ABNT PR 2030. Essa prática recomendada é o primeiro passo para que uma organização comece a compreender e incorporar efetivamente os princípios de ESG em sua cultura e operações, com foco na melhoria contínua e no estabelecimento de metas relacionadas a esses princípios (ABNT PR 2030, 2022); iii. a importância do diagnóstico quanto ao nível de envolvimento da comunidade acadêmica na adoção das práticas ESG. O desempenho e a participação acadêmica são considerados métricas adequadas para avaliar o sucesso das universidades federais, uma vez que reflete sua capacidade de proporcionar um ensino de alta qualidade, realizar pesquisas relevantes e contribuir para o avanço do conhecimento e da inovação (GONÇALVES *et al.*, 2019).

No que tange às contribuições esperadas com o presente estudo, destacam-se: i. ressaltar teoricamente a necessidade da adoção das práticas e princípios ESG por parte das IES, sob a ótica das recomendações da ABNT PR 2030; ii. demonstrar na visão da comunidade acadêmica os benefícios que a norma ABNT PR 2030 pode proporcionar para a adesão das IES aos princípios ESG; iii. evidenciar os benefícios práticos que as orientações constantes na ABNT PR 2030 podem proporcionar às entidades de ensino superior no processo de adoção do ESG; iv. colaborar para o debate em torno das práticas ESG na Linha de Pesquisa de Sustentabilidade e Governança Corporativa; v. demonstrar a importância das orientações expostas na ABNT PR 2030 para o sucesso da adoção dos princípios ESG, acrescentando um estudo empírico sob a percepção da comunidade acadêmica quanto ao assunto para a LP (Linha de Pesquisa) e o PPGCC (Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis); vi. propor novos estudos sobre

o tema ESG, identificando limitações do presente estudo e lacunas de pesquisa que promoverão a elaboração de novos artigos e dissertações dentro PPGCC da UFSM.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho começa com uma contextualização inicial sobre o tema, expondo sua lacuna de pesquisa, questão problema, objetivos gerais e específicos, justificativas e contribuições esperadas. Na sequência, é apresentado o Referencial Teórico, com base nas pesquisas em bases de artigos internacionais e nacionais, sendo que foi realizada uma filtragem através da leitura de títulos, resumos e por vezes o artigo todo, a fim de verificar a afinidade com o tema e os objetivos do estudo.

Logo após, é demonstrada a metodologia utilizada para o levantamento dos dados quantitativos, as hipóteses da pesquisa e os métodos estatísticos utilizados para chegar aos resultados. Dando seguimento ao estudo, chega-se à verificação e debate dos resultados, em que são apresentadas as análises obtidas através das respostas obtidas junto à amostra da pesquisa, após a rodagem dos dados estatísticos. Por fim, são apresentadas as considerações finais, onde são demonstradas as conclusões que o estudo obteve, contribuições efetivamente atingidas, limitações da pesquisa e sugestão para realização de novos estudos sobre o tema abordado.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O referencial teórico deste estudo foi formado através de apurações nas bases de dados internacionais Web of Science, SPELL e na plataforma Google acadêmico. Os termos utilizados para as pesquisas foram: “Environmental, Social and Governace”; “Accounting”; “Disclosure”; “Universit*”; “stakeholder theory” e “Legitimacy Theory”. Foram usadas diferentes combinações entre esses termos para localizar um escopo significativo de trabalhos, chegando a um total de 315 artigos nessa primeira filtragem. Além desses procedimentos, foram realizadas pesquisas em periódicos no sítio eletrônico da ANPCONT (Associação de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis).

Após essa etapa, partiu-se para a leitura de títulos e resumos, numa maneira de filtrar aqueles artigos que realmente tinham afinidade com o tema e objetivos da presente pesquisa. Também, foi considerado o número de citações, sendo desprezados artigos com nenhuma citação. Após a leitura integral dos artigos filtrados nas duas primeiras etapas, sobraram 24 artigos, que estão entre as referências teóricas do estudo e que se encontram dispostos ao final deste.

As seções a seguir demonstram a literatura base utilizada na pesquisa, dividida nos tópicos que fazem parte do escopo do estudo, trazendo em seguida as hipóteses e seus embasamentos e por final o modelo teórico elaborado.

2.1 GOVERNANÇA EM UNIVERSIDADES

O termo 'governança' é multifacetado, pois é sugestionado por vários fatores relativos à natureza humana e às circunstâncias em que um país se desenvolve (ABBOTT *et al.*, 2015). No Brasil, o assunto da governança do setor público é novo, fato que explica a escassez de pesquisas na literatura que tratem da relação entre governança e desempenho organizacional, o que foi constatado em várias bases de pesquisa internacionais e nacionais. Em relação às universidades federais brasileiras, há poucas pesquisas sobre governança e desempenho, e as existentes tratam apenas de governança ou desempenho separadamente (GONÇALVES *et al.*, 2019).

Abbott *et al.* (2015) destacam que a governança inclui funções básicas de gerenciamento, incluindo o processo de tomada de decisão – um recurso específico para todas as outras funções administrativas, sendo que a tomada de decisão é o processo de resolução de

problemas por meio da escolha de uma das alternativas para atingir os objetivos organizacionais.

Oliveira *et al.* (2020) afirmam que há uma necessidade crescente de desenvolver uma gestão pública transparente que possibilite uma participação social efetiva, e políticas voltadas para promover a participação pública nas tomadas de decisão do governo e melhorar a eficiência do governo no atendimento às necessidades da sociedade.

Mais especificamente, a governança universitária descreve o grau de autonomia administrativa e econômica das instituições de ensino superior e até que ponto cada modelo de governança afeta a liberdade acadêmica (ABBOTT *et al.*, 2015).

A administração da universidade deve considerar constantemente os diferentes interesses das distintas unidades e diversificados grupos. Os interesses da gestão universitária provocam a formação de relações complexas com outros grupos com interesses específicos, bem definidos e relações de poder instáveis. Nesse sentido, os *stakeholders* (governo, alunos, professores, sociedade, agências de fomento, sindicatos, técnicos administrativos) têm grande influência nessa gestão e são fundamentais para o sucesso da organização. No entanto, as necessidades e expectativas de muitas partes interessadas não são atendidas e surgem conflitos (GONÇALVES *et al.*, 2019).

As universidades e outras organizações sem fins lucrativos fornecem um terreno fértil para a análise da necessidade de adoção de um sistema que abranja os grupos de interesse que competem com objetivos concorrentes, e isso exige um modelo de governança comum e observação mútua (BROWN, 1999).

Gonçalves *et al.* (2019) destacam que as universidades precisam tornar suas atividades transparentes para a sociedade, sem ficarem limitadas a atender imposições legais. Como a transparência é um princípio universal da governança pública, alguns autores tendem a avaliar a governança apenas em termos de práticas de transparência, acreditam que quanto maior a transparência, maior a excelência da governança de uma instituição.

A dinâmica dos processos, principalmente os relacionados à distribuição, decifração e interpretação da informação, tem passado por grandes mudanças nas instituições públicas. (OLIVEIRA *et al.*, 2020). Nesse cenário, as universidades também necessitam se adequar a essas novas imposições referentes às suas informações, as quais são transmitidas por seus meios de comunicação e chegam até a sociedade em geral. Então, a ideia é saber o que a sociedade mais quer, divulgar na internet com antecedência, facilitar o acesso dos *stakeholders* a essas informações e que isso não implique na incidência de custos (OLIVEIRA *et al.*, 2020). Essa

ação visa atender dois dos princípios fundamentais da boa governança, a transparência e *accountability* (prestação de contas).

Especificamente, a governança universitária descreve o grau de autonomia administrativa e econômica das instituições de ensino superior e até que ponto cada modelo de governança afeta a liberdade acadêmica (ABBOTT *et al.*, 2015).

As universidades têm passado por um processo de transformação para um modelo corporativo nos últimos anos e isso tem significantes efeitos sobre a governança (PHIRI *et al.*, 2018). A governança universitária tem dois lados: o primeiro se aplica à administração da universidade; o segundo, a sua função pura, a acadêmica, configurando-se numa relação entre vários fatores qualitativos, entre eles, responsabilidade, o social, o ambiental e o político (ABBOTT *et al.*, 2015).

A boa governança no ensino superior está relacionada com os seguintes conceitos: Governança compartilhada ou liderança distribuída. Isso requer a participação das várias partes interessadas que estão envolvidas no processo de tomada de decisão da universidade, a fim de que a universidade inteligente transmita as expectativas de seus *stakeholders*, no intuito de garantir o sucesso de uma governança complexa, mas consistente e comumente gerenciada (JADRICK *et al.*, 2021). Os autores confirmam que a governança inteligente tem um impacto indireto no engajamento das partes interessadas. Os alunos estão ligados à faculdade por meio do reconhecimento dos colegas e do prestígio externo alcançado.

2.2 A TEORIA DOS *STAKEHOLDERS*

Abudran *et al.* (2021) destacam que as definições das partes interessadas são vinculadas arbitrariamente à existência de um interesse particular dessa natureza que os humanos deveriam ter e, portanto, não têm falta de capacidade intelectual para ter características interessantes (felicidade ou bem-estar). Em outras palavras, as qualidades não humanas não se enquadram na categoria de partes interessadas, no entanto, como costuma acontecer, um ataque físico ao meio ambiente atingirá o interesse dos *stakeholders* (futuras gerações). Os autores afirmam ainda que a deterioração das condições ambientais que está ocorrendo pode afetar as gerações futuras e enfatizam a importância do direito das futuras gerações às condições naturais necessárias para uma vida humana saudável e digna. Isso significa que as pessoas têm o direito de viver em um ambiente que permita uma vida segura, saudável e sustentável.

Uma visão de valor agregado baseada na teoria das partes interessadas assume que as empresas precisam fazer isso. Tomar decisões de investimento eficientes que simultaneamente

criem valor para as empresas inclui não apenas acionistas, mas também vários grupos de interesse. Além disso, os custos podem ser reduzidos devido à baixa assimetria de informação entre gestores e *stakeholders*, seleção eficiente de financiamento e investimentos (ALSAYEGH *et al.*, 2022). Trazendo a afirmação do autor para o contexto universitário, pode-se afirmar que as universidades devem visar ao atendimento das necessidades de todas as partes interessadas que circundam suas atividades, investindo em uma visão social, ambiental, política e econômica, buscando a otimização da aplicação dos seus recursos e uma responsabilidade que envolve a sua influência por meio de sua imagem e mantendo uma prestação de contas clara e objetiva, minimizando a assimetria de informação.

Dadas as questões levantadas pelos proponentes da teoria dos *stakeholders*, é o caso de pensar em como se pode alcançar um equilíbrio que beneficie a todas as partes interessadas envolvidas nas atividades e revisar seus métodos e paradigmas, a fim de estimular o investimento e orientá-lo para o futuro, visando a redução das desigualdades (ABRUDAN *et al.*, 2021).

A teoria dos *stakeholders* assume que as organizações não podem pensar em ter responsabilidade somente com seus principais *stakeholders* (clientes, funcionários etc.), mas também devem ser responsáveis perante as partes interessadas secundárias, como por exemplo, comunidades sociais, governos locais, subcontratados, fornecedores e Organizações não Governamentais (ONGs) e outras organizações em geral (MANITA *et al.*, 2017). Os autores destacam que o objetivo implícito da teoria das partes interessadas diz respeito à divulgação institucional, a qual é utilizada administrativamente como um instrumento para propiciar o acesso a dados e explicações sobre suas atividades a todos os seus *stakeholders*.

Na mesma direção, Taliento *et al.* (2019) reiteram que a Teoria dos Stakeholders afirma que as instituições devem considerar os interesses de todas as partes direta ou indiretamente ligadas à organização, a fim de criar valor sustentável ao longo do tempo, ou seja, a corporação tem a responsabilidade de atuar para atender as necessidades de todas as partes interessadas que são envolvidas em suas operações, seja de modo direto ou indireto.

Uma grande crítica à teoria das partes interessadas do ponto de vista metodológico é que ela não especifica claramente quem são as partes interessadas em uma determinada suposição. Esse fato dilui a teoria e dificulta a argumentação dos críticos. No entanto, se for produzida uma abordagem consciente das partes interessadas, por exemplo, categorizá-las em diferentes classes de importância pode combinar as preocupações e interesses das partes interessadas para trazer satisfação e bem-estar, registrados por todos os participantes do sistema e que gere resultados significativos para todos os envolvidos (ABRUDAN *et al.*, 2021).

Os autores afirmam assim que isso pode criar condições para identificar claramente as partes interessadas e os indivíduos. Um deles tem consciência do papel que desempenha, ou poderia desempenhar, para que se estabeleça uma espécie de relação, semelhante às ligações covalentes na química, em uma ligação covalente se os átomos reunissem elétrons em camadas não-valentes, os envolvidos também reuniriam habilidades, comportamento ético e recursos para obter resultados em um sistema mais estável em termos de durabilidade e sustentabilidade.

O argumento para incorporar fatores ESG na tomada de decisão acerca de investimentos para reduzir a assimetria de informações destaca a importância da motivação nas atividades ESG e sua divulgação, o que gera uma discussão mais ampla sobre as partes interessadas e aspectos institucionais (ZHAO; HUANG, 2010). Os autores declaram que as atividades ESG são motivadas por organizações que procuram apoio das partes interessadas para sua existência e operação (referindo-se à teoria das partes interessadas) e, por sua vez, são influenciados por instituições sociais onde a organização está localizada (referindo-se à teoria institucional). Adicionando informações ESG para tomada de decisão de investimento institucional nesses contextos mais amplos, reconhece que a organização está inserida numa sociedade onde atrai os seus públicos e seus recursos.

2.3 RELAÇÃO ENTRE CONTABILIDADE E PRÁTICAS ESG

A responsabilidade social corporativa (RSE) é um conceito bem estabelecido, onde as empresas buscam solidificar as suas obrigações e responsabilidades sociais e ambientais no seu âmbito de negócios e em sua comunicação com as partes interessadas de forma espontânea (CAMILLERI, 2015). Nesse cenário muitas empresas preferem se antecipar à regulamentação legal ou às pressões governamentais e divulgam voluntariamente suas ações sociais e ambientais, afirma o autor. A Contabilidade tem seu papel relevante na elaboração dos relatórios não financeiros, que visam indicar e demonstrar as preocupações ambientais, sociais e de governança que as organizações apresentam voluntariamente ou por força normativa legal, esses relatórios demonstram as práticas na tentativa de minimizar os efeitos negativos ou desfavoráveis em termos ambientais e sociais causados pelas atividades organizacionais.

A RSE evoluiu em resposta às necessidades da sociedade, mudando seus requisitos para um ambiente complexo. Todavia, esse conceito varia dependendo da situação. Muitas vezes, é incorporado em várias tradições históricas e culturais (CAMILLERI, 2015). O autor considera que atualmente é perseguida e praticada ativamente por profissionais de negócios, sociedade e

governo, sendo que os países anglos e outros europeus foram os pioneiros a aderir às políticas públicas RSE em seus empreendimentos e atividades comerciais.

Em 12 de junho de 2013, a UE (União Européia) adotou a Diretiva 2013/50/EU, a qual revisou a diretiva de transparência antecedente (2004/109/EC). Essa revisão também aborda a preocupação

com as partes interessadas na divulgação de informações ambientais e sociais. Portanto, trata também de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como das obrigações de informação financeira das sociedades cotadas. Essa diretiva foca nos requisitos de transparência para as empresas (CAMILLERI, 2015).

Alsayegh (2020) destaca a importância da divulgação transparente das práticas ESG e sugere que empresas que implementam estratégias ambientais e sociais dentro de uma estrutura eficaz de governança corporativa tendem a ter um desempenho de sustentabilidade corporativa mais forte, que beneficia tanto a empresa quanto a sociedade em geral.

As normas norte-americanas restritas por entidades reguladoras e contábeis, como a SEC (Securities and Exchange Commission), FASB (Financial Accounting Standards Board) e AICPA (American Institute of Certified Public Accountants) têm uma exigência de "divulgação" limitada ao relatório anual das empresas. Essa divulgação se restringe a informações relevantes que podem impactar na situação econômico-financeira das empresas e, principalmente, tem como objetivo proteger o investidor. Ou seja, o foco principal é fornecer informações importantes para que os investidores possam tomar decisões mais cautelosas em relação às empresas em que desejam investir. No entanto, essas normas não abrangem informações mais amplas relacionadas à sustentabilidade ambiental empresarial (LINDSTAEDT; OTT, 2007).

Já no contexto brasileiro, Lindstaedt e Ott (2007) afirmam que a legislação societária no Brasil não impõe a obrigatoriedade de "divulgação" ambiental nos relatórios anuais das empresas. Isso significa que não há uma exigência específica para que as empresas divulguem informações relacionadas às suas práticas e desempenho ambiental nos relatórios financeiros anuais.

O ISAR (Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards) é um grupo intergovernamental de especialistas que trabalha em normas internacionais de contabilidade e relatórios, e está vinculado à UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), que é a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Esse grupo dedica atenção às informações contábeis relacionadas à

divulgação ambiental, ou seja, à divulgação de informações sobre práticas e impactos ambientais por parte das empresas em seus relatórios financeiros (LINDSTAEDT; OTT, 2007).

Tanto nos Estados Unidos da América quanto no Brasil, vários organismos têm normas aprovadas ou diretrizes relacionadas ao registro contábil e à publicação de informações ambientais nas finanças financeiras das empresas. Essas normas têm como objetivo garantir que as empresas incluam informações de natureza ambiental em seus relatórios anuais. Os organismos mencionados, que podem ser entidades reguladoras ou de contabilidade, estão envolvidos na elaboração de normas que abordam a questão do registro e divulgação das informações ambientais pelas empresas. Essas normas visam padronizar e orientar como as informações sobre as práticas e os impactos ambientais devem ser graduadas nas faculdades (LINDSTAEDT; OTT, 2007).

Lindstaedt e Ott (2007) abordam a importância dos profissionais contábeis, órgãos reguladores da profissão, entidades educacionais e de pesquisa em acompanhar e estar atentos às mudanças nas necessidades informativas dos *stakeholders* (partes interessadas) relacionadas às atividades motivacionais. Além disso, destacam que essas informações não se limitam apenas a aspectos psicológicos, mas também incluem informações de natureza social e ambiental.

No contexto brasileiro, somente o IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil) estabelece normas relacionadas às evidenciações contábeis no Balanço Patrimonial e nas Notas Explicativas das financeiras. No entanto, o IBRACON não estabelece normas para divulgação de informações sobre custos e receitas ambientais na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Essa falta de normas específicas para a divulgação de dados ambientais na DRE significa que o país está em divergência com as recomendações internacionais nesse aspecto (LINDSTAEDT; OTT, 2007).

As normas de evidenciação contábil no Brasil, privadas pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade), são consideradas incipientes, ou seja, estão em estágio inicial e ainda não são abrangentes o suficiente. Essas normas de evidenciação contábil são aquelas que determinam quais informações e dados devem ser divulgados pelas empresas em seus relatórios financeiros e contábeis (LINDSTAEDT; OTT, 2007).

Silva Junior *et al.* (2019) declaram que a noção predominante na literatura é a de sustentabilidade, que envolve o tratamento equitativo das dimensões econômicas, sociais e ambientais. Porém, os discentes não têm essa mesma visão, pois foi observado pelos alunos de uma universidade que a dimensão econômica prevaleceu sobre as demais dimensões (social e ambiental). Essa prevalência econômica é atribuída, em parte, à lógica oportunista e utilitarista

que permeia a formação dos contadores, o que influencia sua visão sobre a importância das dimensões da sustentabilidade.

Silva Junior et. al (2019) argumentam que a contabilidade desempenha um papel crucial no processo de promover a sustentabilidade nas organizações. No entanto, para que a contabilidade seja efetiva nesse processo, sugere que a formação dos estudantes de ciências contábeis é um fator determinante na maneira como os contadores entendem e lidam com a sustentabilidade e seus fatores ambientais, sociais e de governança. Seguindo nessa direção, os autores afirmam é necessário reconsiderar tanto o processo de formação educacional e profissional na área de ciências contábeis quanto à abordagem dada à sustentabilidade nos cursos dessa área.

Macedo *et al.* (2022) confirmam uma relação positiva entre o score de ESG e o valor da empresa. Isso significa que empresas que apresentam melhores práticas e desempenho nos aspectos ambientais, sociais e de governança tendem a ser mais valorizadas pelo mercado. Investidores, *stakeholders* e o mercado financeiro em geral estão atribuindo um valor maior a empresas que demonstram um compromisso sólido com a sustentabilidade, responsabilidade social, transparência e boa governança corporativa.

Macedo *et al.* (2022) destacam o papel e a importância da divulgação do relatório relacionado à ESG para os investidores. Os autores enfatizam que essas informações podem oferecer aos investidores uma visão mais completa e abrangente sobre as empresas, indo além da análise tradicional dos riscos negativos associados a elas.

Em países em desenvolvimento, como o Brasil, há um interesse crescente no tema ESG. Isso significa que investidores, empresas e a sociedade em geral estão demonstrando maior preocupação com questões relacionadas ao meio ambiente, responsabilidade social e governança corporativa (MACEDO *et al.*, 2022).

A criação de índices de sustentabilidade no mercado de bolsa de valores da B3 (a Bolsa de Valores do Brasil) - como o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e o Índice Carbono Eficiente (ICO2) - é um exemplo desse avanço. Entretanto, o processo ainda é incipiente no Brasil, quando comparado a economias mais desenvolvidas, o que levanta questionamentos sobre sua eficácia nas empresas locais (MACEDO *et al.*, 2022).

Macedo *et al.* (2022) sugerem que empresas de setores sensíveis tenham maior incentivo para divulgar seu desempenho ESG como uma forma de proteger sua reputação. Por outro lado, para as empresas de outros setores, a divulgação do desempenho ESG serve como um incentivo para que elas também implementem práticas de ESG.

Almada *et al.* (2022) encontraram ligações tanto positivas quanto negativas entre estratégias ambientais e desempenho financeiro das empresas. Os autores sugerem que as políticas organizacionais com foco em emissões críticas e gestão de resíduos levam a um desempenho financeiro superior, em termos de valores de mercado das empresas. No entanto, há ligações negativas que podem reduzir o valor de mercado das empresas. Quando uma empresa comunica abertamente suas políticas e ações adotadas para a prevenção da ingestão e enfrentamento das mudanças climáticas, pode enfrentar uma reação negativa do mercado financeiro.

2.4 EVOLUÇÃO DAS PRÁTICAS ESG EM UNIVERSIDADES

O ensino superior tem a responsabilidade de liderar e coordenar esforços para o desenvolvimento sustentável, aproveitando seu conhecimento profissional e recursos limitados. Há uma preocupação crescente com a neutralidade de carbono e sustentabilidade nas instituições de ensino superior, pois suas operações e procedimentos têm impactos ambientais (CHAN; HSIEH, 2022).

Kieling *et al.* (2022) destacam o papel fundamental das universidades como "laboratórios vivos" no contexto do desenvolvimento sustentável. Essa expressão significa que as universidades desempenham um papel essencial como centros de aprendizado, formação e capacitação, confiantes para a promoção da sustentabilidade por meio da educação e do desenvolvimento de competências.

As universidades brasileiras estão se movimentando para desempenhar um papel importante em relação à sustentabilidade. Assim como ocorre em outros países, elas estão se esforçando para cumprir esse papel de diversas maneiras, seja incorporando o tema sustentabilidade em seus currículos, implementando práticas inovadoras de gestão ou capacitando e desenvolvendo seus professores e funcionários (VIEGAS; CABRAL, 2015).

Azeiteiro *et al.* (2015) enfatizam o papel histórico das universidades na transformação das sociedades, educando e formando tomadores de decisão, líderes e acadêmicos. Contudo, apesar dessa importância, a educação e a pesquisa sobre sustentabilidade nas universidades ainda estão em um estágio inicial em muitas instituições. Há um amplo acordo ou consenso em relação à necessidade de as universidades promoverem competências enfrentadas para o desenvolvimento sustentável (SCHWEIZER *et al.*, 2019).

Lukman *et al.* (2009) destacam a importância de utilizar uma abordagem de ciclo de vida para estimar as estratégias ambientais da administração de uma universidade. Essa

abordagem é fundamental para obter uma visão completa e abrangente dos impactos ambientais de todas as atividades e processos envolvidos na gestão da universidade.

Schweizer *et al.* (2019) abordam a diversidade de definições e critérios utilizados por acadêmicos para expressões de programas de estudo relacionados ao desenvolvimento sustentável. Essas diferentes perspectivas levam à escolha de abordagens de competências distintas.

Ávila (2017) destaca dois desafios importantes que estão afetando o papel das universidades no contexto educacional global: inovação e sustentabilidade. Esses desafios estão sendo intensamente discutidos e implementados em várias universidades ao redor do mundo, com o objetivo de apoiar mudanças positivas. A inovação e a sustentabilidade estão abertas aos ambientes universitários, com o propósito de atender às necessidades atuais sem comprometer os recursos para as gerações futuras.

As universidades estão sendo desafiadas a assumirem o papel de colaboradoras na promoção do desenvolvimento sustentável. Esse papel envolve estimular a inovação e o uso adequado de novas tecnologias e métodos de gestão, garantindo que essas práticas sejam difundidas através do ensino em todos os níveis. Além disso, a colaboração entre departamentos, cursos, pesquisadores, professores, estudantes, empresas e comunidade externa é vista como um elemento fundamental nesse processo (ÁVILA, 2017).

Kieling *et al.* (2022) apontam que a pesquisa sobre sustentabilidade tem avançado gradualmente nas universidades. Todavia, entender como a abordagem e a aplicação do conceito ESG (Ambiental, Social e Governança) ocorrem no ambiente universitário permite avaliar a evolução do tema, identificar novas áreas temáticas em desenvolvimento e analisar os principais autores e periódicos envolvidos. Essa compreensão possibilita a geração de novos estudos sobre o assunto.

As universidades estão sendo impulsionadas a adotar uma visão mais sustentável devido a diversos fatores, incluindo a necessidade de se adaptarem constantemente a novas práticas e também em resposta a questões relacionadas a *rankings* educacionais e à crescente importância das práticas de sustentabilidade. Nesse contexto, as universidades estão buscando abraçar a sustentabilidade como um diferencial competitivo em relação a outras Instituições de Ensino Superior (IES) (KIELING *et al.*, 2022).

Em seguida, no Quadro 1, Viegas e Cabral (2015) descrevem exemplos de aplicação de práticas de ESG em universidades:

Quadro 1 – Aplicação de práticas ESG em universidades

Universidade	Práticas
Universidade de São Paulo (USP)	Projeto realizado pelo Programa USP Recicla, em parceria com a Universidade Autônoma de Madri, com o objetivo de cooperar e fortalecer ambas as instituições nas áreas de gestão e educação ambiental.
Universidade de São Carlos (SIGLA)	Diversas ações relacionadas à sustentabilidade, abrangendo áreas como: reciclagem tecnológica, coleta seletiva, formação de educadores ambientais, promoção da mobilidade sustentável, educação e ética ambiental, pegada ecológica, moradia estudantil sustentável e promoção de eventos mais sustentáveis.
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Houve a criação do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudo em Educação (NIPEEA) na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) com o propósito específico de integrar projetos de pesquisa relacionados à Educação Ambiental.
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	O Programa de Administração e Gerenciamento de Resíduos Sólidos (GERESOL) foi implementado. O principal objetivo do GERESOL é estabelecer diretrizes para o gerenciamento adequado dos resíduos produzidos dentro da UFMG, alinhando-se com a política ambiental da instituição.
Universidade Federal de Lavras (UFLA)	Destaque para as iniciativas da Universidade Federal de Lavras (UFLA) em relação à sustentabilidade, que são norteadas por seu Plano Ambiental e de Infraestrutura para os próximos 30 anos. Estas iniciativas abrangem diversas áreas e visam promover práticas motivacionais e responsáveis dentro do campus universitário.
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)	A universidade obteve a certificação da ISO 14001, tornando-se a primeira universidade da América Latina a obter esse reconhecimento. Essa certificação foi possível graças à implantação do projeto "campus verde", cujo objetivo é melhorar, preservar e recuperar a qualidade ambiental, com foco no desenvolvimento socioeconômico, segurança do trabalho, proteção da vida e qualidade ambiental.
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)	A PUC-Rio criou uma Agenda Ambiental que reflete as reflexões produzidas por diversos setores da instituição e é coordenada pelo Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente (NIMA).
Universidade Federal do Pará (UFPA)	A instituição incorpora a sustentabilidade como parte integrante do conteúdo de diversos programas acadêmicos, tanto de graduação quanto de pós-graduação, incluindo cursos de especialização, mestrado e doutorado. Além disso, a UFPA participa de redes de cooperação em níveis estadual, nacional e internacional, desenvolvendo projetos de pesquisa com foco no Desenvolvimento Sustentável.

Fonte: Adaptado de Viegas e Cabral (2015).

Viegas e Cabral (2015) complementam afirmando que dessa maneira percebe-se a necessidade de incorporar a sustentabilidade como um princípio fundamental de gestão. Isso significa que as universidades estão reconhecendo a importância de adotar práticas e políticas que consideram não apenas os aspectos financeiros e operacionais, mas também os impactos sociais e ambientais de suas atividades. No entanto, mencionam que essa preocupação com a sustentabilidade muitas vezes é atendida pelo cumprimento das normas legais. Isso significa que, em muitos casos, as organizações adotam práticas não apenas por uma preocupação genuína com a responsabilidade social e ambiental, mas também para atender às exigências e regulamentações concedidas.

Em suma, no contexto das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, há comprovação de que a sustentabilidade está sendo criada em diversas áreas, como ensino, pesquisa, extensão e práticas de gestão. Essas evidências incluem ensino, pesquisa e extensão:

as IES estão incluindo a sustentabilidade em suas atividades acadêmicas, como parte do conteúdo dos cursos, projetos de pesquisa e ações de extensão. Isso significa que a temática da sustentabilidade está sendo abordada em sala de aula, na produção científica e em projetos que buscam atender às necessidades da comunidade externa (VIEGAS; CABRAL, 2015).

Kieling *et al.* (2022) destacam a importância de compreender o impacto das ações das universidades em seu contexto de inserção social, especialmente em relação aos princípios ESG (Ambiental, Social e Governança). Essa compreensão pode revelar os papéis desempenhados pelas universidades na promoção da sustentabilidade nessa esfera e suas contribuições para o desenvolvimento local, regional, social, ambiental, econômico e sustentável.

Nesse cenário, a ABNT PR 2030 pode ser utilizada como instrumento norteador para a implementação, a evolução e o monitoramento das práticas ESG no meio universitário, pois é uma prática recomendada que tem como objetivo estabelecer o primeiro passo para conceituar e orientar como incorporar os princípios ESG (Ambiental, Social e Governança) em uma organização. Essa prática tem como finalidades conceituar e orientar a incorporação do ESG: a Prática Recomendada oferece orientações e diretrizes sobre como uma organização pode integrar os princípios ESG em suas operações, estratégias e políticas. Isso pode envolver a implementação de procedimentos de gestão ambiental, ações para melhorar o impacto social da instituição e fortalecer as práticas de governança corporativa (ABNT PR 2030, 2022).

2.5 MODELO TEÓRICO

Nesta seção, são expostos estudos anteriores que trataram das relações mencionadas neste estudo. Foram criadas subseções para estabelecer uma base distinta para cada uma das hipóteses empregadas. Cada subseção aborda um dos objetivos específicos delineados. Na última subseção, é apresentado o modelo teórico, o qual oferece uma compreensão abrangente das hipóteses.

2.5.1 A ABNT PR 2030 e o estágio de maturidade da governança das IES

A ABNT PR 2030 (Associação Brasileira de Normas Técnicas Programa de Referência para 2030) tem o objetivo de oferecer à sociedade brasileira orientações sobre o tema ESG (Environmental, Social and Governance - Ambiental, Social e Governança). Essa iniciativa visa fornecer um guia que aborda a conceituação do ESG, fornece orientações para incorporar esses

princípios nas organizações e oferece um modelo de avaliação e direcionamento baseado nos critérios ESG propostos (ABNT PR 2030, 2022).

O modelo proposto permite que organizações de diferentes portes, setores e naturezas identifiquem em que estágio de evolução estão em relação aos critérios ESG e que planejem estratégias para avançar nessa trajetória. O objetivo final é contribuir para o desenvolvimento sustentável em níveis locais, regionais e globais (ABNT PR 2030, 2022).

A incorporação de práticas ESG representa uma nova abordagem de desenvolvimento econômico. Organizações que consideram critérios sociais, ambientais e de governança em suas operações têm demonstrado resultados financeiros superiores, atração de talentos, aumento da produtividade, vantagem competitiva, melhor reputação, resiliência diante de incertezas e maior integridade (ABNT PR 2030, 2022).

A Prática Recomendada da ABNT PR 2030 estabelece o primeiro passo para orientar como incorporar o ESG nas organizações, através de conceituação e direcionamento. Além disso, menciona que outros documentos complementares podem ser desenvolvidos para abordar tópicos como a implementação da abordagem ESG no modelo de gestão das organizações e a orientação para a comunicação e engajamento das partes interessadas sobre as práticas de sustentabilidade adotadas (ABNT PR 2030, 2022).

A importância do ESG no cenário organizacional enfatiza os benefícios financeiros e estratégicos de sua incorporação e apresenta a ABNT PR 2030 como uma iniciativa que fornece orientações e diretrizes para ajudar as organizações a adotarem práticas mais sustentáveis (ABNT PR 2030, 2022). Gonçalves *et al.* (2019) ressaltam que a adoção de boas práticas é fundamental para a legitimidade e relevância das organizações, especialmente na Administração Pública, e que a governança desempenha um papel crucial na garantia de que os resultados desejados pelos *stakeholders* sejam alcançados de maneira eficaz e transparente.

Brundiers e Wiek (2010) destacam a importância da participação ativa das partes interessadas e dos tomadores de decisão na resolução de problemas de sustentabilidade, ressaltando que essa disposição é reforçada quando eles estão envolvidos desde o início do processo. Além disso, indicam que os pesquisadores têm um papel crucial em facilitar essa colaboração e envolvimento, promovendo soluções mais eficazes e sustentáveis.

Lobato *et al.* (2019) mencionam que a maneira como uma organização é governada afeta profundamente a maneira como suas atividades são conduzidas. Organizações com governança mais robusta tendem a valorizar e compreender melhor a importância de medir e acompanhar indicadores-chave que refletem o desempenho e o progresso da organização. Os autores ainda

afirmam que isso propicia o uso dessas informações de maneira inteligente, aplicando-as para tomar decisões estratégicas que beneficiem a organização como um todo.

Após a avaliação de cada critério, a organização tem condições de estimar seu estágio de maturidade em relação às práticas ESG como um todo. A intenção é fornecer uma perspectiva para determinar onde a organização se encaixa no cenário atual e propor um direcionamento para que seja possível traçar sua trajetória de evolução na maturidade dos critérios ESG (ABNT PR 2030, 2022, p. 44).

Figura 1 – Estágios de maturidade dos critérios ESG



Fonte: ABNT PR 2030 (pag. 45, 2022).

2.5.2 A ABNT PR 2030 e a percepção dos docentes sobre as práticas ESG

Governança Corporativa é um sistema ou conjunto de práticas e estruturas que regulam a maneira como uma organização é gerenciada, administrada e supervisionada. Esse sistema abrange vários aspectos, incluindo pessoas envolvidas, processos organizacionais, elaboração de políticas, tomada de decisões empresariais e a distribuição de direitos e responsabilidades entre diferentes partes interessadas dentro da organização. As partes interessadas normalmente incluem diretoria, gerência, outros grupos ou indivíduos (estudantes) com algum tipo de envolvimento na instituição e, quando pertinente, um conselho de administração e órgãos de fiscalização e controle (ABNT PR 2030, 2022).

A ABNT PR 2030 (2022) destaca que a governança corporativa tem o objetivo de garantir que a organização seja conduzida de maneira transparente, ética e eficaz, levando em consideração os interesses de todas as partes envolvidas. Isso ajuda a prevenir práticas

inadequadas, corrupção e conflitos de interesse, além de promover a prestação de contas e a responsabilidade dos gestores perante as partes interessadas. Portanto, a governança corporativa visa criar um ambiente no qual a organização seja bem administrada, com decisões tomadas de forma informada e estratégica, visando ao sucesso sustentável a longo prazo.

Viegas e Cabral (2015) enumeram várias áreas em que as instituições devem atuar para incorporar princípios sustentáveis em suas operações e contribuir positivamente para questões ambientais e sociais:

- Compromisso formal: a instituição deve declarar seu compromisso com a sustentabilidade nos documentos oficiais e nos objetivos estratégicos. Isso significa que a sustentabilidade não é apenas uma ideia, mas um compromisso formal que orienta as ações da instituição.
- Integração nos ensinos e pesquisas: a instituição deve incorporar os conceitos de sustentabilidade no ensino de suas disciplinas e nas atividades de pesquisa. Isso implica em educar os estudantes sobre questões ambientais, sociais e de governança, bem como conduzir pesquisas que contribuam para soluções sustentáveis.
- Estímulo à reflexão crítica: a instituição deve incentivar os estudantes a refletirem criticamente sobre problemas ambientais e sociais. Isso promove uma abordagem mais consciente e engajada com relação às questões globais.
- Planejamento de ações sustentáveis: a instituição deve criar planos, práticas e políticas que reduzam sua pegada ecológica. Isso envolve a adoção de medidas para minimizar o impacto ambiental das operações, como economia de energia, gestão de resíduos e uso sustentável de recursos.
- Serviços de apoio aos alunos: a instituição deve desenvolver serviços de apoio aos alunos que destaquem a importância da sustentabilidade. Isso pode incluir programas educacionais, atividades extracurriculares e serviços de aconselhamento que promovam a conscientização sobre questões sustentáveis.
- Cooperação local e global: a instituição deve buscar acordos de cooperação com outras entidades, tanto em nível local quanto global, para melhorar a sustentabilidade. Isso pode envolver parcerias com outras instituições educacionais, empresas, organizações não governamentais e governos para ampliar o impacto positivo.

Os *stakeholders* incluem várias partes, como o governo, estudantes, professores, sociedade em geral, entidades de financiamento, sindicatos e funcionários administrativos. Esses grupos têm uma influência significativa sobre a maneira como a universidade é administrada e operada. Suas perspectivas, expectativas e demandas afetam diretamente as decisões e as direções tomadas pela gestão universitária (GONÇALVES *et al.*, 2019).

Gonçalves *et al.* (2019) apontam que o impacto desejado da pesquisa não se limita apenas a divulgar informações, mas a estimular a reflexão e a conscientização entre os docentes, os gestores universitários e os políticos sobre como a adoção de boas práticas de governança pode ser benéfica tanto para as instituições de ensino quanto para a sociedade como um todo.

O Quadro 2 destaca os temas e critérios do eixo governança conforme a ABNT PR 2030:

Quadro 2 - Temas e critérios do eixo governança ABNT PR 2030

Eixo	Governança
<p>Todas as organizações, considerando a sua própria constituição legal, exigem governança. Governança é o sistema interno de práticas, controles e procedimentos que a organização adota para se governar, tomar decisões eficazes, cumprir a lei e atender às necessidades das partes interessadas. Ao tomar decisões e alocar seus recursos naturais, humanos e financeiros, as organizações devem considerar como criarão valor a longo prazo para beneficiar todas as partes interessadas.</p>	
Tema	Critério
Governança corporativa	Estrutura e composição da governança corporativa Propósito e estratégia em relação à sustentabilidade
Conduta empresarial	<i>Compliance</i> , programa de integridade e práticas anticorrupção Práticas de combate à concorrência desleal (antitruste) Engajamento das partes interessadas
Práticas de controle e gestão	Gestão de riscos do negócio Controles internos Auditorias interna e externa Ambiente legal e regulatório Gestão da segurança da informação Privacidade de dados pessoais
Transparência na gestão	Responsabilização (prestação de contas) Relatórios ESG, de sustentabilidade e/ou relato integrado

Fonte: Adaptado da ABNT PR 2030 (2022).

O Quadro 2 da ABNT PR 2030 detalha temas e critérios específicos do eixo de governança, destacando a importância da estrutura de governança, estratégias de sustentabilidade, conduta empresarial, engajamento das partes interessadas, práticas de controle e gestão, e transparência na gestão.

A estrutura de governança abrange a composição da diretoria e dos conselhos, bem como os processos de tomada de decisão e a divisão de responsabilidades dentro da organização (CADBURY, 1992). Uma estrutura de governança robusta assegura que as decisões sejam tomadas de forma informada e com uma visão de longo prazo, promovendo a sustentabilidade da organização.

As estratégias de sustentabilidade envolvem a integração de princípios ambientais, sociais e de governança (ESG) nas operações e políticas da instituição (ELKINGTON, 1997). Essas estratégias visam reduzir a pegada ecológica da organização, promover a justiça social e assegurar uma governança transparente e ética.

A conduta empresarial se refere à conformidade com leis e regulamentos, além de promover práticas de integridade e anticorrupção (OECD, 2015). Isso inclui a implementação de programas de compliance que monitoram e garantem que a organização opera de acordo com padrões legais e éticos.

O engajamento das partes interessadas é crucial para a governança corporativa eficaz (FREEMAN, 1984). Isso envolve a comunicação e a interação com todos os grupos que têm

interesse ou são afetados pelas atividades da organização, incluindo funcionários, clientes, fornecedores, comunidade local e acionistas. Um engajamento ativo e transparente ajuda a construir confiança e assegurar que as decisões da organização considerem diversas perspectivas.

As práticas de controle e gestão são mecanismos que garantem que a organização opera de maneira eficiente e eficaz (COSO, 2013). Isso inclui a gestão de riscos, a implementação de controles internos e a realização de auditorias internas e externas para assegurar a precisão das informações financeiras e operacionais.

A transparência na gestão implica na divulgação clara e completa das atividades e desempenho da organização (GOMPERS; ISHII; METRICK, 2003). A publicação de relatórios ESG, de sustentabilidade e relatos integrados permite que as partes interessadas avaliem a performance da organização em áreas-chave e tomem decisões informadas.

2.5.3 A ABNT PR 2030 e a percepção dos Técnicos Administrativos das IES sobre as práticas ESG

Pinheiro e Oliva (2020) destacam as diferentes abordagens de controle - interno, externo e social - que têm como objetivo assegurar a eficiência, a legalidade e a transparência das atividades administrativas e governamentais. Cada tipo de controle desempenha um papel único no contexto da governança e prestação de contas.

Muitas universidades estão adotando práticas sustentáveis, tanto em termos de questões ambientais quanto sociais. Isso pode envolver redução de resíduos, economia de energia, promoção da diversidade e inclusão, entre outras iniciativas. Essas práticas não apenas contribuem para um impacto mais positivo na sociedade e no ambiente, mas também podem ser usadas como um diferencial competitivo em relação a outras Instituições de Ensino Superior (KIELING *et al.*, 2022).

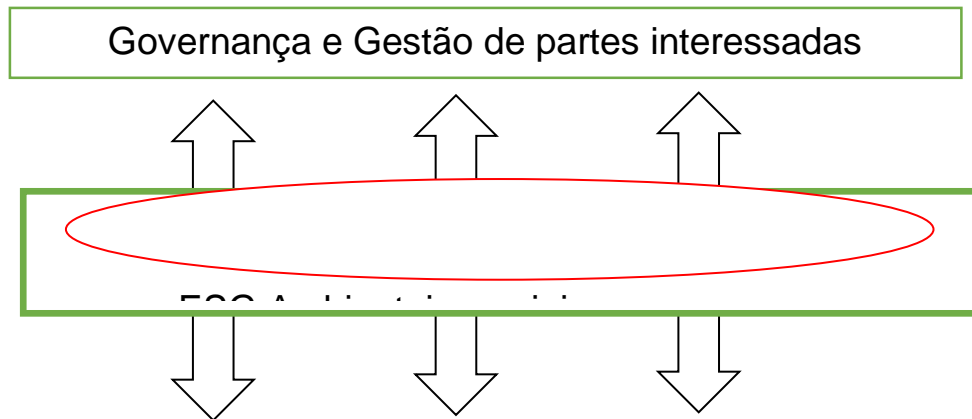
Kieling *et al.* (2022) enfatizam que compreender como a gestão pode impulsionar os princípios ESG no contexto universitário é crucial para identificar como as universidades podem melhorar suas operações internas, impactar positivamente a comunidade, e preparar os alunos para enfrentar desafios relacionados ao meio ambiente, equidade social e governança em suas futuras carreiras e contribuições para a sociedade.

A Teoria dos Stakeholders enfatiza a importância de considerar e atender às expectativas de todas as partes interessadas para criar valor sustentável, destaca ainda a responsabilidade das organizações em relação à sociedade e ao meio ambiente, indo além do simples atendimento

aos interesses dos *stakeholders* e incorporando considerações éticas e sociais mais amplas (TALIENTO *et al.*, 2019).

A Figura 2 ilustra a integração que deve existir entre a governança e as partes interessadas para atingir os objetivos ESG:

Figura 2 – Integração entre governança e partes interessadas



Fonte: Adaptado da ABNT PR 2030 (2022).

Negrão e Junior (2022) destacam que as IES devem estabelecer mecanismos de comunicação eficazes que facilitem a interação com o público em geral, bem como com grupos específicos de interesse, como cidadãos, usuários de serviços públicos e partes interessadas institucionais. Os autores argumentam que isso pode incluir a criação de plataformas *online*, linhas diretas de atendimento, reuniões públicas e outras formas de envolvimento que permitam às pessoas acompanharem as ações da entidade, fornecer *feedback*, fazer perguntas e expressar preocupações. Tudo isso visa promover a transparência, a responsabilidade e a participação pública nas decisões e atividades dessas entidades.

As práticas de sustentabilidade abordam áreas diferentes da governança e da gestão de uma instituição, abrangendo desde a qualidade acadêmica até a sustentabilidade ambiental e a comunicação interna, e todas têm um impacto relevante no funcionamento da organização, o que inclui também o desempenho dos funcionários e servidores da universidade.

O quadro 3 destaca os temas e critérios do eixo ambiental conforme a ABNT PR 2030:

Quadro 3 – Temas e critérios do eixo ambiental ABNT PR 2030

Eixo	Ambiental
<p>Todas as organizações afetam e são afetadas pelo meio ambiente. As organizações dependem de recursos naturais e ativos físicos para realizar suas operações. Assim, o eixo ambiental inclui os recursos naturais e energéticos consumidos pela organização, bem como os resíduos gerados, os impactos decorrentes e as consequências para os seres vivos. Produtos e serviços podem impactar direta ou indiretamente o meio ambiente.</p>	
Tema	Critério
Mudanças climáticas	Mitigação de emissões de gases de efeito estufa (GEE) Adaptação às mudanças climáticas Eficiência energética
Recursos hídricos	Uso da água Gestão de efluentes
Biodiversidade e serviços Ecosistêmicos	Conservação e uso sustentável da biodiversidade Uso sustentável do solo
Economia circular e gestão de resíduos	Economia circular Gestão de resíduos
Gestão ambiental e prevenção da poluição	Gestão ambiental Prevenção da poluição sonora (ruídos e vibrações) Qualidade do ar (emissão de poluentes) Gerenciamento de áreas contaminadas Produtos perigosos

Fonte: Adaptado da ABNT PR 2030 (2022).

O Quadro 3 da ABNT PR 2030 oferece um guia abrangente para a gestão ambiental nas organizações, abordando desde a mitigação das mudanças climáticas até a gestão de resíduos e a conservação da biodiversidade. Cada um desses critérios é essencial para promover a sustentabilidade e gerenciar os impactos ambientais de maneira eficaz. A integração dessas práticas é crucial para o desenvolvimento de uma abordagem holística para a sustentabilidade ambiental nas organizações (ABNT PR 2030, 2022).

O primeiro critério, mudanças climáticas, envolve a mitigação das emissões de gases de efeito estufa para combater o aquecimento global e a adaptação das operações organizacionais para lidar com os efeitos inevitáveis das mudanças climáticas, como eventos extremos e alterações meteorológicas (IPCC, 2021; SMIT *et al.*, 2000).

O segundo critério trata dos recursos hídricos, enfatizando a importância do uso eficiente da água e da gestão adequada dos efluentes para garantir a disponibilidade futura deste recurso vital e evitar a poluição dos corpos d'água (GLEICK, 2003; RATHILAL *et al.*, 2021).

O terceiro critério, biodiversidade e serviços ecossistêmicos, foca na conservação da biodiversidade e no uso sustentável do solo. Esses são elementos essenciais para manter a saúde dos ecossistemas e os serviços que eles fornecem, como polinização e regulação climática (TEEB, 2010; SALA *et al.*, 2000).

O quarto critério, economia circular e gestão de resíduos, promove a reutilização e a reciclagem de recursos para minimizar a geração de resíduos e a poluição, contrastando com o modelo linear de consumo e descarte (GEISSDOERFER *et al.*, 2017; ELLEN MACARTHUR FOUNDATION, 2013).

Por fim, o critério de gestão ambiental e prevenção da poluição envolve o desenvolvimento de políticas e práticas para reduzir a poluição e os impactos ambientais das atividades da organização, promovendo a melhoria contínua e a proteção dos recursos naturais (HART, 1995; KRIEGER, 2001).

Estes critérios são fundamentais para a sustentabilidade ambiental e para a eficácia das práticas de gestão ambiental nas organizações.

2.5.4 A ABNT PR 2030 e a percepção dos estudantes em relação ao ESG

Usak *et al.* (2021) enfatizam as relações da empresa com suas partes interessadas, gerenciamento de fornecedores, iniciativas de responsabilidade social corporativa, políticas de cuidado com os funcionários, projetos voluntários envolvendo os funcionários e políticas de benefícios sociais. Isso reflete o compromisso da empresa com práticas que beneficiam a sociedade e as comunidades. No contexto das universidades, pode-se concluir que o compromisso da governança deve atender e interagir com os anseios do meio acadêmico.

Lo (2013) afirma que o envolvimento dos alunos pode ser benéfico por várias razões. Por exemplo, ao envolver os alunos nas decisões relacionadas à sustentabilidade, as IES podem assegurar que suas vozes e perspectivas sejam consideradas, resultando em políticas mais equitativas e representativas. O autor menciona que isso contribui para um ambiente em que as decisões tomadas são mais inclusivas e refletem as preocupações e interesses de todas as partes envolvidas.

Jadric *et al.* (2021) analisaram os efeitos de aumentar recursos e organização em uma universidade inteligente para melhorar a qualidade e a experiência pessoal dos alunos, também buscaram entender como fatores como governança, percepção dos colegas, atitude em relação à administração da universidade e prestígio externo afetam o comprometimento dos alunos com a instituição.

A responsabilidade social é definida como a preocupação de uma organização com os impactos de suas ações na sociedade e no meio ambiente, adotando um comportamento ético e transparente que contribua para o desenvolvimento sustentável, respeite as expectativas das

partes interessadas, esteja em conformidade legal e siga normas internacionais, e seja praticado de forma abrangente em todas as áreas da organização (ABNT PR 2030, 2022).

Lo (2013) destaca também que o envolvimento dos alunos pode aumentar a legitimidade dos programas de sustentabilidade das IES. Quando os alunos têm a oportunidade de influenciar e participar das iniciativas de sustentabilidade, isso pode criar um maior senso de propriedade e compromisso com esses programas. O autor expõe que isso, por sua vez, pode aumentar a aceitação e a credibilidade dessas iniciativas entre a comunidade estudantil e outros *stakeholders*, resultando em maior apoio e adesão aos esforços de sustentabilidade.

O Quadro 4 destaca os temas e critérios do eixo social conforme a ABNT PR 2030:

Quadro 4 – Temas e critérios do eixo social ABNT PR 2030

Eixo	Social
Toda organização opera dentro de uma sociedade mais ampla e diversificada. O eixo social aborda os relacionamentos que a organização mantém com seus atores internos e externos e a reputação que ela promove entre pessoas e instituições nas comunidades onde atuam e o quanto contribuem para o respeito aos direitos humanos fundamentais. Para conduzir suas operações, as organizações aproveitam o talento e as habilidades trabalhadores. Produtos e serviços e atividades operacionais envolvidas na sua produção podem beneficiar a sociedade ou causar danos.	
Tema	Critério
Diálogo social e desenvolvimento territorial	Investimento social privado Diálogo e engajamento das partes interessadas Impacto social
Direitos humanos	Respeito aos direitos humanos Combate ao trabalho forçado ou compulsório Combate ao trabalho infantil
Diversidade, equidade e inclusão	Diversidade, equidade e inclusão Políticas
Relações e práticas de Trabalhos	Desenvolvimento profissional Saúde e segurança ocupacional Qualidade de vida Liberdade de associação Política de remuneração e benefício
Promoção de responsabilidade social na Cadeia de valor	Relacionamento com consumidores e clientes Relacionamento com os fornecedores

Fonte: Adaptado da ABNT PR 2030 (2022).

O Quadro 4 da ABNT PR 2030 apresenta os temas e critérios do eixo social, que são essenciais para a avaliação das práticas sociais das organizações, promovendo a justiça social e a inclusão em todas as suas operações e relações com *stakeholders* (ABNT PR 2030, 2022). Esse eixo abrange áreas fundamentais, incluindo diálogo social, direitos humanos, diversidade e inclusão, e a promoção da responsabilidade social na cadeia de valor, cada uma com seu papel específico na construção de uma sociedade mais equitativa e sustentável.

O diálogo social e desenvolvimento territorial é um dos principais temas do eixo social e enfatiza a importância de um engajamento significativo com as partes interessadas e a

contribuição para o desenvolvimento das comunidades locais. As práticas de diálogo social envolvem a criação de canais de comunicação transparentes e acessíveis, que permitem aos cidadãos, usuários de serviços e outros grupos expressar suas preocupações e participar das decisões (DE SCHUTTER, 2009; OXFAM, 2016). Esse diálogo é crucial para identificar e atender às expectativas sociais, garantindo que as ações das organizações estejam alinhadas com os interesses das comunidades e promovam um impacto social positivo (HARRISON *et al.*, 2015).

A promoção dos direitos humanos é outro critério fundamental do eixo social, abordando a responsabilidade das organizações em respeitar e proteger os direitos fundamentais em suas operações e cadeias de suprimento. A adesão a princípios de direitos humanos não apenas assegura a conformidade com normas internacionais, mas também fortalece a reputação da organização e contribui para um ambiente de trabalho mais justo e seguro (RUGGIE, 2013; UN GLOBAL COMPACT, 2021).

A diversidade, equidade e inclusão é um critério que visa promover ambientes de trabalho e operações inclusivas, que respeitem e valorizem a diversidade em todos os aspectos, incluindo gênero, raça e orientação sexual. Diversidade e inclusão são essenciais para criar ambientes mais inovadores e representativos, refletindo as necessidades e perspectivas variadas dos *stakeholders* (PAGE, 2007; COX, 1994).

Por fim, a promoção da responsabilidade social na cadeia de valor envolve a implementação de práticas responsáveis em todas as etapas da cadeia de suprimentos, desde a produção até a entrega dos produtos e serviços. Isso inclui garantir condições de trabalho justas, práticas ambientais responsáveis e a promoção de princípios éticos entre fornecedores e parceiros (ELKINGTON, 1997; CARROLL, 1999). Esse critério é fundamental para garantir que a responsabilidade social não seja apenas uma prática interna, mas também uma expectativa aplicada a toda a cadeia de valor da organização.

Portanto, o eixo social da ABNT PR 2030 não só avalia as práticas internas das organizações, como também a forma de interação com a sociedade, contribuindo, desse modo, para a justiça social e a sustentabilidade em um contexto mais amplo.

2.5.5 A ABNT PR 2030 como instrumento de orientação para a adoção das práticas ESG na percepção da comunidade acadêmica

A ABNT PR 2030 (2022) menciona que existirão outros documentos complementares desenvolvidos no futuro. Esses documentos adicionais poderão abordar outros aspectos

relacionados à abordagem ESG na organização, como passos específicos para implementar essa abordagem em seu modelo de gestão e orientações sobre como comunicar e envolver as partes interessadas (*stakeholders*) por meio de relatórios.

Zhao e Huang (2022) destacam a importância de todas as partes interessadas e o compromisso de fornecer valor a cada uma delas, adotando uma abordagem que valoriza todas as partes envolvidas em vez de apenas priorizar apenas algumas. Isso pode ser uma mudança significativa na forma como a organização considera seu impacto e responsabilidades ambientais, sociais e de governança.

As organizações precisam se adaptar a um novo cenário em suas atividades, adotando boas práticas ambientais, sociais e de governança, considerando não apenas seus objetivos finalísticos, mas um conjunto mais amplo de partes interessadas em suas atividades e decisões. Isso envolve um enfoque mais amplo e responsável para atender às necessidades e expectativas de todas as partes envolvidas (ABNT PR 2030, 2022).

A ABNT PR 2030 (2022) destaca a importância de a organização realizar um diagnóstico abrangente de suas práticas de sustentabilidade para entender seu progresso, avaliar seus esforços e determinar como ela pode direcionar suas iniciativas futuras com base nas informações coletadas durante o diagnóstico. Isso ajuda a organização a tomar decisões informadas e a melhorar continuamente sua abordagem de sustentabilidade.

Além disso, a ABNT PR 2030 (2022) orienta que com base nas informações coletadas no diagnóstico, a organização pode avaliar seu nível de maturidade em relação às práticas de sustentabilidade. Isso envolve entender em que estágio de desenvolvimento suas iniciativas de sustentabilidade estão e como elas se comparam às melhores práticas do setor.

O Quadro 5 demonstra os passos para incorporar o ESG na organização, o que evidencia o grau de maturidade desse processo:

Quadro 5 – Passos para incorporar o ESG na organização

Passo 1	Passo 2	Passo 3	Passo 4	Passo 5	Passo 6	Passo 7
Conhecer	Ter intenção estratégica	Diagnosticar	Planejar	Implementar	Medir e monitorar	Relatar e comunicar

Fonte: Adaptado da ABNT PR 2030 (2022).

2.6 SÍNTESE DO REFERENCIAL TEÓRICO

A governança universitária informada pela teoria dos *stakeholders* e apoiada por práticas ESG robustas, conforme orientado pela ABNT PR 2030, resultará em instituições de

ensino superior mais sustentáveis, inclusivas e responsáveis. O engajamento e a percepção positiva dos docentes, técnicos administrativos e estudantes são essenciais para o sucesso dessas práticas. A contabilidade desempenha um papel crucial no monitoramento e relato do desempenho ESG, contribuindo para uma governança universitária mais madura e sustentável. Assim, as universidades não apenas cumprem sua missão educacional, mas também se tornam agentes ativos de mudança positiva na sociedade.

3 METODOLOGIA

3.1 DESENHO DO ESTUDO

O modelo teórico tem como eixos as cinco variáveis do presente estudo: Governança nas IES, *disclosure*, ESG, os *Stakeholders* (comunidade acadêmica) e a ABNT PR 2030.

Este segmento tem como objetivo elucidar os métodos empregados no decorrer deste estudo. Inicialmente, é esboçado o desenho da investigação, seguido pela descrição da população e da amostra selecionada. Na sequência, são discutidos os fundamentos do estudo, nos quais são especificadas as variáveis examinadas e a maneira como foram operacionalizadas. Posteriormente, são delineados os procedimentos empregados para analisar os dados, traçando-se a trajetória percorrida na pesquisa e, em seguida, são apontadas as limitações identificadas nesta fase do trabalho. Por último, é apresentado o cronograma da pesquisa.

O presente estudo se caracteriza pela abordagem qualitativa do problema de pesquisa a partir de dados quantitativos. A classificação como qualitativa se justifica pelo caráter descritivo da realidade das IES a partir da percepção de sua comunidade.

Com relação aos objetivos, a pesquisa é classificada como descritiva, pois visa estabelecer relação entre as variáveis e utiliza técnicas padronizadas na coleta dos dados (BEUREN, 2008), os quais se referem a percepção do corpo estudantil e da governança das Instituições de Ensino Superior do RS quanto à norma orientadora ABNT PR 2030 e as práticas ESG, e ainda, a interação entre governança e estudantes quanto às decisões administrativas dessas instituições.

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, o estudo é caracterizado pelo levantamento, já que utiliza um questionário para verificar a relação entre as variáveis do modelo teórico. Também, caracteriza-se como um estudo documental, pois analisa as divulgações das IES do RS quanto às práticas ESG.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população da pesquisa compreende as Instituições de Ensino Superior do estado do Rio Grande do Sul. Já a amostragem foi por conveniência, tendo em vista a disponibilidade de respostas que serão obtidas, por meio das devolutivas relativas ao envio do questionário base do levantamento. O estudo foi aplicado em Universidades Públicas Federais, Universidades Particulares e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que possuem além de

cursos técnicos e tecnológicos a nível de ensino médio, cursos de graduação e pós-graduação, localizados no Rio Grande do Sul.

A escolha da população se deve à questão territorial, pela proximidade das IES do Rio Grande do Sul, o que gera maior facilidade de interação e comunicação por meios eletrônicos, telefônicos ou até presenciais, e assim, aumentando a possibilidade de obtenção das respostas desejadas no presente estudo.

Logo a seguir, deu-se início ao envio de convites e solicitações de autorização de aplicação do questionário, para IES pretendidas como coparticipantes do projeto de pesquisa. Os meios utilizados foram contatos telefônicos com as Reitorias das IES, as quais direcionaram para o envio por e-mail institucional dos gabinetes dos Reitores dessas Instituições. Foram enviados e-mails para as seguintes IES: Instituto Federal Farroupilha (IFFar), Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Instituto Federal Sul Rio Grandense, Universidade (IFSUL), Universidade Caxias do Sul (UCS), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI).

De algumas IES, como UFRGS e UCS, não obtivemos resposta aos e-mails enviados solicitando a aplicação da pesquisa junto a suas comunidades acadêmicas. Dessa forma, o questionário de pesquisa foi aplicado nas seguintes IES: IFFAR, IFSUL, IFRS, UNIPAMPA, UFPEL, UFSM, URI e UNISC. A FURG teve que ser excluída da pesquisa, devido às exigências de seu CEP e o tempo exíguo para o atendimento destes apontamentos de ajustes no projeto de pesquisa.

Justifica-se a aplicação do questionário de pesquisa nos Institutos Federais de Educação, porque essas Instituições de Ensino dispõem de cursos técnicos e tecnológicos a nível de ensino médio, mas também de cursos superiores e de pós-graduação em seu escopo de ensino público e gratuito oferecido à população das comunidades que atendem.

3.3 CONSTRUCTOS DA PESQUISA

Esta seção apresenta os objetivos geral e específicos e as variáveis utilizadas com o objetivo de operacionalizar a presente pesquisa. No Quadro 6, estão relacionados os objetivos, as categorias de análise e o público-alvo, que evidenciam os constructos do estudo.

Quadro 6 – Constructos da Pesquisa

Objetivo	Constructos	Método de Coleta
Diagnosticar o nível de adesão das IES às orientações da ABNT PR 2030;	<ul style="list-style-type: none"> ● Estágio 1: Elementar ● Estágio 2: Não Integrado ● Estágio 3: Gerencial ● Estágio 4: Estratégico ● Estágio 5: Transformador 	Pesquisa documental nos relatórios de sustentabilidade
Investigar a percepção da comunidade acadêmica sobre o nível de adesão das IES às práticas de ESG;	<ul style="list-style-type: none"> ● Mudanças climáticas ● Recursos hídricos ● Biodiversidade e serviços ecossistêmicos ● Economia Circular e Gestão de resíduos ● Gestão ambiental e prevenção da poluição 	Questionário com os estudantes, técnicos administrativos em educação e servidores docentes
	<ul style="list-style-type: none"> ● Diálogo social e desenvolvimento territorial ● Direitos humanos ● Diversidade, equidade e inclusão ● Relações e práticas de trabalhos ● Promoção de responsabilidade social na cadeia de valor 	
	<ul style="list-style-type: none"> ● Governança corporativa ● Conduta empresarial ● Práticas de controle e gestão ● Transparência na gestão 	
Analisar a relação entre nível de adesão das IES à cada pilar do ESG e a percepção da comunidade acadêmica em relação às práticas de ESG.	<ul style="list-style-type: none"> ● Teoria dos stakeholders ● ESG ● ABNT PR 2030 	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa documental nos relatórios de sustentabilidade - Questionário com os estudantes, técnicos administrativos em educação e servidores docentes

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Para diagnosticar o nível de aderência das IES à ABNT PR 2030, a pesquisa foi documental e a coleta dos dados foi realizada por meio de acesso aos relatórios ESG das IES do Rio Grande do Sul, em *sites* institucionais e outros meios de publicação desses documentos. Quanto à análise dos dados: foram examinadas as práticas da IES de acordo com as categorias apresentadas na ABNT PR 2030 e a verificação acerca do estágio/grau de maturidade (quadro com palavras chaves de cada estágio).

No que concerne ao objetivo de investigar a percepção da comunidade acadêmica sobre o nível de adesão das IES às práticas de ESG, a coleta de dados por meio de questionário enviado por e-mail, tendo como características questões fechadas e escala likert de 5 pontos. O Quadro 7 descreve a estrutura resumida do questionário:

Quadro 7 – Estrutura Resumida do Questionário

Dimensões	Categorias de análise	Nº de questões
Ambiental	Mudanças climáticas Recursos hídricos Biodiversidade e serviços ecossistêmicos Economia circular e gestão de resíduos Gestão ambiental e prevenção da poluição	20 questões
Social	Diálogo social e desenvolvimento territorial Direitos humanos Diversidade, equidade e Inclusão Relações e práticas de Trabalhos Promoção de responsabilidade social na cadeia de valor	20 questões
Governança	Governança corporativa Conduta empresarial Práticas de controle e gestão Transparência na gestão	16 questões
Dados sócio-demográficos		5 questões
Total de questões		61 questões

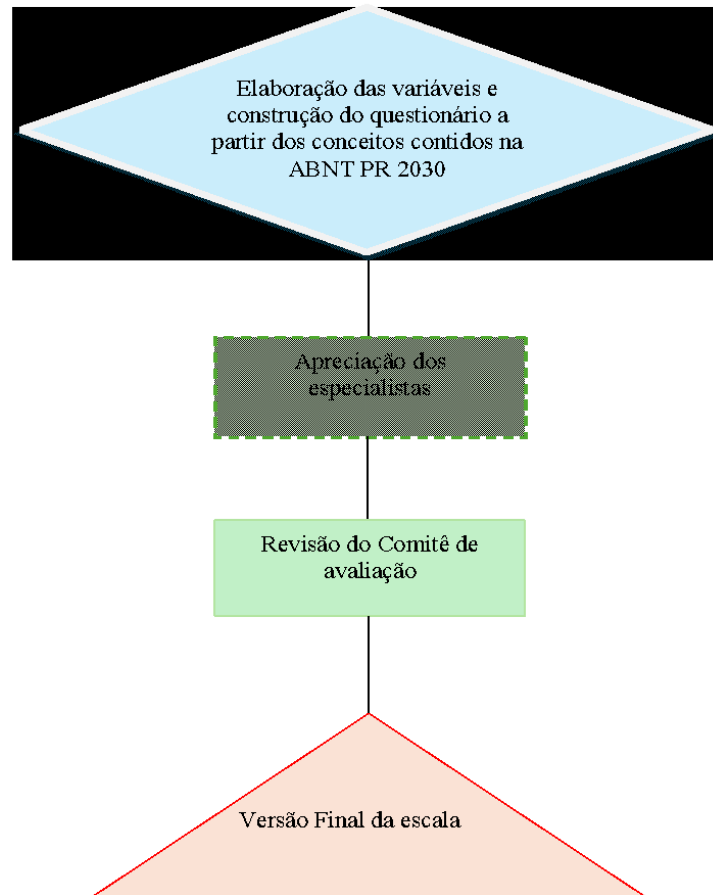
Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

3.5 ELABORAÇÃO DAS VARIÁVEIS

A elaboração das variáveis do estudo teve como base os conceitos contidos na ABNT PR 2030. O questionário foi construído em consonância com os preceitos dos eixos ambiental, social e governança, as suas orientações, estágios de maturidade estabelecidos, etapas de implantação e evolução na aplicação das práticas ESG em organizações.

A Figura 3, a seguir, demonstra as fases da elaboração das variáveis e construção do questionário:

Figura 3 – Fases de elaboração das variáveis e construção do questionário



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A segunda etapa da elaboração das questões e construção do questionário foi a submissão para apreciação de especialistas, para que estes analisassem e apontassem melhorias a serem procedidas. Houve apontamentos que foram seguidos e ajustes foram procedidos na escala. Durante a fase da Avaliação dos Especialistas, foram excluídas três questões por sugestão dos revisores, devido a problemas na sua formulação, são as questões 4, 52 e 56.

Em seguida, a terceira etapa foi a revisão do conteúdo de avaliação, procedendo ajustes, conforme os apontamentos enviados por especialistas. Essa comunicação foi feita via e-mails.

Por fim, chegou-se à versão final do conteúdo de avaliação, com 53 questões correspondentes aos eixos do ESG, Ambiental, Social e Governança, conforme os preceitos, estágios, conceitos e orientações da ABNT PR 2030.

3.6 APLICAÇÃO DO TESTE PILOTO

Com a finalidade de verificar a consistência das escalas relativa ao formulário de pesquisa, foi aplicado um teste piloto. Foram escolhidos trinta participantes, professores especialistas em pesquisa científica, alunos do PPGCC e técnicos administrativos. Assim sendo, foram obtidas 25 respostas nessa experiência e a consistência da relação variáveis com o questionário foi confirmada através de teste de confiabilidade do teste piloto, o que é demonstrado no Quadro 8 a seguir:

Quadro 8 – Confiabilidade do teste piloto

Dimensões	Constructos	Variáveis	Alpha de Cronbach* do constructo	Alpha de Cronbach* da dimensão
Ambiental	Mudanças climáticas (MUCL)	1, 2 e 3	0,813	0,965
	Recursos hídricos (REHI)	5, 6, 7 e 8	0,921	
	Biodiversidade e serviços ecossistêmicos (BISE)	9, 10, 11 e 12	0,879	
	Economia circular e gestão de resíduos (ECGR)	13, 14, 15 e 16	0,923	
	Gestão ambiental e prevenção da poluição (GAPP)	17, 18, 19 e 20	0,890	
Social	Diálogo social e desenvolvimento territorial (DSDT)	21, 22, 23 e 24	0,879	0,947
	Direitos humanos (DIHU)	25, 26, 27 e 28	0,845	
	Diversidade, equidade e Inclusão (DIEI)	29, 30, 31 e 32	0,861	
	Relações e práticas de Trabalhos (REPT)	33, 34, 35 e 36	0,768	
	Promoção de responsabilidade social na cadeia de valor (RSCV)	37, 38, 39 e 40	0,921	
Governança	Governança corporativa (GOCO)	41, 42, 43 e 44	0,914	0,960
	Conduta empresarial (COEM)	45, 46, 47 e 48	0,908	
	Práticas de controle e gestão (PRCG)	49, 50 e 51	0,868	
	Transparência na gestão (TRGE)	53, 54 e 55	0,865	

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

* 0,9 = associação excelente; 0,8 < 0,9 = associação muito boa; 0,7 < 0,8 = associação boa; 0,6 < 0,7 = associação moderada; < 0,6 = associação baixa; < 0,3 = devem ser analisados para remoção da escala (HAIR JR. *et al.*, 2005, p. 200).

O coeficiente alfa de Cronbach é uma medida de confiabilidade amplamente utilizada na avaliação da consistência interna de um conjunto de itens em um questionário ou escala psicométrica. Essa medida indica o quão bem os itens de um instrumento de medida estão correlacionados entre si. Para que a confiabilidade seja confirmada, os indicadores devem ser superiores a 0.7 (CRONBACH, 1951).

3.7 PREPARAÇÃO DA MATRIZ DE ENTRADA DOS DADOS

O questionário de pesquisa foi enviado via e-mail disponibilizado pelas IES que autorizaram a aplicação da pesquisa. Foram obtidas no total 505 respostas. Foram excluídas do estudo além da FURG, outras IES, como a UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), UCS (Universidade de Caxias do Sul), PUC-RS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), UFN (Universidade Franciscana), UNISINOS (Universidade do Vale dos Sinos), entre outras, por não ter sido possível o contato por meio telefônico ou por e-mail, ou, porque não houve retorno de algumas IES a mensagem solicitando autorização para aplicação do questionário científico.

3.8 TRATAMENTO DOS CASOS OMISSOS

Hair Jr. *et al.* (2009) propõem uma abordagem prática para lidar com casos omissos, aplicável em grande parte das situações: se os casos ausentes constituírem menos de 10% do conjunto total de dados, é viável eliminá-los; caso contrário, é aconselhável investigar a variável em questão.

Ao examinar os casos omissos ou ausentes, constatou-se que, em todas as questões, o número variava entre 2 e 4 por questão, totalizando 34 casos de ausência, o que representa menos de 1% do total de respostas, especificamente 0,51% de todos os casos. Devido à baixa proporção de casos ausentes em relação ao total, decidiu-se remover esses casos. Conseqüentemente, dos 467 casos totais, 34 ausentes foram excluídos, resultando em 443 válidos, sendo assim foi mantida a proporção de 443 respondentes para cada variável validada (HAIR JR. *et al.*, 2009). Alguns casos ausentes ainda persistiram nas variáveis métricas, porém, sua representatividade foi inferior a 1%.

3.9 ANÁLISE ESTATÍSTICA DOS DADOS

A análise teve início com a caracterização da amostra, conduzindo uma avaliação das frequências das variáveis categóricas. Além disso, foram conduzidas análises cruzadas para obter estatísticas por Instituição de Ensino Superior.

A análise fatorial é uma técnica que busca compreender as inter-relações entre as variáveis (HAIR JR. *et al.*, 2009). Pode ser empregada de forma confirmatória ou exploratória, dependendo da presença ou ausência de fatores previamente definidos, ou do número de fatores.

Assim, a Análise Fatorial Exploratória foi empregada na escala de Instituições de Ensino Superior (IES) para identificar os construtos latentes relacionados às variáveis observadas, com o propósito de condensar os dados em fatores, simplificando a análise em conjunto com a escala de IES.

Para relacionar as variáveis dependentes (percepção da comunidade acadêmica) com as variáveis categóricas (nível de maturidade das IES), utilizou-se a análise de Modelos Lineares Generalizados (GLM, do inglês Generalized Linear Models), devido à falta de conformidade com pressupostos como normalidade, homogeneidade da variância e homogeneidade da covariância, os quais inviabilizaram o uso do método MANOVA (HAIR JR. *et al.*, 2019). A escolha do GLM foi motivada pela sua maior flexibilidade na manipulação e análise dos dados, permitindo especificar o tipo de dados em análise (JOHNSON; WICHERN, 2007).

A MANOVA (Análise de Variância Multivariada) é uma técnica estatística utilizada para analisar conjuntos de variáveis dependentes que são medidas em duas ou mais condições experimentais ou grupos. Ela é uma extensão da análise de variância univariada (ANOVA), que é utilizada quando há apenas uma variável dependente (TABACHNIK; FIDELL, 2013).

O método GLM (Modelos Lineares Generalizados) é uma técnica estatística utilizada para modelar a relação entre uma variável dependente e uma ou mais variáveis independentes, incluindo tanto variáveis contínuas quanto categóricas. Ele é uma generalização de várias técnicas estatísticas, como a regressão linear, a ANOVA (Análise de Variância) e a regressão logística (MCCULLOCH; SEARLE, 2001).

Os GLMs são particularmente úteis quando os pressupostos das técnicas clássicas de regressão não são atendidos, como quando os dados não seguem uma distribuição normal ou quando há heterocedasticidade. Eles permitem especificar a distribuição da variável dependente e a função de ligação entre as variáveis dependentes e independentes, oferecendo uma grande flexibilidade na modelagem de uma ampla gama de situações (MCCULLOCH; SEARLE, 2001).

3.10 ASPECTOS ÉTICOS

A presente pesquisa, após a qualificação do projeto e elaboração dos instrumentos de coleta de dados, foi enviada ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da UFSM para avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos. O CEP é um colegiado integrado por representantes das unidades universitárias da UFSM, sendo criado nos termos da resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde.

A participação neste projeto pode envolver riscos mínimos, tais como cansaço ou constrangimento no decorrer da entrevista ou conversa ou ao responder ao questionário. Caso isso se manifeste, o participante poderá desistir de seu envolvimento no projeto. Fica, também, garantido o seu direito de requerer indenização em caso de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

Em 05.12.23 o projeto de pesquisa foi enviado para análise da Comissão de Ética da UFSM, que por intermédio do Parecer Consubstanciado 6.613.956 autorizou a aplicação da pesquisa científica na UFSM em 16 de janeiro de 2024.

Por meio telefônico foram feitos contatos com as principais IES do RS. Os contatos telefônicos foram encontrados em *sites* institucionais e em pesquisas no *Google*. Através do contato via telefone, foram disponibilizados os e-mails para enviar a proposta de pesquisa, solicitando autorização para aplicação do questionário no âmbito das IES.

Assim sendo, foram obtidas autorizações para aplicação do questionário de pesquisa nas seguintes instituições de ensino superior: UFSM, UFPEL, URI, UNIPAMPA, IFRS, UNISC, IFFAR e IFSUL. Instituições de grande porte, como UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), UCS (Universidade de Caxias do Sul) e UNISINOS (Universidade do Vale do Rio dos Sinos), não retornaram nossos e-mails. As autorizações de aplicação do questionário do IFFAR e da FURG condicionaram à submissão e aprovação da pesquisa pelo CEP (Comitê de Ética) destas IES, sendo que no IFFAR houve a aprovação em tempo hábil, no entanto, na FURG a apreciação continua com pendências, devido a esse motivo, a instituição foi retirada do escopo do presente estudo.

3.11 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Uma das limitações da pesquisa é a população que pode ser estendida em estudos futuros para uma amplitude regional ou nacional em relação à adesão da norma ABNT PR 2030 por parte das IES. Essa extensão da população pode viabilizar uma visão holística do cenário e, ao mesmo tempo, possa-se comparar por estados ou regiões do país, os diferentes estágios de conhecimento e de aderência a ABNT PR 2030.

Outra característica que pode ser considerada como limitação do estudo, é em relação aos seus *stakeholders* (professores, estudantes, técnicos administrativos e terceirizados), que podem ser ampliados futuramente para uma coletividade maior, como por exemplo as populações das cidades onde se localizam suas IES.

Outras Instituições de Ensino Superior foram contatadas por meio telefônico, porém, ou não houve atendimento, ou não foi indicado meio para envio da solicitação de autorização de aplicação da pesquisa, sendo essa uma das dificuldades encontradas para ampliação da gama de IES coparticipantes do estudo. Outro obstáculo foi o recesso de final de ano e período de férias, o que proporcionou demora nas respostas, sendo que algumas IES somente responderam após a data de corte de aplicação da pesquisa estabelecida pelos autores do estudo, que foi o dia 12/03/24.

O período de recesso e férias também influenciaram na morosidade em se obter respostas dos Comitês de Ética das IES, que autorizaram a aplicação do questionário de pesquisa científica. Em algumas IES, o processo continua em análise, porém, na autorização originária não foi condicionada à apreciação de seu CEP, possibilitando a aplicação do questionário nessas IES. Somente o IFFar e a FURG citaram o condicionamento à submissão ao seu Comitê de Ética, sendo que a CEP do IFFar já aprovou a aplicação e na FURG o processo ainda se encontra pendente.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A exposição e análise dos resultados começam com a descrição das Instituições de Ensino Superior pesquisadas e dos participantes do estudo (comunidade acadêmica) que constituem a amostra. Em seguida, é apresentada a avaliação dos dados qualitativos do nível de adesão das IES aos princípios ESG (segundo as orientações a ABNT PR 2030), conforme percebida pelos respondentes do questionário de pesquisa.

As etapas de validação das análises são feitas em escalas. Cada escala é submetida à análise fatorial exploratória e confirmatória, além da avaliação descritiva dos dados quantitativos e qualitativos. Por fim, são examinadas as relações entre os construtos e a análise da percepção da comunidade acadêmica em relação à adesão das IES às práticas ESG (conforme a ABNT PR 2030).

4.1 AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR ANALISADAS

O Rio Grande do Sul é um estado brasileiro conhecido pela sua forte tradição educacional e pelas suas renomadas instituições de ensino superior. Desde as suas universidades públicas até as faculdades privadas, o estado oferece uma ampla variedade de opções educacionais para estudantes de diversas áreas do conhecimento (BARROS, 2012). No Quadro 9, destacam-se algumas instituições de ensino superior do Rio Grande do Sul que autorizaram a aplicação do presente estudo, considerando tanto as IES públicas quanto as privadas, além de abordar brevemente o contexto histórico e a relevância educacional do estado.

Quadro 9 – Instituições de Ensino Superior Públicas participantes do estudo

(continua)

- Universidade Federal de Santa Maria (UFSM): Localizada na cidade de Santa Maria, a UFSM é outra importante instituição de ensino superior no Rio Grande do Sul. Fundada em 1960, destaca-se pela qualidade dos seus cursos nas áreas de ciências agrárias, saúde, ciências exatas e humanidades, entre outras (ROSA, 2001). A UFSM se destaca em número de alunos, com aproximadamente 23.239 alunos. Também lidera as IES relacionados nesta pesquisa quanto ao número de técnicos administrativos, que são cerca de 2.020. O número de professores da Universidade Federal de Santa Maria se aproxima dos 2.473.

- Universidade Federal de Pelotas (UFPEL): Com sede na cidade de Pelotas, a UFPEL foi fundada em 1969 e é reconhecida pela sua excelência acadêmica, especialmente nos campos das ciências da saúde, ciências sociais e humanidades. A instituição desempenha um papel fundamental no desenvolvimento regional e na promoção da inclusão social (CUNHA, 2000). A UFPEL atualmente tem aproximadamente 18.400 alunos, 1.332 técnicos administrativos e 1.356 professores.

Quadro 9 – Instituições de Ensino Superior Públicas participantes do estudo

(conclusão)

<p>- Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS): O IFRS é uma instituição de ensino federal que surgiu a partir da integração de escolas técnicas federais e centros federais de educação tecnológica. Fundado em 2008, tem como missão promover a educação profissional, científica e tecnológica, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da região e formando profissionais qualificados. A relevância do IFRS no cenário educacional gaúcho está ligada à sua oferta de cursos técnicos, tecnológicos e de graduação, alinhados às demandas do mercado de trabalho e às necessidades regionais (SILVA; BEUREN, 2013; LOUREIRO, 2018). O IFRS possui 17.802 discentes, 937 técnicos administrativos e 1.280 professores.</p>
<p>- Instituto Federal Sul Rio Grandense (IFSUL): O IFSUL é uma instituição de ensino federal que atua no sul do estado do Rio Grande do Sul. Criado em 2008, oferece cursos técnicos, tecnológicos, de graduação e pós-graduação, além de promover atividades de pesquisa e extensão. A relevância do IFSUL está associada à sua contribuição para a formação de profissionais qualificados em diversas áreas, bem como para o desenvolvimento socioeconômico da região sul do estado (SILVEIRA; OLIVEIRA, 2019; MACHADO; GÜINTHER, 2019). No IFSUL, os alunos são aproximadamente 20.221, no entanto tem menos técnicos administrativos e professores, 766 e 835 respectivamente.</p>
<p>- Instituto Federal Farroupilha (IFFAR): O IFFAR é uma instituição de ensino federal que atua na região da Campanha e Fronteira Oeste do estado do Rio Grande do Sul. Fundado em 2008, oferece cursos técnicos, tecnológicos, de graduação e pós-graduação, bem como desenvolve atividades de pesquisa, extensão e inovação. A relevância do IFFAR está relacionada à sua contribuição para a formação de profissionais qualificados e para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades atendidas pela instituição (FREITAS; MOREIRA, 2018; MELO; SILVEIRA, 2017). O Instituto Federal Farroupilha possui atualmente 13.281 discentes, 697 técnicos administrativos e 716 professores.</p>
<p>- Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA): A Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) é uma instituição de ensino superior pública localizada na região da Campanha no Rio Grande do Sul. Fundada em 2006, a UNIPAMPA é uma das mais jovens universidades federais do país. Seu surgimento foi resultado de um movimento social e político que visava expandir o acesso ao ensino superior em regiões historicamente desfavorecidas (FAGUNDES; GUTERRES, 2021; REIS <i>et al.</i>, 2017). A UNIPAMPA tem como missão promover o desenvolvimento regional por meio da educação, pesquisa e extensão, oferecendo cursos de graduação, pós-graduação e programas de extensão que atendem às demandas locais e contribuem para a formação de profissionais qualificados (FAGUNDES; GUTERRES, 2021; REIS <i>et al.</i>, 2017). Das Universidades Federais, a UNIPAMPA é a que possui o menor número de alunos, que são aproximadamente 11.364, possuindo em seu quadro de servidores, 887 técnicos administrativos e 955 professores.</p>
<p>- Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI): A URI é uma instituição de ensino superior com sede em Erechim, no Rio Grande do Sul. Fundada em 1992, teve origem na fusão de várias faculdades e escolas técnicas da região. A universidade oferece uma ampla variedade de cursos de graduação, pós-graduação e extensão, além de promover atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Sua relevância educacional está ligada ao compromisso com a formação de profissionais qualificados e à integração com a comunidade local, contribuindo para o desenvolvimento regional (BEUREN; BORTOLUZZI, 2005; BAGGIO; LAZAROTTO, 2018). A URI possui 10.613 alunos, 752 técnicos administrativos e 916 professores.</p>
<p>- Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC): A UNISC é uma instituição de ensino superior localizada em Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul. Fundada em 1966, oferece uma diversificada gama de cursos de graduação, pós-graduação e extensão, além de investir em pesquisa e inovação. A universidade destaca-se pela qualidade de ensino e pela sua contribuição para o desenvolvimento cultural, social e econômico da região. Sua relevância educacional está relacionada à formação de profissionais capacitados e ao estímulo à produção científica e tecnológica (FLECK; CUSTÓDIO, 2017; OBERDERFER; MAYER, 2018). A Universidade de Santa Cruz possui aproximadamente 5.096 alunos, 668 técnicos administrativos e 394 professores.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

O Rio Grande do Sul possui uma longa tradição educacional, que remonta ao período colonial. Ao longo dos séculos, a educação tem sido valorizada como um instrumento de transformação social e desenvolvimento econômico. As instituições de ensino superior desempenham um papel fundamental na formação de profissionais qualificados e na produção de conhecimento científico, contribuindo para o progresso do estado e do país como um todo

(SILVA; BEUREN, 2013; LOUREIRO, 2018; BEUREN; BORTOLUZZI, 2005; BAGGIO; LAZAROTTO, 2018).

4.2 NÚMERO DE PARTICIPANTES POR IES E POR CATEGORIA DE VÍNCULO

Como mencionado anteriormente no tópico 3 deste estudo, a pretensão dos pesquisadores era abranger o maior número possível de IES do RS, entretanto, isso se tornou improvável e um tanto difícil devido ao período de aplicação da pesquisa coincidir com o intervalo de férias escolares. Porém, o número de respostas obtidas foi significativo, chegando a 526 no total, sem aplicação dos filtros de exclusão. Após a incidência dos excludentes de filtragem das respostas, esse número ficou em 433 respondentes validados para análises dos dados, permanecendo um saldo significativo para ser examinado através dos métodos estatísticos.

A Tabela 1, a seguir, demonstra a relação entre o total de alunos, técnicos administrativos, professores, terceirizados e outros vínculos de cada IES, com o total de respondentes da pesquisa por cada uma dessas categoria e por IES.

Tabela 1 – Número de participantes por categoria e por Instituição de Ensino Superior

IES	Nº de alunos			Nº de técnicos			Nº de professores		
	Total	Part.	%	Total	Part.	%	Total	Part	%
UFSM	23.239	87	0,37	2.020	34	1,68	2.473	41	1,66
UFPEL	18.400	15	0,08	1.332	2	0,15	1.356	5	0,37
IFFAR	13.281	4	0,03	697	77	11,05	716	23	3,21
IFSUL	20.221	4	0,02	766	7	0,91	835	12	1,44
IFRS	17.802	2	0,01	937	17	1,81	1.280	12	0,94
UNISC	5.096	1	0,02	688	0	0,00	394	0	0,00
UNIPAMPA	11.364	1	0,01	887	57	6,43	916	25	2,73
URI	10.673	3	0,03	752	0	0,00	955	7	0,73
Total	120.076	117	-	8.079	194	-	8.925	125	-

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

A UFSM com 162 participantes e o IFFar com 104 respondentes validados, se destacam, representando juntos 60,04% do total de respostas válidas para o presente estudo. A pesquisa não obteve uma grande receptividade especificamente nas IES privadas, que juntas representaram apenas 2,48% das respostas válidas, num total de 11 respondentes.

Analisando o quantitativo de respondentes por categoria de vínculo com as instituições, os técnicos administrativos se mostraram mais receptivos quanto à disponibilidade de responder

ao questionário de pesquisa, totalizando 194 respostas, ou 43,79%. Os professores respondentes foram 125, representando 28,21%, seguido pelos alunos com 117 respostas, o que representou 26,41%, e por fim, os terceirizados e outros com vínculos com 6 respostas coletadas, 1,35% do total geral válido para a pesquisa.

As fontes utilizadas para o levantamento dos totais por categoria de vínculo com as IES foram: Relatórios de Gestão Anuais (IES públicas), dados da plataforma Nilo Peçanha, que por sua vez está inserida na plataforma macro GOV.BR, contatos com os setores de RH e de Ensino das IES (principalmente IES privadas), troca de mensagens eletrônicas por e-mail, entre outras.

4.3 PERFIL DA AMOSTRA

A seguir passa-se a análise da amostra, considerações e descrições do perfil dos respondentes do questionário, enviado por e-mail e acessado por meio do aplicativo *Google Forms*.

Tabela 2 – Perfil da Amostra da Pesquisa

Variável	Categoria	N	UFSM		UFPEL		IFFAR		IFSUL		IFRS		UNISC		URI		UNIPAMPA	
			N	%	N	%	n	%	n	%	N	%	n	%	n	%	n	%
Nível de Escolaridade	Fundamental Completo	1		0,00	0	0,00	0	0,00	1	4,35	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	Médio	8	2	1,22	2	9,091	3	2,80	1	4,35	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	Graduação incompleta	48	30	18,18	10	45,45	3	2,80	2	8,70	0	0,00	0	0,00	2	20,00	1	1,20
	Graduação	27	12	7,28	2	9,091	8	7,48	1	4,35	1	3,13	0	0,00	0	0,00	3	3,61
	Pós-graduação incompleta	44	24	14,54	1	4,545	8	7,48	1	4,35	6	18,75	0	0,00	0	0,00	4	4,82
	Pós-graduação	315	97	58,78	7	31,82	85	79,44	17	73,91	25	78,13	1	100	8	80,00	75	90,36
	Totais	443	165	100	22	100	107	100	23	100	32	100	1	100	10	100	83	100
Tempo de vínculo na IES	menos de 1 ano	34	17	10,30	2	9,09	7	6,54	5	21,74	0	0,00	0	0,00	2	20,00	2	2,41
	1 a 5 anos	98	59	35,76	13	59,09	8	7,48	3	13,04	5	15,63	0	0,00	2	20,00	7	8,43
	6 a 10 anos	121	36	21,82	2	9,091	41	38,32	1	4,35	7	21,88	1	100	2	20,00	22	26,51
	11 a 15 anos	123	28	16,97	2	9,091	39	36,45	10	43,48	13	40,63	0	0,00	3	30,00	35	42,17
	16 a 20 anos	31	6	3,636	0	0,00	4	3,74	1	4,35	3	9,38	0	0,00	1	10,00	16	19,28
	mais de 20 anos	36	19	11,52	3	13,64	8	7,48	3	13,04	4	12,50	0	0,00	0	0,00	1	1,20
	Totais	443	165	100	22	100	107	100	23	100	32	100	1	100	10	100	83	100
Tipo de vínculo	Estudante	117	87	52,73	15	68,18	4	3,77	4	17,4	2	6,25	1	100	3	30,00	1	1,20
	Professor	125	41	24,85	5	22,73	23	21,7	12	52,2	12	37,5	0	0,00	7	70,00	25	30,12
	Técnico Administrativo	194	34	20,61	2	9,091	77	72,6	7	30,4	17	53,13	0	0,00	0	0,00	57	68,67
	Terceirizado/outro	7	3	1,818	0	0,00	2	1,89	0	0,00	1	3,125	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	Totais	443	165	100	22	100	106	100	23	100	32	100	1	100	10	100	83	100
Idade	15 a 35 anos	100	57	34,55	14	63,64	15	14,02	5	21,74	3	9,38	0	0,00	2	20,00	4	4,82
	36 a 55 anos	264	73	44,24	2	9,091	76	71,03	17	73,91	24	75,00	1	100	8	80,00	63	75,9
	56 a 72 anos	67	30	18,18	4	18,18	14	13,08	1	4,35	5	15,63	0	0,00	0	0,00	13	15,7
	Não declarou	12	5	3,03	2	9,091	2	1,87	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	3	3,61
	Totais	443	165	100	22	100	107	100	23	100	32	100	1	100	10	100	83	100
Gênero	Feminino	219	90	54,55	9	40,91	53	49,53	10	43,48	17	53,13	0	0,00	6	60,00	34	40,96
	Masculino	219	73	44,24	12	54,55	53	49,53	13	56,52	15	46,88	1	100,00	4	40,00	48	57,83
	Nenhum dos anteriores	1	0	0,00	0	0,00	1	0,93	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	Prefiro não responder	4	2	1,21	1	4,55	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	1,20
	Totais	443	165	100	22	100	107	100	23	100	32	100	1	100	10	100	83	100

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Quanto ao nível de escolaridade dos respondentes do questionário da pesquisa, destaca-se que das 443 respostas válidas, 315 possuem pós-graduação, representando, portanto, 71% do total de respostas validadas.

A idade dos respondentes foi outro fator que chamou atenção, pois do total validado, 264 dos participantes possuem de 36 a 55 anos, portanto uma faixa de pessoas na fase da maturidade, mas ainda jovens, representou 59,59% do total das respostas.

Outro dado constatado no presente estudo que mereceu atenção, foi o equilíbrio no número de respostas entre homens e mulheres, 219 para cada sexo, sendo que 5 respondentes não responderam ou não se identificam com nenhum dos dois sexos.

Quanto ao tipo de vínculo dos participantes com as Instituições de Ensino Superior pesquisadas, houve um certo equilíbrio no número de respondentes, foram 117 alunos, 125 professores, 194 técnicos-administrativos e ainda apenas 6 terceirizados ou com outro vínculo com a IES.

4.4 ESTÁGIO DE MATURIDADE DAS IES EM RELAÇÃO ÀS PRÁTICAS ESG

As Instituições de Ensino Superior Públicas, participantes deste estudo, emitem anualmente o Relatório de Gestão, peça principal da Prestação de Contas Anual obrigatória determinada pela Instrução Normativa n.º 84/2020 do Tribunal de Contas da União (TCU), que estabelece normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, para fins de julgamento pelo TCU, nos termos do art. 7º da Lei n.º 8.443, de 1992.

Ao acessar o Relatório de Gestão Anual, foi possível perceber que todas as IES públicas analisadas nesta pesquisa, possuem uma Seção ou Tópico referente ao tema “Sustentabilidade”, no entanto, não utilizam o título ESG (Ambiental, Social e Governança) em nenhum momento nos seus relatórios.

Também foi possível perceber, em pesquisas nos *sites* institucionais, que as IES públicas não emitem relatórios específicos sobre sustentabilidade, desenvolvimento sustentável ou ESG. Seus relatórios relativos a esse tema são integrados ao Relatório de Prestação de Contas Anual.

Ao verificar as seções ou tópicos relativos ao tema sustentabilidade, foi possível chegar, pelos relatos contidos no documento de gestão, a conclusões sobre o estágio de maturidade das IES públicas em relação às práticas ESG.

Já no que se refere as IES privadas, não foi possível encontrar relatórios referentes à sustentabilidade nos *sites* institucionais. Apenas foram encontradas menções a encontros e

seminários promovidos pela instituição no sentido de expandir conhecimentos em sua comunidade sobre os princípios de sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e práticas ESG. Através desses relatos encontrados em materiais de divulgação de eventos nos *sites* institucionais, foi possível concluir que as IES privadas analisadas se encontram no estágio 1 - Elementar de maturidade quanto às práticas ESG, visto que buscam apenas cumprir obrigações legais e não possuem processos estruturados em relação a esses princípios.

Com relação as IES públicas, o cenário encontrado foi um pouco diferente. O IFFar e o IF Sul se destacam. Nesses órgãos os processos relativos às práticas ESG estão em franca ascensão, encontrando-se já no estágio 3 – Gerencial, já que possuem Departamentos e Comitês responsáveis pela implantação e monitoramento dos princípios ESG em todas as suas unidades gestoras (ABNT PR 2030, 2022). Essas instituições possuem, por exemplo, usinas fotovoltaicas e tratamento de resíduos sólidos em praticamente todos os seus Campi, e o processo se encontra em franca expansão. Portanto, é uma política estruturada da instituição, já impregnada na sua cultura.

O IFRS, a UFPEL, a UFSM e a UNIPAMPA se encontram no estágio 2 – Não Integrado, ou seja, o processo ESG já avançou um pouco, mas ainda não é uma política integrada e estruturada na Instituição, limitando-se em cumprir normas legais (ABNT PR 2030, 2022). No entanto, notou-se uma intenção de evolução para os próximos anos, o que pode levar essas instituições a galgar estágios, quando processos forem aprimorados, Comitês e Departamentos forem criados especificamente para tratar da implantação e monitoramento das práticas ESG e sustentabilidade nos seus Campi.

Tabela 3 – Nível de Maturidade das IES conforme critérios da ABNT PR 2030

IES	NÍVEL DE MATURIDADE SEGUNDO ESTÁGIOS DA ABNT PR 2030
Universidade Federal de Santa Maria	2
Universidade Federal de Pelotas	2
Instituto Federal Farroupilha	3
Instituto Federal do Rio Grande do Sul	2
Instituto Federal Sul Riograndense	3
Universidade Federal do Pampa	2
Universidade de Santa Cruz	1
Universidade Reg. Integr. do Alto Uruguai	1

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Por meio do exame documental das Instituições de Ensino Superior analisadas no presente estudo, não foram detectados avanços em práticas ESG que poderiam classificá-las

nos níveis 4 – Estratégico e 5 – Transformador. No estágio 4 a organização já possui metas e indicadores de desempenho em relação aos princípios ESG. Já no Estágio 5 a organização demonstra liderança ao buscar o protagonismo em seu setor de atividade e cadeias de valor, defendendo sistematicamente o tema junto à sociedade. Isso inclui o estabelecimento de programas privados e políticas públicas estruturantes de forma mais abrangente (ABNT PR 2030, 2022).

A análise dos Relatórios de Gestão e das práticas ESG nas IES públicas e privadas revela um cenário complexo e multifacetado. A ausência do título ESG nas publicações das IES públicas, a diferença de maturidade entre IES públicas e privadas, e o papel potencial da ABNT PR 2030 são elementos centrais na discussão dos resultados. A evolução das práticas ESG nas IES reflete uma necessidade contínua de formalização e estruturação dessas práticas, com a ABNT PR 2030 oferecendo um caminho claro para a melhoria e a maturação das estratégias de sustentabilidade. A percepção e o engajamento dos *stakeholders*, bem como o papel da contabilidade na medição e relatório das práticas ESG, são fatores cruciais que determinarão o sucesso futuro dessas iniciativas.

Essa discussão aprofunda os resultados observados no estudo, analisa as implicações das práticas atuais e explora como a ABNT PR 2030 pode influenciar o avanço das práticas ESG nas IES.

4.5 VALIDAÇÃO DO PROTOCOLO DE TRÊS ESCALAS

Esta seção começa com a validação da Escala de ESG por meio da Análise Fatorial Exploratória. Posteriormente, são expostos e discutidos os resultados quantitativos através da análise descritiva.

Ao rodar os dados coletados por meio da aplicação do questionário ao fazer a análise exploratória, não foi possível a validação em uma escala somente, foi preciso a segmentação em três escalas, que são na verdade os três eixos do ESG, Ambiental, Social e Governança, sendo analisados de forma segregada.

4.5.1 Análise Fatorial Exploratória do Eixo Ambiental

A análise fatorial exploratória seguiu o método de extração de componentes principais, começando com a avaliação do teste de esfericidade de Bartlett, o qual indicou a adequação da análise fatorial com uma significância inferior a 0,01. A validade da amostra foi verificada

utilizando o KMO (Kaiser-Meyer-Olkin), que atingiu um valor de 0,974 no eixo ambiental, que demonstra adequação da amostra para análise fatorial ($KMO > 0.5$) (FIELD, 2020)

Os resultados demonstraram que nenhuma variável apresentou comunalidade inferior a 0,5 na escala do eixo ambiental. A solução fatorial encontrada com 19 variáveis foi distribuída em apenas um fator no eixo ambiental. Conforme a Tabela 4, a variância total explicada foi de 65,75% para um fator, por esse motivo a recomendação foi que fosse adotada uma escala unifatorial.

Tabela 4 – Variância Total Explicada

Componente	Valores próprios iniciais			Somadas de extração de carregamentos ao quadrado		
	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa
1	12,492	65,750	65,750	12,492	65,750	65,750
2	0,784	4,125	69,875			
3	0,692	3,643	73,518			
4	0,632	3,327	76,845			
5	0,584	3,075	79,920			
6	0,457	2,405	82,325			
7	0,424	2,232	84,557			
8	0,390	2,054	86,611			
9	0,357	1,880	88,491			
10	0,305	1,606	90,097			
11	0,271	1,424	91,521			
12	0,253	1,332	92,854			
13	0,242	1,271	94,125			
14	0,224	1,179	95,304			
15	0,198	1,043	96,347			
16	0,192	1,008	97,355			
17	0,181	0,953	98,308			
18	0,165	0,868	99,177			
19	0,156	0,823	100,000			

Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

Método de extração: análise do componente principal.

Não houve necessidade de aplicar o método de Rotação de Fatores, porque foi identificado somente um fator. A rotação tem a capacidade de aperfeiçoar os fatores (FIELD, 2020), não sendo necessária a exclusão de nenhuma variável devido à carga fatorial ser superior a 0,7, sendo que a recomendação é estar acima de 0,05 (HAIR JR. *et al.*, 2005).

O fato de todas as variáveis apresentarem comunalidades superiores a 0,5 é um indicativo positivo de que o fator identificado captura de maneira adequada as informações das variáveis. Isso sugere que o fator é relevante e que as variáveis incluídas na análise são apropriadas para representar o conceito de sustentabilidade ambiental que está sendo investigado (HAIR *et al.*, 2014). A alta comunalidade das variáveis também reforça a validade

da solução fatorial, evidenciando que a estrutura unifatorial encontrada é robusta e representativa do eixo ambiental analisado (FIELD, 2013).

A identificação de um único fator que explica 65,75% da variância total sugere que as variáveis analisadas compartilham uma estrutura comum forte e que o fator ambiental é um construto significativo e compreensivo (COSTELLO; OSBORNE, 2005). A explicação de mais de 60% da variância total é um resultado favorável e indica que o fator unifatorial é um bom modelo para explicar as práticas e percepções ambientais (GORSUCH, 1983). A solução unifatorial é uma abordagem simplificada que permite uma análise clara e focada das práticas ambientais, sem a necessidade de dividir o conceito em múltiplos fatores. Essa simplicidade é vantajosa para a interpretação dos resultados e para a formulação de recomendações práticas (COMREY; LEE, 1992).

A recomendação de uma escala unifatorial é suportada pelos resultados da análise fatorial, que mostram uma estrutura clara e consistente com um único fator dominante. A adoção de uma escala unifatorial permite uma abordagem mais direta e eficaz para avaliar e medir práticas e percepções ambientais. Essa escolha pode facilitar a aplicação de medidas práticas e a comunicação dos resultados, pois evita a complexidade associada a múltiplos fatores e se concentra em um construto ambiental coeso e bem definido (MARSH *et al.*, 1996).

A simplicidade da escala unifatorial também facilita a comparação dos resultados ao longo do tempo e entre diferentes grupos ou contextos (BYRNE, 2010).

A Tabela 5 apresenta o eixo ambiental, suas 19 variáveis validadas e respectivas cargas fatoriais:

Tabela 5 – Cargas Fatoriais do Eixo Ambiental

Eixo Ambiental	Variância Explicada = 65,75	Alfa de Cronbach = 0,974
Variáveis	Fator original	Carga fatorial
GAPP17. Minha universidade demonstra um compromisso claro com a prevenção da poluição e a proteção do meio ambiente, buscando eficiência e melhoria contínua em suas operações.	Gestão ambiental e prevenção da poluição	0,889
BISE10. Na minha universidade, vejo esforços efetivos para minimizar o impacto ambiental de suas operações.	Biodiversidade e serviços ecossistêmicos	0,869
ECGR16. Eu vejo evidências claras de que minha universidade promove a sustentabilidade e a eficiência por meio da implementação de práticas de circularidade.	Economia circular e gestão de resíduos	0,868
ECGR13. Minha universidade valoriza e promove a implementação de práticas de circularidade, incluindo a seleção cuidadosa de materiais e a promoção do ciclo de vida de produtos.	Economia circular e gestão de resíduos	0,865
REHI06. A minha universidade dá ênfase adequada à mitigação do estresse hídrico e à proteção dos recursos hídricos em suas políticas e práticas.	Recursos hídricos	0,862
BISE12. A coexistência harmoniosa de atividades socioeconômicas e ecossistemas saudáveis é uma prioridade em minha universidade.	Biodiversidade e serviços ecossistêmicos	0,853
ECGR14. Minha universidade incorpora estratégias, como reparo, reutilização, reaproveitamento e remanufatura na promoção de práticas de circularidade.	Economia circular e gestão de resíduos	0,845
REHI05. Minha universidade está ativamente comprometida com a gestão sustentável da água, incluindo medidas para reduzir o consumo e promover o reuso.	Recursos hídricos	0,812
BISE11. Eu vejo evidências claras de que minha universidade está focada na melhoria da eficiência do uso do solo.	Biodiversidade e serviços ecossistêmicos	0,811
REHI07. A gestão dos efluentes na minha universidade é eficaz, com medidas para reduzir o volume de efluentes e garantir tratamento adequado.	Recursos hídricos	0,808
BISE09. Minha universidade demonstra um compromisso sólido com a conservação da biodiversidade e a preservação dos serviços ecossistêmicos.	Biodiversidade e serviços ecossistêmicos	0,807
REHI08. A minha universidade procura ativamente fontes alternativas de água não potável para usos menos críticos, promovendo a conservação e o uso eficiente da água.	Recursos hídricos	0,807
MUCL01. Minha universidade está ativamente envolvida na promoção de tecnologias sustentáveis para reduzir as emissões de gases de efeito estufa.	Mudanças climáticas	0,799
GAPP20. Na minha universidade, existe um compromisso claro com a gestão adequada dos riscos relacionados a produtos perigosos em toda a cadeia de valor, assegurando práticas seguras e responsáveis	Gestão ambiental e prevenção da poluição	0,788
GAPP19. A minha universidade realiza monitoramento regular da qualidade do ar, além de implementar a gestão de áreas contaminadas.	Gestão ambiental e prevenção da poluição	0,782
MUCL02. Acredito que a pesquisa e inovação em tecnologias relacionadas à mitigação das mudanças climáticas são prioridades em minha universidade.	Mudanças climáticas	0,773
ECGR15. A gestão de resíduos em minha universidade é eficaz na destinação ambientalmente adequada dos resíduos que não podem ser evitados, reduzidos, reutilizados ou reciclados.	Economia circular e gestão de resíduos	0,72
GAPP18. Na minha universidade, há um esforço visível para evitar impactos sonoros prejudiciais em seu entorno, demonstrando respeito pela comunidade e pelo ambiente.	Gestão ambiental e prevenção da poluição	0,715
MUCL03. Minha universidade demonstra preparo para lidar com eventos climáticos extremos por meio de sistemas de alerta precoce	Mudanças climáticas	0,701

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

A seguir, passa-se a comentar as correspondências encontradas no Referencial Teórico que confirmam as variáveis do eixo ambiental.

A crescente preocupação ambiental nas instituições de ensino superior ressalta a necessidade de considerar os impactos ambientais de suas operações e procedimentos (CHAN; HSIEH, 2022). Além disso, ocorre a ênfase no papel das universidades como promotoras da sustentabilidade, atuando como "laboratórios vivos" no desenvolvimento sustentável através da educação e desenvolvimento de competências (KIELING *et al.*, 2022). No Referencial Teórico, são apresentados exemplos de práticas sustentáveis adotadas por universidades brasileiras, como projetos de reciclagem e gestão de resíduos (VIEGAS; CABRAL, 2015). Destaca-se também a importância de avaliar o impacto das ações das universidades em seu contexto social, especialmente em relação aos princípios ESG (KIELING *et al.*, 2022).

A ABNT PR 2030 é mencionada como um instrumento para orientar práticas ambientais no meio universitário, promovendo a gestão ambiental e o fortalecimento das ações de sustentabilidade (ABNT PR 2030, 2022). Esses pontos evidenciam o compromisso das universidades em incorporar práticas sustentáveis e a relevância do eixo ambiental na gestão universitária, destacando o potencial da ABNT PR 2030 como guia para promover a sustentabilidade nesse contexto.

4.5.2 Análise Fatorial Exploratória do Eixo Social

A condução da análise fatorial exploratória seguiu o método de extração de componentes principais, iniciando com a avaliação do teste de esfericidade de Bartlett, o qual indicou a pertinência da análise fatorial com uma significância inferior a 0,01. A validade da amostra foi confirmada por meio do KMO (Kaiser-Meyer-Olkin), que registrou um valor de 0,957 no eixo social, evidenciando a adequação da amostra para a análise fatorial (KMO>0.5) (FIELD, 2020).

Os resultados demonstraram que nenhuma variável apresentou comunalidade inferior a 0,5 na escala do eixo ambiental. A solução fatorial encontrada com 19 variáveis foi distribuída em três fatores fator no eixo social. De acordo com a Tabela 6, a variância total explicada acumulada dos três fatores foi de 71,85%.

Tabela 6 – Variância Total Explicada Eixo Social

Componente	Valores próprios iniciais			Somadas de extração de carregamentos ao quadrado			Somas rotativas de carregamentos ao quadrado*
	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa	Total
1	11,551	60,796	60,796	11,551	60,796	60,796	9,903
2	1,096	5,767	66,563	1,096	5,767	66,563	7,551
3	1,005	5,292	71,855	1,005	5,292	71,855	8,667
4	0,793	4,172	76,028				
5	0,656	3,452	79,479				
6	0,507	2,666	82,146				
7	0,425	2,236	84,382				
8	0,389	2,047	86,429				
9	0,333	1,750	88,180				
10	0,316	1,662	89,842				
11	0,286	1,507	91,349				
12	0,279	1,467	92,816				
13	0,252	1,328	94,144				
14	0,227	1,197	95,341				
15	0,208	1,093	96,434				
16	0,200	1,054	97,489				
17	0,181	0,953	98,442				
18	0,158	0,833	99,275				
19	0,138	0,725	100,000				

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Método de extração: análise do componente principal.

* Nota: Quando os componentes são correlacionados, as somas de carregamentos ao quadrado não podem ser adicionadas para se obter uma variância total.

No caso do eixo social, houve a necessidade de aplicar o método de Rotação de Fatores, porque foram identificados mais de um fator. A rotação tem a capacidade de aperfeiçoar os fatores (FIELD, 2020). Dessa forma, a recomendação foi que fosse adotada uma escala multifatorial. A variável RSCV40 necessitou ser excluída, pois apresentava uma correlação muito alta (>0,8) com as variáveis RSCV39 e RSCV38 (FIELD, 2020).

A análise fatorial exploratória revelou que a amostra era altamente adequada para a análise, com uma estrutura fatorial robusta e eficaz. A alta comunalidade das variáveis e a explicação significativa da variância pelos três fatores identificados confirmam que a análise oferece uma visão detalhada e válida das práticas sociais nas IES (FIELD, 2013; HAIR *et al.*, 2014). A alta comunalidade das variáveis, que reflete a proporção significativa da variância explicada pelos fatores, é um indicativo de que a estrutura fatorial identificada é sólida e confiável para a interpretação dos dados (GORSUCH, 1983; COMREY; LEE, 1992).

A escolha de uma estrutura com três fatores permite uma análise mais refinada e multifacetada, facilitando a formulação de estratégias e a avaliação das práticas sociais, com implicações importantes para futuras pesquisas e para o desenvolvimento de políticas e práticas

institucionais eficazes (COSTELLO; OSBORNE, 2005; MARSH *et al.*, 1996; BYRNE, 2010). Esses três fatores, ao representar diferentes aspectos do eixo social, oferecem uma visão mais detalhada das práticas e percepções sociais, essencial para a melhoria contínua das estratégias institucionais (Field, 2013).

A Tabela 7 apresenta as variáveis do Eixo Social dividido em 3 fatores e suas respectivas cargas fatoriais.

Tabela 7 – Variáveis do Eixo Social

(continua)		
Fator 1 – Práticas de Trabalho e Direitos Humanos	Variância Explicada = 60,79	Alfa de Cronbach = 0,957
Variáveis	Fator original	Carga fatorial
REPT34. Na minha universidade, a liberdade de associação é respeitada, o direito à negociação coletiva é reconhecido e as políticas de promoção e carreira são transparentes.	Relações e práticas de Trabalho	0,877
REPT36. Na minha universidade, a liberdade de associação, negociação coletiva e oportunidades de promoção e carreira são oferecidas de maneira justa e igualitária a todos os colaboradores.	Relações e práticas de Trabalho	0,859
REPT35. Sinto que a minha universidade está comprometida com a promoção da saúde e bem-estar dos colaboradores, além de assegurar um ambiente de trabalho seguro e saudável.	Relações e práticas de Trabalho	0,783
RSCV37. Minha universidade mantém uma comunicação transparente, fornecendo informações precisas e protegendo a privacidade da comunidade acadêmica.	Promoção de responsabilidade social na cadeia de valor	0,711
REPT33. Minha universidade investe ativamente em capacitação e educação dos colaboradores, melhorias no ambiente de trabalho para prevenir doenças e acidentes ocupacionais, e promove um ambiente organizacional saudável.	Relações e práticas de Trabalho	0,707
RSCV39. Na minha universidade, há um compromisso real com o desenvolvimento sustentável, incluindo o desenvolvimento técnico e gerencial de fornecedores, apoio a fornecedores locais e o estímulo à formação de redes e cooperativas de pequenos fornecedores.	Promoção de responsabilidade social na cadeia de valor	0,614
RSCV38. Na minha universidade, uma cultura de sustentabilidade é promovida para gerar valor compartilhado e atender às necessidades da comunidade acadêmica.	Promoção de responsabilidade social na cadeia de valor	0,603
DIHU26. Eu sinto que minha universidade respeita e reconhece o direito dos colaboradores de estabelecer contratos de trabalho voluntariamente, sem ameaças e de acordo com a lei.	Direitos humanos	0,561
DIHU27. Minha universidade orienta ativamente colaboradores, fornecedores e prestadores de serviços sobre a não utilização do trabalho de menores, exceto quando permitido por lei.	Direitos humanos	0,528
DIHU28. A abordagem de minha universidade em relação aos direitos humanos e ao trabalho é eficaz em promover um ambiente de trabalho justo e legalmente responsável.	Direitos humanos	0,506
Fator 2 - Diálogo Social e desenvolvimento territorial	Variância Explicada = 66,56	Alfa de Cronbach = 0,957
Variáveis	Fator original	Carga fatorial
DSDT24. A abordagem colaborativa adotada por minha universidade resulta em um planejamento eficaz para lidar com os impactos em nosso ambiente acadêmico.	Diálogo social e desenvolvimento territorial	0,749
DSDT23. A promoção de parcerias entre minha universidade e a comunidade é uma estratégia eficaz para entender e atender às necessidades da comunidade acadêmica	Diálogo social e desenvolvimento territorial	0,743

Tabela 7 – Variáveis do Eixo Social

		(conclusão)
DSDT22. Acredito que minha universidade estabelece canais eficazes de comunicação para que os membros da comunidade expressem suas expectativas e necessidades	Diálogo social e desenvolvimento territorial	0,711
DSDT21. Minha universidade demonstra um compromisso sólido com a escuta e análise das demandas da comunidade acadêmica.	Diálogo social e desenvolvimento territorial	0,661
Fator 3- Diversidade, equidade e Inclusão		Alfa de Cronbach = 0,957
Variância Explicada = 66,56		
Variáveis	Fator original	Carga fatorial
DIEI31. Minha universidade prioriza ativamente a inclusão de pessoas com características diversas em todos os aspectos da vida universitária.	Diversidade, equidade e Inclusão	0,877
DIEI29. Minha universidade demonstra um compromisso claro com a inclusão de pessoas com características diversas, criando um ambiente livre de preconceitos e estereótipos, onde a diversidade é valorizada e as capacidades de todos são plenamente reconhecidas	Diversidade, equidade e Inclusão	0,832
DIEI32. Eu acredito que a abordagem da minha universidade em relação à diversidade e inclusão é eficaz em promover um ambiente universitário mais igualitário e inclusivo.	Diversidade, equidade e Inclusão	0,822
DIEI30. Na minha universidade, sinto que todas as pessoas, independentemente de sua diversidade, têm igualdade de condições e oportunidades para participar plenamente da vida acadêmica e comunitária.	Diversidade, equidade e Inclusão	0,817

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Em seguimento, são tecidos comentários sobre a relação das variáveis do eixo social e o referencial teórico da pesquisa.

A gestão pública transparente e a participação social efetiva são cruciais para o progresso das sociedades contemporâneas (OLIVEIRA *et al.*, 2020). Alinhada com os princípios de engajamento social e transparência da ABNT PR 2030, essa abordagem destaca a importância de uma governança responsiva às demandas da sociedade. No contexto da gestão universitária, a influência dos *stakeholders* é fundamental, refletindo a necessidade de inclusão e participação das partes interessadas na governança das instituições de ensino superior, conforme preconizado pela ABNT PR 2030.

A governança universitária abrange não apenas questões administrativas e econômicas, mas também preocupações sociais, como autonomia acadêmica e responsabilidade social (ABBOTT *et al.*, 2015). Essa perspectiva ampla destaca a importância de considerar as implicações sociais e éticas das decisões no âmbito universitário. Transparência e *accountability* são princípios fundamentais da boa governança, alinhados com os preceitos da ABNT PR 2030 (GONÇALVES *et al.*, 2019), enquanto o conceito de governança compartilhada destaca a importância da participação das diversas partes interessadas no

processo de tomada de decisão da universidade (JADRICK *et al.*, 2021). Em suma, os princípios e diretrizes da ABNT PR 2030, especialmente relacionados ao eixo social, são evidenciados no contexto da governança universitária e na gestão pública, contribuindo para uma abordagem mais sustentável e socialmente responsável nas organizações.

Desse modo, pode-se afirmar que as variáveis do eixo social em sua grande maioria encontram correspondência e confirmação no referencial teórico visitado neste estudo. No fator 1, reuniram-se as variáveis do eixo, fatores originais. Nos fatores 2 e 3, as variáveis agruparam-se conforme os fatores originais.

4.5.3 Análise Fatorial do Eixo Governança

A análise fatorial exploratória adotou o método de extração de componentes principais, iniciando com a avaliação do teste de esfericidade de Bartlett, o qual apontou a adequação da análise fatorial com uma significância inferior a 0,01. A validade da amostra foi avaliada utilizando o KMO (Kaiser-Meyer-Olkin), que alcançou um valor de 0,969 no eixo governança, evidenciando a adequação da amostra para análise fatorial ($KMO > 0.5$) (FIELD, 2020).

Os resultados indicaram duas variáveis e apresentaram comunalidade acima de 0,5 na escala do eixo governança, assim sendo, foram necessárias as exclusões dessas questões.

A solução fatorial obtida com 14 variáveis foi atribuída a apenas um fator no eixo ambiental. A variância total explicada, conforme a Tabela 8, foi de 71,29%, sugerindo que um único fator.

Tabela 8 – Variância Total Explicada Eixo Governança

Valores próprios iniciais			Somadas de extração de carregamentos ao quadrado		
Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa
9,971	71,219	71,219	9,971	71,219	71,219
0,598	4,272	75,491			
0,558	3,983	79,474			
0,492	3,515	82,989			
0,375	2,678	85,668			
0,308	2,201	87,868			
0,284	2,028	89,896			
0,264	1,884	91,780			
0,247	1,763	93,543			
0,214	1,529	95,072			
0,207	1,481	96,553			
0,196	1,403	97,956			
0,170	1,214	99,170			
0,116	0,830	100,000			

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Método de extração: análise do componente principal.

A análise fatorial exploratória para o eixo governança revelou uma estrutura fatorial robusta e adequada, conforme evidenciado pelos altos valores de KMO e pelo teste de esfericidade de Bartlett. A exclusão de variáveis com baixa comunalidade refina a análise e assegura que os fatores identificados são representativos e eficazes para a avaliação das práticas de governança nas IES. A estrutura fatorial final oferece uma base sólida para a formulação de estratégias e a definição de futuras linhas de pesquisa na área de governança (FIELD, 2013; HAIR *et al.*, 2014; BYRNE, 2010).

A Tabela 9 apresenta as variáveis validadas do Eixo de Governança e suas respectivas cargas fatoriais.

Tabela 9 – Variáveis do Eixo Governança

Fator 1 – Governança	Variância Explicada = 71,21	Alfa de Cronbach = 0,969	
Variáveis	Fator original	Carga fatorial	
GOCO44. Eu acredito que a minha universidade efetivamente aplica um conjunto de princípios e práticas que promovem a transparência, responsabilidade, equidade e prestação de contas em suas atividades.	Governança corporativa	0,91	
GOCO43. A minha universidade tem uma sólida abordagem que busca resultados sustentáveis e éticos em suas operações e decisões administrativas.	Governança corporativa	0,892	
PRCG51. A minha universidade adota métodos e ações que são éticos e alinhados com práticas sustentáveis em suas operações.	Práticas de controle e gestão	0,87	
COEM46. A comunidade acadêmica na minha universidade percebe a integridade e a transparência como fundamentais em suas interações com a instituição.	Conduta empresarial	0,87	
GOCO41. Minha universidade demonstra um compromisso real com os princípios de transparência, responsabilidade e equidade em sua administração.	Governança corporativa	0,853	
TRGE53. Na minha universidade, as informações fornecidas são claras e acessíveis para a comunidade acadêmica e outras partes interessadas	Transparência na gestão	0,853	
PRCG50. A comunidade acadêmica da minha universidade percebe que as ações tomadas visam melhorias contínuas nas operações da instituição.	Práticas de controle e gestão	0,845	
GOCO42. A comunidade acadêmica na minha universidade se sente envolvida na tomada de decisões e na prestação de contas em relação à sustentabilidade e ética.	Governança corporativa	0,842	
PRCG49. Na minha universidade, os métodos de monitoramento e avaliação são eficazes para garantir o cumprimento dos objetivos institucionais	Práticas de controle e gestão	0,826	
TRGE54. A minha universidade pratica a prestação de contas por meio da divulgação de informações honestas sobre suas operações e decisões.	Transparência na gestão	0,824	
TRGE55. A comunidade acadêmica da minha universidade confia nas informações que são disponibilizadas sobre o desempenho da instituição.	Transparência na gestão	0,818	
COEM45. Minha universidade demonstra um compromisso genuíno com comportamentos éticos e responsáveis em todas as suas operações e relações comerciais.	Conduta empresarial	0,814	
COEM47. Eu acredito que a minha universidade respeita e promove ativamente os direitos humanos em suas atividades e parcerias.	Conduta empresarial	0,813	
COEM48. Minha universidade é eficaz no cumprimento de normas e regulamentos para promover a sustentabilidade e a responsabilidade social.	Conduta empresarial	0,776	

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Logo a seguir são abordadas as confirmações das variáveis da pesquisa encontradas na revisão da literatura componente do presente estudo.

A governança é multifacetada e influenciada por diversos fatores, incluindo a natureza humana e as circunstâncias do desenvolvimento de um país (ABBOTT *et al.*, 2015). No Brasil, a discussão sobre governança no setor público é relativamente nova, resultando em uma escassez de pesquisas sobre sua relação com o desempenho organizacional, especialmente em universidades federais (GONÇALVES *et al.*, 2019). A governança abrange funções básicas de gerenciamento, incluindo o processo de tomada de decisão, fundamental para diretrizes e estratégias organizacionais (ABBOTT *et al.*, 2015).

A gestão pública transparente promove a participação social efetiva e a eficiência do governo (OLIVEIRA *et al.*, 2020). Na governança universitária, a autonomia administrativa e econômica é crucial para a liberdade acadêmica e o desenvolvimento das atividades acadêmicas e de pesquisa (ABBOTT *et al.*, 2015).

A colaboração entre diversas partes interessadas é essencial para uma governança eficaz e inclusiva (GONÇALVES *et al.*, 2019). A transparência e a prestação de contas são princípios fundamentais da boa governança universitária, garantindo que as atividades e decisões sejam transparentes para a sociedade (OLIVEIRA *et al.*, 2020). Assim, destaca-se a importância da transparência, responsabilidade e colaboração para promover uma governança eficaz e sustentável.

Dessa forma, pode-se afirmar que houve confirmações das variáveis do eixo governança que tiveram como base o referencial teórico da pesquisa.

4.6 RELAÇÃO ENTRE NÍVEL DE ADESÃO DAS IES À CADA PILAR DO ESG E A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA EM RELAÇÃO ÀS PRÁTICAS DE ESG

Para investigar o efeito dos estágios de maturidade das IES (Nível 1, Nível 2 e Nível 3) sobre a percepção da comunidade acadêmica em relação aos constructos (Escala Ambiental, Escala Social, Escala Governança), foi utilizado o *Generalized Linear Model* (GLM) (NELDER; WEDDERBURN, 1972). O *post hoc* de Bonferroni foi utilizado quando necessário. O GLM apresenta algumas vantagens em relação às ANOVAs tradicionais, especialmente quando os pressupostos de homogeneidade de covariância não são satisfeitos. Essas vantagens (incluindo a possibilidade de utilizar diferentes distribuições de probabilidade para os

parâmetros da variável dependente) são explorados em detalhes em uma recente publicação (MELO *et al.*, 2022). Todas as análises foram executadas no IBM® SPSS Statistics 21. O nível de significância assumido foi de 0,05.

4.6.1 Eixo Ambiental

Os resultados da escala do eixo Ambiental foram analisados usando um GLM ajustado com distribuição normal e função de ligação de identidade. Esse modelo apresentou melhor ajuste aos dados com base no Critério de Informações de Akaike (AIC = 1.200,901) em comparação ao modelo GLM ajustado com distribuição gamma e função de ligação de identidade, a qual apresentou erro. O AIC é interpretado considerando que “quanto menor, melhor” (MCCULLAGH; NELDER, 1989), sugerindo que para este desenho transversal o modelo com distribuição normal foi o mais adequado. O GLM não mostrou um efeito significativo de grupo [Wald (433) = 2,689 $p < 0,261$], com o Nível 1 ($3,2392 \pm 0,28041$; Média \pm Erro Padrão) mostrando que a comunidade acadêmica apresenta maior percepção da aplicação do ESG nas IES de Nível 1 do que nas IES de Nível 2 ($2,8497 \pm 0,05352$) e Nível 3 ($3,0836 \pm 0,08157$). Nesse caso, confirma-se que não houve diferença significativa entre a percepção dos Nível 1, 2 ou 3, como pode ser observado na Tabela 10.

Tabela 10 – Comparação de pares Eixo Ambiental

(I) Estágio de Maturidade	(J) Estágio de Maturidade	Diferença média (I-J)	Modelo padrão	Df	Sig. de Bonferroni	Intervalo de confiança de Wald para diferença 95%	
						Inferior	Superior
1,00	2,00	0,2906	0,28547	1	0,926	-0,3928	0,9740
	3,00	0,1556	0,29203	1	1,000	-0,5435	0,8547
2,00	1,00	-0,2906	0,28547	1	0,926	-0,9740	0,3928
	3,00	-0,1350	0,09756	1	0,499	-0,3685	0,0986
3,00	1,00	-0,1556	0,29203	1	1,000	-0,8547	0,5435
	2,00	0,1350	0,09756	1	0,499	-0,0986	0,3685

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Comparações de pares de médias marginais estimadas com base na escala original da variável dependente MEDAMB

4.6.2 Eixo Social Fator 1

Os resultados da escala de Eixo Social Fator 1 foram analisados usando um GLM ajustado com distribuição normal e função de ligação de identidade. Este modelo apresentou melhor ajuste aos dados com base no Critério de Informações de Akaike (AIC = 1.143,060)

em comparação ao modelo GLM ajustado com distribuição gamma e função de ligação de identidade (AIC = 1.202,972). O GLM mostrou um efeito significativo de grupo [Wald (2, 440) = 12,126; $p < 0.005$], com o Nível 1 ($4,3909 \pm 0,26269$; Média \pm Erro Padrão) mostrando que a comunidade acadêmica apresenta maior percepção da aplicação do ESG nas IES de Nível 1 do que nas IES de Nível 2 ($3,6396 \pm 0,05013$) e Nível 3 ($3,8531 \pm 0,07641$). Ressalta-se que houve diferença significativa apenas entre a percepção do Nível 1 para o Nível 2, como pode ser observado na Tabela 11.

Tabela 11 – Comparação entre pares eixo social fator 1

(I) Estágio de Maturidade	(J) Estágio de Maturidade	Diferença média (I-J)	Modelo padrão	df	Sig. de Bonferroni	Intervalo de confiança de Wald para diferença 95%	
						Inferior	Superior
1,00	2,00	0,7513 ^a	0,26743	1	0,015	0,1111	1,3915
	3,00	0,5378	0,27358	1	0,148	-0,1171	1,1928
2,00	1,00	-0,7513 ^a	0,26743	1	0,015	-1,3915	-0,1111
	3,00	-0,2135	0,09139	1	0,059	-0,4322	0,0053
3,00	1,00	-0,5378	0,27358	1	0,148	-1,1928	0,1171
	2,00	0,2135	0,09139	1	0,059	-0,0053	0,4322

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Comparações de pares de médias marginais estimadas com base na escala original da variável dependente MEDSOC1

a. A diferença média é significativa no nível 0,05.

4.6.3 Eixo Ambiental Fator 2

Os resultados da escala de Eixo Social Fator 2 foram analisados usando um GLM ajustado com distribuição normal e função de ligação de identidade. Este modelo apresentou melhor ajuste aos dados com base no Critério de Informações de Akaike (AIC = 1.204,080) em comparação ao modelo GLM ajustado com distribuição gamma e função de ligação de identidade (AIC = 1.281,292). O GLM mostrou um efeito significativo de grupo [Wald (2, 440) = 14,103; $p < 0.005$], com o Nível 1 ($4,3864 \pm 0,28142$; Média \pm Erro Padrão) demonstrando que a comunidade acadêmica apresenta maior percepção da aplicação do ESG nas IES de Nível 1 do que nas IES de Nível 2 ($3,4454 \pm 0,05371$) e Nível 3 ($3,6558 \pm 0,08186$). Ressalta-se que não houve diferença significativa entre a percepção do Nível 2 para o Nível 3, como pode ser observado na Tabela 12.

Tabela 12 – Comparação de pares Eixo Social Fator 2

(I) Estágio de Maturidade	(J) Estágio de Maturidade	Diferença média (I-J)	Modelo padrão	df	Sig. de Bonferroni	Intervalo de confiança de Wald para diferença 95%	
						Inferior	Superior
1,00	2,00	0,9410 ^a	0,28650	1	0,003	0,2551	1,6269
	3,00	0,7306 ^a	0,29308	1	0,038	0,0290	1,4322
2,00	1,00	-0,9410 ^a	0,28650	1	0,003	-1,6269	-0,2551
	3,00	-0,2104	0,09791	1	0,095	-0,4448	0,0240
3,00	1,00	-0,7306 ^a	0,29308	1	0,038	-1,4322	-0,0290
	2,00	0,2104	0,09791	1	0,095	-0,0240	0,4448

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Comparações de pares de médias marginais estimadas com base na escala original da variável dependente MEDSOC2.

A diferença média é significativa no nível 0,05.

4.6.3 Eixo Social Fator 3

Os resultados da escala de Eixo Social Fator 3 foram analisados usando um GLM ajustado com distribuição normal e função de ligação de identidade. Este modelo apresentou melhor ajuste aos dados com base no Critério de Informações de Akaike (AIC = 1.218,497) em comparação ao modelo GLM ajustado com distribuição gamma e função de ligação de identidade (AIC = 1.323,468). O GLM mostrou um efeito significativo de grupo [Wald (2, 440) = 16,945; $p < 0.005$], com o Nível 1 ($4,6364 \pm 0,28604$; Média \pm Erro Padrão) indicando que a comunidade acadêmica apresenta maior percepção da aplicação do ESG nas IES de Nível 1 do que nas IES de Nível 2 ($3,8633 \pm 0,05459$) e Nível 3 ($4,2019 \pm 0,08320$). Ressalta-se que não houve diferença significativa entre a percepção do Nível 1 para o Nível 3, como pode ser observado na Tabela 13.

Tabela 13 – Comparação de pares Eixo Social Fator 3

(I) Estágio de Maturidade	(J) Estágio de Maturidade	Diferença média (I-J)	Modelo padrão	df	Sig. de Bonferroni	Intervalo de confiança de Wald para diferença 95%	
						Inferior	Superior
1,00	2,00	0,7730 ^a	0,29120	1	0,024	0,0759	1,4702
	3,00	0,4344	0,29789	1	0,434	-0,2787	1,1476
2,00	1,00	-0,7730 ^a	0,29120	1	0,024	-1,4702	-0,0759
	3,00	-0,3386 ^a	0,09951	1	0,002	-0,5768	-0,1004
3,00	1,00	-0,4344	0,29789	1	0,434	-1,1476	0,2787
	2,00	0,3386 ^a	0,09951	1	0,002	0,1004	0,5768

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Comparações de pares de médias marginais estimadas com base na escala original da variável dependente MEDSOC3

a. A diferença média é significativa no nível 0,05.

4.6.4 Eixo Governança

Os resultados da escala de Governança foram analisados usando um GLM ajustado com distribuição normal e função de ligação de identidade. Este modelo apresentou melhor ajuste aos dados com base no Critério de Informações de Akaike (AIC = 1.164,406) em comparação ao modelo GLM ajustado com distribuição gamma e função de ligação de identidade (AIC = 1.227,667). O GLM mostrou um efeito significativo de grupo [Wald (2, 440) = 14,522; $p < 0.005$], com o Nível 1 ($4,3312 \pm 0,269107$; Média \pm Erro Padrão) sinalizando que a comunidade acadêmica apresenta maior percepção da aplicação do ESG nas IES de Nível 1 do que nas IES de Nível 2 ($3,5382 \pm 0,05136$) e Nível 3 ($3,7969 \pm 0,07828$). Ressalta-se que não houve diferença significativa entre a percepção do Nível 1 para o Nível 3, como pode ser observado na Tabela 14.

Tabela 14 – Comparação de pares Eixo Governança

(I) Estágio de Maturidade	(J) Estágio de Maturidade	Diferença média (I-J)	Modelo padrão	Df	Sig. de Bonferroni	Intervalo de confiança de Wald para diferença 95%	
						Inferior	Superior
1,00	2,00	0,7930 ^a	0,27395	1	0,011	0,1371	1,4488
	3,00	0,5343	0,28025	1	0,170	-0,1366	1,2052
2,00	1,00	-0,7930 ^a	0,27395	1	0,011	-1,4488	-0,1371
	3,00	-0,2587 ^a	0,09362	1	0,017	-0,4828	-0,0346
3,00	1,00	-0,5343	0,28025	1	0,170	-1,2052	0,1366
	2,00	0,2587 ^a	0,09362	1	0,017	0,0346	0,4828

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Comparações de pares de médias marginais estimadas com base na escala original da variável dependente MEDGOV

a. A diferença média é significativa no nível 0,05.

4.7 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise estatística realizada utilizando o método GLM revelou que o estágio 1 de maturidade delineado na ABNT PR 2030 foi o mais frequentemente percebido pela comunidade acadêmica das Instituições de Ensino Superior (IES) participantes deste estudo. Este estágio é caracterizado pela mera conformidade com regulamentos e leis relacionados às práticas ESG (Ambiental, Social e de Governança), sem a implementação de políticas gerenciais ou uma abordagem estratégica formal (ABNT, 2022). Essa constatação é corroborada por Schweizer *et al.* (2019), ao destacarem que muitas universidades ainda se encontram em estágios iniciais de desenvolvimento sustentável, em que a integração das práticas ESG se dá principalmente através do cumprimento de requisitos legais sem uma abordagem mais holística e integrada.

O fato de que o estágio 1 foi o mais percebido pela comunidade acadêmica sugere que as práticas ESG nas IES participantes ainda estão em um nível básico de maturidade. Este estágio é caracterizado pela conformidade com regulamentos e leis, sem uma implementação estratégica ou gerencial dessas práticas. O estudo de Schweizer *et al.* (2019) confirma que, em muitas instituições, a sustentabilidade e as práticas ESG ainda são entendidas mais como uma obrigação legal do que como uma oportunidade estratégica para inovação e transformação institucional. O estágio 1 é muitas vezes um ponto de partida, onde a implementação de práticas ESG se dá de forma reativa e pontual, ao invés de proativa e estratégica (SCHWEIZER *et al.*, 2019). A conformidade legal, como evidenciado no estágio 1, é uma abordagem inicial e muitas vezes insuficiente para alcançar uma verdadeira transformação nas práticas de ESG. Epstein e Buhovac (2014) discutem que a conformidade legal é frequentemente a primeira etapa no desenvolvimento de políticas ESG, mas é necessária uma evolução para uma abordagem mais estratégica e integrada, onde as práticas ESG se tornam parte da cultura e das operações da instituição.

A percepção predominante do estágio 1 pode ser atribuída à falta de uma comunicação eficaz e de processos colaborativos dentro das IES. Ávila (2017) ressalta que a colaboração entre diferentes partes interessadas, como departamentos acadêmicos, docentes, alunos e a comunidade externa, é essencial para a implementação bem-sucedida das práticas ESG. A ausência de um processo colaborativo pode levar a uma percepção limitada ou distorcida das práticas ESG, evidenciando a necessidade de uma comunicação mais eficaz e integrada (ÁVILA, 2017). A falta de comunicação e colaboração pode ser vista como uma barreira significativa para a adoção eficaz das práticas ESG. Szekely e Knirsch (2005) afirmam que uma comunicação interna deficiente e uma falta de envolvimento das partes interessadas podem limitar a eficácia das iniciativas de sustentabilidade, resultando em uma abordagem reativa e não estratégica para a implementação de práticas ESG.

A comparação entre os resultados da percepção da comunidade acadêmica e a análise documental revela que duas IES estavam no estágio 1 (elementar), três IES estavam no estágio 2 (não integrado), e duas IES estavam no estágio 3 (gerencial). As IES no estágio 3 demonstram uma abordagem mais avançada, com a presença de departamentos e políticas concretas relacionadas às práticas ESG, enquanto as IES no estágio 2 apresentam um avanço além do mero cumprimento de regras, mas ainda não têm uma política integrada e estruturada (ABNT, 2022). O contraste entre a percepção do estágio 1 e a realidade observada por meio da análise documental destaca uma lacuna entre a percepção acadêmica e a implementação prática das políticas ESG. Kieling *et al.* (2022) observam que, embora haja uma crescente conscientização

e avanço nas práticas ESG, muitas instituições ainda lutam para integrar completamente esses princípios em suas operações e estratégias. A discrepância entre a percepção da comunidade acadêmica e os estágios reais de maturidade pode ser explicada pelo conceito de "decoupling" descrito por Meyer e Rowan (1977), que sugere que as organizações podem adotar práticas superficiais para cumprir com requisitos externos sem uma verdadeira integração dessas práticas em sua estrutura organizacional.

A identificação de que o estágio 1 é o mais percebido pela comunidade acadêmica indica um desafio significativo: a necessidade de uma evolução das práticas ESG nas IES para avançar além da mera conformidade legal para um estágio mais gerencial e integrado (KIELING *et al.*, 2022). Esse cenário aponta para a oportunidade de desenvolver estratégias que promovam uma integração mais profunda dos princípios ESG nas operações e políticas das IES. A evolução das práticas ESG em organizações educacionais pode ser impulsionada por uma visão estratégica que vá além da conformidade legal e busque uma integração mais profunda dos princípios ESG (SZEKELY; KNIRSCH, 2005). Elkington (1997) introduz o conceito de "Triple Bottom Line", que sugere que as organizações devem avaliar seu desempenho não apenas em termos financeiros, mas também sociais e ambientais, o que pode guiar as IES na transição de um estágio de conformidade legal para um estágio de compromisso estratégico e integrado com os princípios ESG.

A análise revela uma realidade preocupante sobre o estado atual das práticas ESG nas IES, destacando uma predominância do estágio 1 de maturidade, em que a conformidade legal é o principal motor das ações ESG. Essa situação sublinha a urgência de uma mudança cultural e estratégica dentro das instituições de ensino superior. As IES devem transcender a mera conformidade regulatória e adotar uma abordagem mais proativa e integrada. Isso não apenas promoveria uma gestão mais sustentável, mas também poderia servir como um modelo para outras organizações, influenciando positivamente a sociedade em geral. A implementação de políticas ESG mais robustas e estratégicas é fundamental para preparar os futuros líderes e profissionais para enfrentar os desafios ambientais, sociais e de governança de maneira inovadora e eficaz.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ABNT PR 2030 representa um marco importante no contexto da sustentabilidade nas instituições de ensino superior (IES). Ao estabelecer diretrizes e critérios para a avaliação da maturidade das IES em relação às práticas ESG (Ambientais, Sociais e de Governança), essa norma fornece um roteiro estruturado para que as instituições possam desenvolver e aprimorar suas iniciativas de sustentabilidade. A inclusão de estágios de maturidade permite uma compreensão mais clara do progresso das IES nessa jornada, fornecendo uma base para a implementação de estratégias eficazes de gestão sustentável. Assim, a ABNT PR 2030 desempenha um papel crucial ao promover a integração de práticas sustentáveis no ambiente acadêmico, contribuindo para a formação de profissionais conscientes e engajados com os desafios globais da sustentabilidade.

A ABNT PR 2030 fornece uma base sólida para a implementação de práticas ESG, a sua aplicação direta nas Instituições de Ensino Superior pode não ser totalmente adequada sem ajustes. As IES possuem características únicas que exigem uma abordagem adaptada, como sugere a literatura acadêmica. A personalização da norma para refletir a missão educacional e de pesquisa das IES é uma necessidade identificada por diversos estudiosos, indicando que, para ser efetiva no contexto acadêmico, a ABNT PR 2030 deve ser adaptada às diretrizes e práticas específicas para a realidade das instituições de ensino superior (MORA *et al.*, 2019; OLIVEIRA *et al.*, 2021; TURETTA *et al.*, 2020; KOTSIOS *et al.*, 2019; PEREIRA *et al.*, 2021).

Nesse contexto, é crucial refletir sobre a percepção da comunidade acadêmica em relação à ABNT PR 2030. Essa norma desempenha um papel fundamental na orientação das instituições de ensino superior (IES) em direção à sustentabilidade, estabelecendo diretrizes claras para avaliar e melhorar suas práticas ESG. No entanto, a eficácia da implementação da ABNT PR 2030 pode ser influenciada pela forma como é percebida pela comunidade acadêmica. É essencial entender as opiniões, preocupações e expectativas dos membros dessa comunidade em relação à norma, bem como identificar possíveis obstáculos ou áreas que necessitam de maior esclarecimento. Uma comunicação transparente e uma abordagem participativa podem ser fundamentais para promover uma compreensão mais ampla e uma aceitação mais positiva da ABNT PR 2030 entre os diversos *stakeholders* das IES. Dessa forma, este estudo oferece uma base sólida para futuras iniciativas destinadas a fortalecer a implementação da norma e a promover uma cultura de sustentabilidade mais robusta e inclusiva nas instituições acadêmicas.

A ABNT PR 2030 aborda o nível de adesão das Instituições de Ensino Superior (IES) por meio da definição de critérios e estágios de maturidade em relação às práticas ESG (Ambientais, Sociais e de Governança). Esses estágios representam diferentes níveis de desenvolvimento e integração das práticas sustentáveis dentro das IES. A norma fornece uma estrutura para que as instituições possam avaliar seu progresso e identificar áreas de melhoria em relação às práticas ESG.

Por exemplo, a norma pode definir estágios de maturidade que vão desde o estágio inicial, em que as IES estão apenas cumprindo regulamentos e leis relacionadas às práticas ESG, até estágios mais avançados, nos quais as instituições possuem políticas concretas, liderança engajada e iniciativas integradas de sustentabilidade que vão além do cumprimento mínimo exigido.

Dessa forma, a ABNT PR 2030 oferece uma estrutura para avaliar e classificar o nível de adesão das IES às práticas ESG, fornecendo um guia para o desenvolvimento e aprimoramento contínuo das iniciativas de sustentabilidade dentro dessas instituições.

Ao final deste estudo, é evidente que a percepção da comunidade acadêmica sobre as práticas ESG nas Instituições de Ensino Superior (IES) pode variar significativamente. Os resultados da análise documental realizada pelos autores revelaram a presença de diferentes estágios de maturidade em relação às práticas ESG entre as IES examinadas. Enquanto duas instituições foram identificadas no estágio 3 (gerencial), evidenciando a existência de departamentos e políticas concretas que transcendem as exigências legais e refletem lideranças comprometidas com o ESG, outras três foram classificadas no estágio 2 (não integrado), indicando avanços além do mero cumprimento de regulamentos, porém ainda com princípios ESG dispersos.

Outras duas Instituições de Ensino Superior, pela análise documental dos autores, foram classificadas no estágio 1 (Elementar), em que há somente o cumprimento de leis e regramentos a respeito do ESG, ficando em maior consonância com a percepção da comunidade acadêmica das IES analisadas.

No entanto, é importante ressaltar, conforme observado por Kieling *et al.* (2022), que apesar dos avanços observados, ainda há uma lacuna significativa no entendimento sobre como as políticas ESG são tratadas e colocadas no ambiente universitário, onde a comunicação precisa ser eficiente e eficaz. Isso destaca a necessidade contínua de pesquisa e aprimoramento das práticas ESG nas IES, visando uma integração mais completa e eficaz desses princípios em todas as áreas acadêmicas e administrativas. A compreensão desses diferentes estágios de

maturidade pode fornecer *insights* valiosos para futuras iniciativas destinadas a promover uma cultura de sustentabilidade mais robusta e inclusiva nas instituições de ensino superior.

O estudo utilizou um modelo de Regressão Linear Generalizada (GLM) para analisar os resultados da escala do eixo Ambiental, Social e Governança, considerando diferentes níveis de maturidade das Instituições de Ensino Superior (IES) em relação às práticas ESG.

Os resultados indicaram que não houve diferença significativa na percepção da aplicação do ESG entre os diferentes níveis de maturidade das IES no eixo ambiental. O grupo no Nível 1 demonstrou uma percepção mais elevada da aplicação do ESG em comparação com os grupos nos Níveis 2 e 3.

Esses resultados sugerem que, embora as IES no Nível 1 possam estar mais avançadas em termos de percepção da aplicação do ESG, não há uma diferença significativa na percepção entre essas instituições e as IES dos demais níveis. Isso pode indicar que, apesar das diferenças de maturidade em relação às práticas ESG, há uma convergência na percepção da comunidade acadêmica em relação à aplicação do ESG nas IES.

Em relação ao Eixo Social Fator Direitos Humanos, pode-se afirmar que apresentou uma percepção mais elevada da aplicação do ESG em comparação com os grupos nos Níveis 2 e 3. No entanto, houve diferença significativa apenas na percepção entre os Níveis 1 e 2.

Os resultados indicam que, embora as instituições de ensino superior no Nível 1 possam ter uma compreensão mais avançada da implementação do ESG, não há uma discrepância significativa na percepção entre essas instituições e as do Nível 3. Isso sugere uma harmonização na visão da comunidade acadêmica em relação à implementação do ESG nas instituições de ensino superior, independentemente do grau de maturidade em termos de práticas sociais de direitos humanos.

Relativo ao Eixo Social Fator Diálogo Social e Desenvolvimento Territorial, os achados demonstram que o grupo no Nível 1 demonstrou uma percepção mais elevada da aplicação do ESG em comparação com os grupos nos Níveis 2 e 3. No entanto, não houve diferença significativa na percepção entre os Níveis 2 e 3.

Os resultados apontam para a possibilidade de uma convergência na percepção da comunidade acadêmica sobre a implementação do ESG em Instituições de Ensino Superior (IES), independentemente do nível de maturidade em relação às práticas sociais específicas, como o Diálogo Social e Desenvolvimento Territorial. Embora as IES no Nível 1 possam ter uma compreensão mais avançada da aplicação do ESG, não há uma discrepância significativa na percepção entre elas e as IES no Nível 3.

Quanto ao Eixo Social Fator Diversidade, Equidade e Inclusão, a análise demonstra que o grupo no Nível 1 demonstrou uma percepção mais elevada da aplicação do ESG em comparação com os grupos nos Níveis 2 e 3. No entanto, não houve diferença significativa na percepção entre os Níveis 1 e 3.

Os resultados sugerem que, apesar de as Instituições de Ensino Superior (IES) no Nível 1 possuírem uma compreensão mais avançada da aplicação do ESG, não há uma diferença notável na percepção em comparação com as IES no Nível 3. Isso indica uma possível convergência na visão da comunidade acadêmica em relação à implementação do ESG nas IES, independentemente do grau de maturidade em práticas sociais específicas, como a equidade, diversidade e inclusão.

Finalizando as considerações sobre cada eixo, quanto ao Eixo Governança, os achados demonstram que se pode analisar a percepção da comunidade acadêmica em relação ao eixo de governança da ABNT PR 2030. Os resultados indicam que houve uma diferença significativa na percepção da aplicação do ESG entre os diferentes níveis de maturidade das Instituições de Ensino Superior (IES).

O grupo no Nível 1 demonstrou uma percepção mais elevada da aplicação do ESG em comparação com os grupos nos Níveis 2 e 3. No entanto, não houve diferença significativa na percepção entre os Níveis 1 e 3.

Embora as IES no Nível 1 possam estar mais avançadas em termos de percepção da aplicação do ESG em relação à governança, esses resultados sugerem que não há uma diferença significativa na percepção entre essas instituições e as IES no Nível 3. Isso pode indicar uma convergência na percepção da comunidade acadêmica em relação à aplicação do ESG nas IES, independentemente do nível de maturidade em relação à governança.

Essa interpretação destaca a importância de considerar não apenas o nível de maturidade das IES em relação às práticas ESG, mas também a percepção da comunidade acadêmica sobre essas práticas. Esses *insights* podem informar estratégias para promover uma maior conscientização e engajamento da comunidade acadêmica em relação ao ESG. Em seguimento, são citadas confirmações através do referencial teórico, que endossam a afirmação acima.

Chan e Hsieh (2022) ressaltam o crescente interesse na neutralidade de carbono e na sustentabilidade nas instituições de ensino superior, reconhecendo os impactos ambientais de suas operações e procedimentos. Isso enfatiza a necessidade de encarar as práticas ESG não apenas como uma questão de conformidade, mas também como um compromisso com a preservação ambiental.

Viegas e Cabral (2015) apontam que as universidades no Brasil estão se empenhando em desempenhar seu papel em relação à sustentabilidade, seja integrando o tema em seus currículos, adotando práticas de gestão inovadoras ou capacitando seu corpo docente e administrativo. Isso indica que as percepções e esforços da comunidade acadêmica têm um papel fundamental na promoção da sustentabilidade nas IES.

Ávila (2017) destaca a importância da cooperação entre diferentes atores dentro das universidades, como departamentos, cursos, pesquisadores, professores, estudantes, empresas e comunidade externa, como um aspecto essencial para fomentar o desenvolvimento sustentável. Essa colaboração evidencia a necessidade de engajar ativamente a comunidade acadêmica na implementação das práticas ESG.

Kieling *et al.* (2022) destacam que as universidades estão sendo incentivadas a adotar uma visão mais sustentável, devido a vários fatores, incluindo a necessidade de se adaptarem a novas práticas e a crescente importância das questões de sustentabilidade. Isso sugere que a percepção da comunidade acadêmica sobre as práticas ESG pode moldar as decisões e esforços das universidades em direção à sustentabilidade.

Assim sendo, levar em conta a percepção da comunidade acadêmica sobre as práticas ESG, além do nível de maturidade das IES, é essencial para fomentar uma conscientização e engajamento mais abrangentes em relação à sustentabilidade ambiental nas universidades.

Uma das limitações do estudo foi a sua amostra, que poderia ser expandida em estudos futuros para uma abrangência regional ou nacional, analisando a adesão das Instituições de Ensino Superior (IES) à norma ABNT PR 2030. Isso proporcionaria uma visão mais abrangente do cenário e permitiria comparações entre os diferentes estágios de conhecimento e adesão à ABNT PR 2030 em diferentes estados ou regiões do país.

Outra limitação a ser considerada é a abrangência dos *stakeholders* envolvidos no estudo, os quais poderiam ser ampliados para incluir uma coletividade mais diversificada, como as populações das cidades onde as Instituições de Ensino Superior (IES) estão localizadas.

Além disso, vale ressaltar que o método de coleta de dados utilizado, embora tenha sido eficaz para este estudo, poderia ser alterado para entrevistas em estudos futuros. No entanto, é importante reconhecer que essa mudança exigiria mais tempo para garantir a efetividade, eficiência e eficácia da metodologia de coleta de dados.

Estudos futuros sobre a ABNT PR 2030 poderiam explorar a eficácia das estratégias de implementação em Instituições de Ensino Superior (IES), investigar o impacto das práticas ESG nas comunidades acadêmicas e regionais, avaliar a integração curricular e os programas de capacitação, identificar barreiras e facilitadores para a adoção da norma, e analisar

comparativamente a conformidade e resultados entre diferentes regiões e países. Além disso, seria relevante investigar os efeitos das práticas ESG na reputação institucional e no engajamento da comunidade, bem como promover estudos longitudinais para monitorar a evolução ao longo do tempo. Além disso, estudos futuros poderiam aplicar a mesma temática, no entanto, alterar a sua população e amostra para comunidades de empresas privadas ou outras instituições públicas.

REFERÊNCIAS

- ABBOTT, P.; ZHENG, Y.; DU, R.; WILLCOCKS, L. From boundary spanning to creolization: A study of Chinese software and services outsourcing vendors. **Journal of Strategic Information Systems**, v. 24, n. 4, p. 279-299, 2015.
- ABRUDAN, L. *et al.* Rumo a Finanças Sustentáveis: Conceituando as Gerações Futuras como Partes Interessadas. **Sustainability**, [S. l.], 12 dez. 2021. DOI: 10.3390/su132413717.
- ALMADA, L. *et al.* As Estratégias da Visão Baseada em Recursos Naturais São Lucrativas? Um Estudo Longitudinal do Índice de Sustentabilidade Empresarial Brasileiro. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, [S. l.], p. 533-555, 11 set. 2022. DOI: 10.7819/rbgn.v24i3.4185. Disponível em: <https://rbgn.fecap.br/RBGN/article/view/4185>. Acesso em: 10 maio 2023.
- ALSAYEGH, M. Desempenho de sustentabilidade corporativa e valor da empresa por meio da eficiência do investimento. **Sustainability**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 1-1, 24 dez. 2022. DOI: 10.3390/su15010305.
- ALSAYEGH, M. Transformação do Desempenho Corporativo de Sustentabilidade Econômica, Ambiental e Social por meio da Divulgação ESG. **Sustainability**, [S. l.], v. 12, n. 9, 2020. DOI: 10.3390/su12093910.
- AMANY, R. *et al.* Green Architecture: A Concept of Sustainability, **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, v. 216, p. 778-787. ISSN 1877-0428, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2015.12.075>.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. 12/2022. **ABNT PR 2030:** Ambiental, social e governança (ESG) — Conceitos, diretrizes e modelo de avaliação e direcionamento para organizações, Rio de Janeiro, p. 1-135, 14 dez. 2022.
- ÁVILA, L. **Panorama Internacional das Barreiras para Inovação e Sustentabilidade em Universidade**. 2017. 126 f. Tese de Doutorado (Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Maria) - Doutorando, [S. l.], 2017.
- AZEITEIRO, U. *et al.* Educação para o desenvolvimento sustentável através do e-learning no ensino superior: experiências de Portugal. **Journal of Cleaner Production**, [S. l.], p. 1-1, 17 nov. 2014. DOI: 10.1016/j.jclepro.2014.11.056.
- BAGGIO, M. da S.; LAZAROTTO, D. T. S.; WESCHENFELDER, J. B. A Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões: uma análise das publicações científicas no período de 2013 a 2017. **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 23, 2018.
- BALACEANU, C., APOSTOL, D. The Perspective of Concept Sustainability, **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, v. 116, p. 2257-2261, 2014. ISSN 1877-0428. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2014.01.555>.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016. 141 p. ISBN 978-85-62938-04-7.

- BARROS, C. R. dos S. **História da Educação Superior no Rio Grande do Sul**: Fundação Educacional Luterana e o Ensino Superior Privado no Brasil. EDIPUCRS, 2012.
- BEBBINGTON, J.; UNERMAN, J. Achieving the United Nations Sustainable Development Goals: An enabling role for accounting research. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 31, n. 1, p. 2-24, 2018. DOI: 10.1108/AAAJ-05-2017-2929
- BEUREN, I. M.; BORTOLUZZI, S. C. URI - Um Caso de Sucesso em Educação a Distância. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 16, n. 38, 2005.
- BEUREN, I.; LONGARAY, A.; RAUPP, F.; DE SOUZA, M. A.; COLAUTO, R.; PORTON, R. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. 3. ed. atual. SÃO PAULO: ATLAS, 2008. ISBN 978-85-234-4391-8.
- BROWN, W. Participação do corpo docente na governança universitária e os efeitos no desempenho da universidade. **Claremont McKenna College**, [S. l.], dez. 1999.
- BRUNA, M. *et al.* Diversidade de gênero no conselho e divulgação ESG: evidências dos EUA. **Revista de Pesquisa Contábil Aplicada**, [S. l.], p. 206-224, 3 set. 2017. DOI: 10.1108/JAAR-01-2017-0024.
- BRUNDIERS, K.; WIEK, A. Educando Alunos em Pesquisa de Sustentabilidade no Mundo Real: Visão e Implementação. **Innov High Educ**, [S. l.], p. 107-124, 25 set. 2010. DOI: 10.1007/s10755-010-9161-9.
- BYRNE, B. M. **Structural Equation Modeling with AMOS**: Basic Concepts, Applications, and Programming. 2. ed. New York, NY: Routledge, 2010.
- CADBURY, A. **Report of the Committee on the Financial Aspects of Corporate Governance**. Gee and Co. Ltd. 1992.
- CALIXTO, L. O ensino da contabilidade ambiental nas universidades brasileiras: um estudo exploratório. **Revista Universo Contábil**, v. 2, n. 3, p. 65-78, 2006.
- CAMILLERI, M. A. Ambiental, Social e divulgações de governança na Europa. **Revista de Contabilidade, Gestão e Políticas de Sustentabilidade**, [S. l.], p. 224-242, 11 maio 2016. DOI: 10.1108/SAMPJ-10-2014-0065.
- CARROLL, A. B. Corporate Social Responsibility: Evolution of a Definitional Construct. **Business & Society**, v. 38, n. 3, p. 268-295, 1999.
- CHAN, Y-K.; HSIEH, M-Y. One Empirical Study on the Strategy of Sustainable Development of C-ESG Higher Education in It was a low birth rate. **Sustainability**, v. 14, n. 19, 12629, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3390/su141912629>
- CLÉMENT, A.; ROBINOT, É.; TREPEUSCH L. Improving ESG Scores with Sustainability Concepts. **Sustainability**, v. 14, n. 20, 13154, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3390/su142013154>.
- COMREY, A. L.; LEE, H. B. **A First Course in Factor Analysis**. Lawrence Erlbaum Associates. 1992.

COSO. Internal Control – Integrated Framework. Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission. 2013.

COSTELO, A. B.; OSBORNE, J. W. Best Practices in Exploratory Factor Analysis: Four Recommendations for Getting the Most from Your Analysis. **Practical Assessment, Research, and Evaluation**, v. 10, n. 7. DOI: <https://doi.org/10.7275/jyj1-4b60>. 2005.

COX, T. H. **Cultural Diversity in Organizations: Theory, Research & Practice**. Berrett-Koehler Publishers. 1994.

CRONBACH, L. J. Coefficient alpha and the internal structure of tests. **Psychometrika**, v. 16, n. 3, p. 297-334, 1951.

CUNHA, L. A. da. **História da Educação no Rio Grande do Sul: Formação da Escola Pública e Desenvolvimento Social (1822-1930)**. Editora da UFRGS, 1995.

DE LIMA, S. F. Introdução ao conceito de sustentabilidade aplicabilidade e limites. **Cadernos da Escola de Negócios**, v. 1, n. 4, 2006.

DE OLIVEIRA CLARO, P. B. *et al.* Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. **Revista de Administração-RAUSP**, v. 43, n. 4, p. 289-300, 2008.

DE OLIVEIRA, A. *et al.* Transparência e accountability: uma análise das Universidades Federais do Rio Grande do Sul à luz dos princípios de governança da administração pública federal1. **Revista de Administração, Ciências Contábeis e Sustentabilidade**, [S. l.], p. 12-22, 26 mar. 2020. DOI: 10.18696/reunir.v10i2.787.

DE SCHUTTER, O. The Role of the State in Protecting Human Rights in the Context of Business Activities. **Human Rights Quarterly**, v. 31, n. 3, p. 964-992, 2009.

ELKINGTON, J. **Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business**. Capstone. 1997.

ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. **Towards the Circular Economy: Economic and business rationale for an accelerated transition**. 2013.

ELSBACH, K. D.; SUTTON, R. I. Acquiring organizational legitimacy through illegitimate actions: a marriage of institutional and impression management theories. **Academy of Management Journal**, v. 35, n. 4, p. 699-738, 1992.

EPSTEIN, M. J.; BUHOVAC, A. R. **Making Sustainability Work: Best Practices in Managing and Measuring Corporate Social, Environmental, and Economic Impact**. Greenleaf Publishing. 2014.

FAUSTINO, M.; AMADOR, F. O conceito de “sustentabilidade”: migração e mudanças de significados no âmbito educativo. **Indagatio Didactica**, v. 8, n. 1, p. 2021-2033, 2016.

FEROLA, B. G.; PAGLIA, L. B. ESG: primeiros passos, em especial para empresas públicas. **Revista Latino-Americana De Governança**, v. 1, p. e027-e027, 2021.

FIELD, A. **Descobrendo a Estatística Usando o SPSS**. Porto Alegre: ABDR, 2020. v. 5

- FIELD, A. P. **Discovering Statistics Using IBM SPSS Statistics** (4th ed.). Sage Publications. 2013.
- FLECK, A.; CUSTÓDIO, L. G.; WERNER, A. C. C. Avaliação Institucional na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC): uma experiência em construção coletiva. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 22, n. 3, 2017.
- FREITAS, A. S. P. de; MOREIRA, L. Instituto Federal Farroupilha (IFFar): contribuições para a educação profissional e tecnológica na região da Campanha e Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. **Revista Interdisciplinar em Estudos Sociais**, v. 5, n. 1, 2018.
- FREEMAN, R. E. **Strategic Management: A Stakeholder Approach**. Cambridge University Press. 1984.
- GEISSDOERFER, M.; SAVAGET, P.; BOCKEN, N. M. P.; HULTINK, E. J. The Circular Economy – A new sustainability paradigm? **Journal of Cleaner Production**, v. 143, p. 757-768. 2017.
- GEOFF, L. Sustainability accounting—a brief history and conceptual framework, **Accounting Forum**, v. 29, n. 1, p. 7-26, ISSN 0155-9982, 2005.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 173 p. ISBN 9788522458233.
- GOMES, M. F.; FERREIRA, L. Políticas públicas e os objetivos do desenvolvimento sustentável. **Direito e Desenvolvimento**, v. 9, n. 2, p. 155-178, 2018.
- GOMPERS, P.; ISHII, J.; METRICK, A. Corporate Governance and Equity Prices. **Quarterly Journal of Economics**, v. 118, n. 1, p. 107-156, 2003.
- GONÇALVES, J. E.; RODRIGUES, S. B.; MARTINS, H. C.; KILIMNIK, Z. M. Governança e desempenho organizacional nas Universidades Federais Brasileiras. **RGC-Revista de Governança Corporativa**, v. 6, n. 2, 2019.
- GORSUCH, R. L. **Factor Analysis**. Lawrence Erlbaum Associates. 1983.
- HAIR JR., J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J. *et al.* **Análise multivariada de dados**. Grupo A. *E-book*. 2009. ISBN 9788577805341. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788577805341/>.
- HAIR JR., J.F. *et al.* **Análise multivariada de dados**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- HAIR, J.F. *et al.* **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- HAIR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Multivariate Data Analysis: A Global Perspective** (7th ed.). Pearson. 2014.
- HARRISON, J. S.; FREEMAN, R. E.; DODD, M. D Stakeholder Theory as an Ethical Framework. **Business Ethics Quarterly**, v. 25, n. 4, p. 497-525, 2015.
- HART, S. L. A Natural-Resource-Based View of the Firm. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 4, p. 986-1014, 1995. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.acccfor.2004.11.001>.

IPCC. **Climate Change 2021: The Physical Science Basis**. Cambridge University Press, 2021.

JADRIĆ, M.; ČUKUŠIĆ, M.; MIJAČ, T. Relating smart governance as a university feature to students' university perceptions. **Journal of information and organizational sciences**, v. 45, n. 1, p. 1-20, 2021.

JIN, X.; XUE, L. A Study on the Mechanism of ESG's Impact on Corporate Value under the Concept of Sustainable Development. **Sustainability**, v. 15, n. 11, p. 8442. 2023. DOI: <https://doi.org/10.3390/su15118442>.

JOHNSON, R. A.; WICHERN, D. W. **Applied multivariate statistical analysis** (6th ed.). Upper Saddle River, NJ: Pearson Prentice Hall, 2007.

JONES, M. Accounting for the environment: Towards a theoretical perspective for environmental accounting and reporting. *In: Accounting forum*. **No longer published by Elsevier**, 2010. p. 123-138.

KIELING, C. *et al.* Rumo à sustentabilidade desenvolvimento: uma revisão sistemática da literatura da última década sobre o social, meio ambiente e governança e universidades em América latina. **Jornal Internacional de Sustentabilidade no Ensino Superior**, [S. l.], p. 279-298, 23 jan. 2022. DOI: 10.1108/IJSHE-09-2021-0394.

KIELING, G. K.; MIRANDA, T. L.; RECH, D. R. Desafios e Oportunidades para a Implementação de Práticas ESG nas Instituições de Ensino Superior. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental**, v. 17, n. 1, p. 25-40, 2022. DOI: <https://doi.org/10.17507/rea.1701.03>.

KOTSIOS, A.; MYLONAKIS, J.; Pavlatos, O. Adapting Sustainability Frameworks for Higher Education Institutions: A Case Study from Greece. **Journal of Cleaner Production**, v. 220, p. 511-523, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.01.254>.

KRIEGER, D. Pollution Prevention and the Management of Contaminated Sites. **Environmental Science & Policy**, v. 4, n. 5, p. 387-396, 2001.

KUJALA, J. *et al.* A stakeholder approach to value creation and leadership. Leading change in a complex world: **Transdisciplinary perspectives**, 2019.

LINDSTAED, Â. R. de S.; OTT, E. Evidenciação de Informações Ambientais pela Contabilidade: um Estudo Comparativo entre as Normas Internacionais (ISAR/UNCTAD), Norte Americanas e Brasileiras. **Contabilidade Vista & Revista**, [S. l.], v. 18, n. 4, p. 11-35, 2009.

LO, K. Sustentabilidade do campus em chinês instituições de ensino superior Focos, motivações e desafios. **Jornal Internacional de Sustentabilidade no Ensino Superior**, [S. l.], p. 34-43, 1 fev. 2015. DOI: 10.1108/IJSHE-04-2013-0032.

LOBATO, J. *et al.* Os Indicadores de Desempenho e de Qualidade e o Processo de Governança nas Universidades Federais Brasileiras: um estudo multicaso. **Rev. Adm. UFSM, Santa Maria**, [S. l.], p. 594-609, 5 jul. 2019. DOI: 10.5902/19834659 38565.

LOUREIRO, M. R. A instituição da extensão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul: a criação de novas possibilidades formativas. **Educação em Revista**, v. 34, n. 2, 2018.

- LUKMAN, R. *et al.* Rumo à ecologização de um campus universitário: o caso da Universidade de Maribor, Eslovênia. **Resources, Conservation & Recycling**, [S. l.], p. 1-1, 21 abr. 2009. DOI: 10.1016/j.resconrec.2009.04.014.
- MACEDO, P. *et al.* O Impacto do ESG no Valor e Custo de Capital das Empresas. **Revista de Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 25, p. 159-175, 30 nov. 2022. DOI: 10.51341/cgg.v25i2.2802.
- MARSH, H. W.; BALLA, J. R.; MCDONALD, R. P. Goodness-of-Fit Indexes in Confirmatory Factor Analysis: The Effect of Sample Size. **Psychological Bulletin**, v. 103, n. 3, p. 391-410, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1037/0033-2909.103.3.391>.
- MAZZIONI, S. *et al.* Reflexos das práticas ESG e da adesão aos ODS na reputação corporativa e no valor de mercado. **Revista Gestão Organizacional**, v. 16, n. 3, p. 59-77, set.- dez., 2023.
- McCULLAGH, P.; NELDER, J. A. **Generalized Linear Models**. 2. ed. Londres: Chapman and Hall, 1989. 511 p.
- MCCULLOCH, C. E.; SEARLE, S. R. **Generalized, linear, and mixed models**. 2ª. ed. New York, NY: Wiley, 2001.
- MELO, L. K. de; SILVEIRA, J. S. da. O Instituto Federal Farroupilha e a formação de profissionais para o desenvolvimento rural na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. **Revista de Estudos Regionais**, v. 21, n. 1, 2017.
- MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony. **American Journal of Sociology**, v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977. DOI: <https://doi.org/10.1086/226550>.
- MORA, C. *et al.* Sustainability in Higher Education: How to Adapt General Frameworks for Academic Institutions. **Sustainability**, v. 11, n. 24, 6965, 2019. DOI: <https://doi.org/10.3390/su11246965>.
- NEGRÃO, M.; RODRIGUES JUNIOR, M. Análise dos Padrões Internacionais de Governança Pública nas Universidades do Nordeste do Brasil. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace.**, [S. l.], p. 181-189, 19 out. 2022. DOI: 10.13059/RACEF.V13I3.1016.
- NELDER, J. A.; WEDDERBURN, R. W. M. Generalized Linear Models. **Journal of the Royal Statistical Society. Series A (General)**, v. 135, n. 3, p. 370–384, 1972.
- NIELSEN, H.; VILLADSEN, K. The ESG Discourse Is Neither Timeless Nor Stable: How Danish Companies ‘Tactically’ Embrace ESG Concepts. **Sustainability**, v. 15, n. 3, 2766, 2023. DOI: <https://doi.org/10.3390/su15032766>.
- OBERDERFER, M. J.; MAYER, M. A Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e a produção científica sobre envelhecimento humano. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 11, n. 26, 2018.
- OECD. G20/OECD. **Principles of Corporate Governance**. OECD Publishing. 2015.

OLIVER, C. Strategic responses to institutional pressures. **Academy of Management Review**, v. 16, n. 1, p. 145-179, 1991.

OLIVEIRA, J. P.; SILVA, R. T.; SANTOS, M. F. A implementação das práticas ESG nas instituições de ensino superior e sua importância para a sustentabilidade. **Revista de Sustentabilidade e Governança Corporativa**, v. 15, n. 2, p. 123-145. 2023.

OLIVEIRA, J. F.; SILVA, E. C.; SANTOS, P. C. The Challenges of Implementing ESG Practices in Higher Education Institutions. **Educational Policy Analysis Archives**, v. 29, n. 37, p. 1-22, 2021. DOI: <https://doi.org/10.14507/epaa.29.6048>

OXFAM. **Oxfam Report on Dialogue and Development**. Oxfam. 2016.

PAGE, S. E. **The Difference: How the Power of Diversity Creates Better Groups, Firms, Schools, and Societies**. Princeton University Press. 2007.

PARMAR, B. L. *et al.* Stakeholder Theory: The State of the Art. **The Academy of Management Annals**, v. 4, n. 1, p. 403-445, 2010.

PEREIRA, C. A.; ANDRADE, S. M.; LIMA, J. S. Sustainable Practices in Higher Education: Evaluating the Adaptation of ESG Standards. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 22, n. 5, p. 976-993, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1108/IJSHE-09-2020-0375>.

PHILLIPS, R. A. *et al.* **Stakeholder chapter**. The Cambridge handbook of stakeholder theory, p. 3, 2019.

PHILLIPS, R. A. *et al.* What stakeholder theory is not. **Business ethics quarterly**, v. 13, n. 4, p. 479-502, 2003.

PINHEIRO, D.; OLIVA, E. A Atuação da Auditoria Interna na Governança Pública: Um Estudo Baseado na Visão da Alta Administração das Universidades Públicas Federais Brasileiras. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, [S. l.], p. 46-67, 28 abr. 2020. DOI: [10.22561/cvr.v31i2.4933](https://doi.org/10.22561/cvr.v31i2.4933).

PRETTY, J. Agricultural sustainability: concepts, principles and evidence, **Phil. Trans. R. Soc.** B363447–465, 2008. DOI: <http://doi.org/10.1098/rstb.2007.2163>.

QIAN, C. *et al.* **Green Supply Chain Circular Economy Evaluation System Based on Industrial Internet of Things and Blockchain Technology under ESG Concept**. Processes 11, no. 7, 2023.

RATHILAL, S.; RAMJUGERNATH, D.; SINGH, P. Management of Wastewater. **Journal of Water Process Engineering**, 40, 10172, 2021.

ROSA, M. N. S. **A UFESM e sua trajetória: da criação da Escola de Agronomia à Universidade Federal**. Ed. Unifra, 2001.

RUGGIE J. G. **Just Business: Multinational Corporations and Human Rights**. W.W. Norton & Company. 2013.

- SALA, O. E. *et al.* Global biodiversity scenarios for the year 2100. **Science**, v. 287, n. 5459, p. 1770-1774, 2000.
- SALAS-ZAPATA, W. A.; ORTIZ-MUÑOZ, S. M. Analysis of meanings of the concept of sustainability. **Sustainable Development**, v. 27, p. 153–161, 2019. DOI: <https://doi-org.ez47.periodicos.capes.gov.br/10.1002/sd.1885>.
- SANTOS, F. C. N. *et al.* Sustentabilidade empresarial e ESG: uma distinção imperativa. **Revista de Gestão e Secretariado** (Management and Administrative Professional Review), v. 14, n. 1, p. 247-258, 2023
- SZEKELY, F.; KNIRSCH, M. Responsible Leadership and Corporate Social Responsibility: Metrics for Sustainable Performance. **European Management Journal**, v. 23, n. 6, p. 628-647, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.emj.2005.10.008>.
- SCHWEIZER, C. *et al.* Apoio Científico para Redesenhar um Currículo de Ensino Superior em Sustentabilidade. **Sustainability**, [S. l.], p. 11, 30 out. 2019. DOI 10.3390/su11216035.
- SCHWEIZER, L.; ROUSH, M.; MORALES, E. Sustainability in Higher Education: An Analysis of Current Practices and Future Directions. **Journal of Higher Education Policy and Management**, v. 41, n. 3, p. 299-317, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/1360080X.2019.1601134>.
- SHEEMAN, N. *et al.* Threshold concepts and ESG performance: teaching accounting students reconceptualized fundamentals to drive future ESG advocacy. **Accounting Education**, 2022. DOI: 10.1080/09639284.2022.2122727.
- SILVA JUNIOR, A. *et al.* A sustentabilidade na perspectiva de discentes de graduação em Ciências Contábeis: prevalece a lógica oportunista e utilitarista. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 16, p. 93-116, 2019. DOI: 10.5007/2175-8069.2019v16n41p93. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2019v16n41p93/43078>. Acesso em: 24 abr. 2020.
- SILVA, M. R. B.; BEUREN, I. M. Educação Profissional: o processo de integração entre a escola e a empresa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). **Revista de Ciências da Administração**, v. 15, n. 36, 2013.
- SILVA VIEGAS, S. D. F. da; CABRAL, E. R. Práticas de sustentabilidade em instituições de ensino superior: evidências de mudanças na gestão organizacional. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 8, n. 1, p. 236-259, 2015.
- SMIT, B.; BURTON, I.; KLEIN, R. J. T.; STREET, R. The Science of Adaptation: A Framework for Assessment. **Climate Change**, v. 45, n. 1, p. 51-81. 2000.
- STANCIU, I. C. *et al.* Environmental accounting, an environmental protection instrument used by entities. **Annals of the University of Petroșani**. Economics, v. 11, p. 265-280, 2011.
- SUCHMAN, M. C. Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 3, p. 571-610, 1995.
- TABACHNIK, B. G.; FIDELL, L. S. Using multivariate statistics. 6th ed.. Boston, MA: **Pearson Education**, 2013.

TALIENTO, M. Impacto das informações ambientais, sociais e de governança no desempenho econômico: evidências de uma ‘vantagem de sustentabilidade’ corporativa da Europa. **Sustainability**, [S. l.], 2019. DOI: 10.3390/su11061738. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/11/6/1738>. Acesso em: 22 mar. 2019.

TEEB. **The Economics of Ecosystems and Biodiversity Ecological and Economic Foundations**. Earthscan. 2010.

TOLLEFSEN, T. Sostenibilidad como «concepto mágico». **Cuadernos Europeos de Deusto**, n. 64, p. 29-52, 14 may 2021.

TURETTA, M. A.; SOUZA, J. C.; RODRIGUES, E. M. Exploring ESG Practices in Higher Education Institutions: A Comparative Analysis. **Journal of Cleaner Production**, 273, 123085, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.123085>.

UN GLOBAL COMPACT. **The Ten Principles of the UN Global Compact**. 2021.

USAK, M.; HSIEH, M. Y.; CHAN, Y. K. Uma pesquisa concretizadora sobre como fazer valer a sustentabilidade do ensino superior. **Sustentabilidade**, v. 13, n. 5, 2724, 2021.

VOGT, M.; WEBER, C. Current challenges to the concept of sustainability. **Global Sustainability**, 2, E4, 2019. DOI: [doi:10.1017/sus.2019.1](https://doi.org/10.1017/sus.2019.1).

ZHANG, Q.; ZHANG, Y.; LIAO, Q. *et al.* Efeito da tributação verde nas emissões de poluição sob o conceito ESG. **Environ Sci Pollut Res**, v. 30, p. 60196–60211, 2023. DOI: <https://doi-org.ez47.periodicos.capes.gov.br/10.1007/s11356-023-26699-7>

ZHAO, D.; HUANG, X. Fatores ambientais, sociais e de governança e avaliando o valor da empresa: avaliação, sinalização e perspectivas das partes interessadas. **Contabilidade e Finanças** 62, [S. l.], p. 62-62, 2021. DOI: 10.1111/acfi.12849.

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo: Ambiental, Social e Governança no Ensino Superior (ABNT PR 2030): Análise sob a Perspectiva da Comunidade Acadêmica

Pesquisadora responsável: Marcia Helena dos Santos Bento

Instituição/Departamento: UFSM – Colégio Politécnico da UFSM

Telefone e endereço postal completo: (55) 3220-9420. Avenida Roraima, 1000, prédio 70, sala 323-F, 97105-970 - Santa Maria - RS.

Local da coleta de dados: Pesquisa on-line.

Eu, Marcia Helena dos Santos Bento, responsável pela pesquisa Ambiental, Social e Governança no Ensino Superior (ABNT PR 2030): Análise sob a Perspectiva da Comunidade Acadêmica, o convidamos a participar como voluntário deste nosso estudo.

Por meio desta pesquisa pretende-se analisar a relação entre o nível de adesão das IES do Rio Grande do Sul à ABNT PR 2030 e o nível de percepção de sua comunidade acadêmica. Acreditamos que ela seja importante devido a relevância da pesquisa científica na área das práticas ESG e o contexto atual das IES sobre esses princípios, a necessidade de que estudos empíricos analisem o nível de adesão das IES a utilização das orientações sobre a implantação das práticas abordadas na ABNT PR 2030 e a importância do diagnóstico quanto o nível de envolvimento da comunidade acadêmica na adoção das práticas ESG. Para o desenvolvimento deste estudo será realizada a aplicação de questionário auto instrucional. Sua participação constará em responder ao questionário via Google Forms, que será enviado por meios eletrônicos aos participantes.

Sendo sua participação voluntária, você não receberá benefício financeiro. Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores.

A participação neste projeto pode envolver riscos mínimos, tais como cansaço ou constrangimento no decorrer da entrevista ou conversa ou responder ao questionário. Caso isso se manifeste, o participante poderá desistir de seu envolvimento no projeto. Fica, também, garantido o seu direito de requerer indenização em caso de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

Os benefícios que esperamos como estudo são ressaltar teoricamente a necessidade da adoção das práticas e princípios ESG por parte das IES, sob a ótica das recomendações da ABNT PR 2030; demonstrar na visão da comunidade acadêmica os benefícios que a norma ABNT PR 2030, pode proporcionar para a adesão das IES aos princípios ESG; evidenciar os benefícios práticos que as orientações constantes na ABNT PR 2030 podem proporcionar as entidades de ensino superior no processo de adoção do ESG.

Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro

esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores ou com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão divulgadas em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Autorização

Eu, [nome completo do voluntário], após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis

danos ou ris

cos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.

Assinatura do voluntário

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

Local,

ANEXO B – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA NO ENSINO SUPERIOR (ABNT PR 2030): ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA COMUNIDADE ACADÊMICA

Pesquisador responsável: Marcia Helena dos Santos Bento

Instituição: UFSM

Telefone para contato: 55 984077840

Local da coleta de dados: Pesquisa Online.

Os responsáveis pelo presente projeto se comprometem a preservar a confidencialidade dos dados dos participantes envolvidos no trabalho, que serão coletados por meio de sites institucionais (sistemas e meios de comunicação institucionais eletrônicos) e-mails, linkedin e outros meios eletrônicos e digitais, no período de 01 de janeiro a 10 de fevereiro de 2024.

Informam, ainda, que estas informações serão utilizadas, única e exclusivamente, no decorrer da execução do presente projeto e que as mesmas somente serão divulgadas de forma anônima, bem como serão mantidas no seguinte local: Colégio Politécnico da UFSM, Avenida Roraima, 1000, prédio 70, Departamento de Ensino, sala 323-F, 97105-900 - Santa Maria - RS, por um período de cinco anos, sob a responsabilidade de Márcia Helena dos Santos Bento. Após este período os dados serão destruídos.

Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSM em/...../....., com o número de registro Caae

Santa Maria, 04 de dezembro de 2023.



Documento assinado digitalmente
MÁRCIA HELENA DOS SANTOS BENTO
 Data: 04/12/2023 21:38:00 -0300
 Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Márcia Helena dos Santos Bento

ANEXO C – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL



MODELO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu Nídia Heringer, abaixo assinado, responsável pela Instituto Federal Farroupilha, autorizo a realização do estudo AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA NO ENSINO SUPERIOR (ABNT PR 2030): ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA COMUNIDADE ACADÊMICA, a ser conduzido pelos pesquisadores Márcia Helena dos Santos Bento e Cícero Klein Souto.

Fui informado, pelo responsável do estudo, sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Data 04/12/2023

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO
CIENCIA E TECNOLOGIA
FARROUPILHA

Assinado de forma digital por INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA
FARROUPILHA
Dados: 2023.12.04 21:06:47 -03'00'

Assinatura e carimbo do responsável institucional



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

DECLARAÇÃO

Processo nº 23110.000513/2024-54

Interessado: @interessados_virgula_espaco@

Eu Isabela Fernandes Andrade, abaixo assinado, Reitora da Universidade Federal de Pelotas- UFPel, autorizo a realização do estudo AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA NO ENSINO SUPERIOR (ABNT PR 2030): ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA COMUNIDADE ACADÊMICA, a ser conduzido pelos pesquisadores Márcia Helena dos Santos Bento e Cícero Klein Souto.

Fui informado, pelo responsável do estudo, sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Atenciosamente,

(assinatura eletrônica)

Isabela Fernandes Andrade
Reitora da Universidade Federal de Pelotas



Documento assinado eletronicamente por **ISABELA FERNANDES ANDRADE, Reitora**, em 08/01/2024, às 18:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2485468** e o código CRC **D5D0E7A3**.

MODELO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu **Arnaldo Nogaro**, abaixo assinado, responsável pela **Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI**, autorizo a realização do estudo AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA NO ENSINO SUPERIOR (ABNT PR 2030): ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA COMUNIDADE ACADÊMICA, a ser conduzido pelos pesquisadores Márcia Helena dos Santos Bento e Cícero Klein Souto.

Fui informado, pelo responsável do estudo, sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Data: Erechim, 04 de janeiro de 2024.

ARNALDO

NOGARO:46602348000

Assinado de forma digital por
ARNALDO NOGARO:46602348000
Dados: 2024.01.04 15:12:14 -03'00'

Assinatura e carimbo do responsável institucional



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Pampa

AUTORIZAÇÃO 1/2024

Eu, Edward Frederico Castro Pessano, abaixo assinado, Reitor da Universidade Federal do Pampa, autorizo a realização do estudo **AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA NO ENSINO SUPERIOR (ABNT PR 2030): ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA COMUNIDADE ACADÊMICA**, a ser conduzido pelos pesquisadores Márcia Helena dos Santos Bento e Cícero Klein Souto.

Fui informado, pelo responsável do estudo, sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Bagé, 05 de janeiro de 2024.

Edward Frederico Castro Pessano

Reitor



Assinado eletronicamente por **EDWARD FREDERICO CASTRO PESSANO, Reitor**, em 05/01/2024, às 12:36, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1346908** e o código CRC **57DADD15**.

Referência: Processo nº 23100.000245/2024-90

SEI nº 1346908



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
PROESP - PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO



DECLARAÇÃO Nº 15, DE 12 DE JANEIRO DE 2024

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL

Declaramos, para fins de comprovação junto a **Universidade Federal de Santa Maria - UFSM**, anuência para que a pesquisa **AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA NO ENSINO SUPERIOR (ABNT PR 2030): ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA COMUNIDADE ACADÊMICA** seja desenvolvida na Universidade Federal do Rio Grande-FURG, sob coordenação do pesquisador responsável **Cícero Klein Souto**.

Esta anuência é condicionada ao cumprimento, por parte do pesquisador e sua equipe, dos requisitos das Resoluções CNS 466/12 e 510/16, bem como de suas complementares, comprometendo-se a utilizarem os dados dos participantes da pesquisa exclusivamente para fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou comunidade. Ainda, esta anuência também é condicionada à inserção da FURG como instituição coparticipante ou participante na Plataforma Brasil, para que o CEP-FURG realize a apreciação ética, devendo o pesquisador e sua equipe, antes de iniciar a coleta de amostras biológicas e/ou de dados, apresentar os pareceres consubstanciados aprovados emitidos pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição proponente e coparticipante/participante.

EDUARDO RESENDE SECCHI

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Resende Secchi, Pró-Reitor**, em 12/01/2024, às 09:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.furg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0163223** e o código CRC **54B2B782**.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL
REITORIA DO IFRS
GABINETE (REITORIA)**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL Nº 3/2024 - GAB-REI (11.01.01.01)

Nº do Protocolo: 23419.000147/2024-79

Bento Gonçalves-RS, 12 de janeiro de 2024.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, Tatiana Weber, Reitora Substituta do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), autorizo a realização da pesquisa intitulada "AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA NO ENSINO SUPERIOR (ABNT PR 2030): ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA COMUNIDADE ACADÊMICA", a ser conduzido pelos pesquisadores abaixo relacionados. Fui informado pelo responsável do estudo sobre objetivos, metodologia, riscos e benefícios aos participantes da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Foi assegurado pelo pesquisador responsável que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466/2012, que trata da Pesquisa envolvendo seres humanos e que serão utilizados tão somente para a realização deste estudo. Serão, ainda, observadas na íntegra, as disposições constantes na Lei Geral de Proteção de Dados nº 13.709/2018, no tocante à preservação da confidencialidade de todas as informações pessoais coletadas, que serão utilizadas unicamente para atender à finalidade específica da pesquisa, sendo realizada, sempre que possível, a anonimização de eventuais dados pessoais sensíveis.

Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Serão disponibilizados, ao pesquisador, formulário do google forms que apresenta um questionário com 60 questões para serem respondidas.

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, consultar:

CEP/IFRS

E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

Endereço: Rua General Osório, 348, Centro, Bento Gonçalves, RS, CEP: 95.700-000

Telefone: (54) 3449-3340

Pesquisador(a) principal: Cicero Klein Souto

Telefone para contato: 55 984077840

E-mail para contato: cicero.klein@acad.ufsm.br

Demais pesquisadores:

Nome: Márcia Helena dos Santos Bento

Telefone para contato: 55 984174824

E-mail para contato: marciabento@ufsm.br

Documento não acessível publicamente

(Assinado digitalmente em 12/01/2024 15:48)

TATIANA WEBER

REITOR

IFRS / REI (11.01.01)

Matricula: ###962#3



UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC

AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL


Eu, Prof^a. Andréia Rosane de Moura Valim, abaixo assinada, Reitora em exercício da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, localizada na Av. Independência, 2293, em Santa Cruz do Sul – RS, autorizo a realização do estudo AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA NO ENSINO SUPERIOR (ABNT PR 2030): ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA COMUNIDADE ACADÊMICA, a ser conduzido pelos pesquisadores Márcia Helena dos Santos Bento e Cicero Klein Souto.

Fui informada, pelo responsável do estudo, sobre as características e os objetivos da pesquisa, bem como sobre as atividades que serão realizadas na Instituição que represento.

Esta Instituição está ciente de suas responsabilidades como coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e do bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo da infraestrutura necessária para a garantia da segurança e do bem-estar.

Santa Cruz do Sul, 15 de janeiro de 2024.




Prof^a. Andréia Rosane de Moura Valim,
Reitora da UNISC em exercício.

ANEXO D - INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

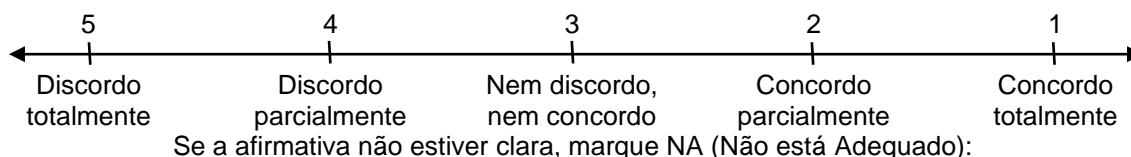
Prezado(a) Respondente:

Esta pesquisa faz parte da minha dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Maria e tem como objetivo analisar o nível de adesão às práticas ambientais, sociais e de governança (de acordo com a norma PR 2030) das IES do Rio Grande Sul e a percepção da comunidade acadêmica.

Sua colaboração é de fundamental importância para a

Procedimentos: Sua participação nesta pesquisa consistirá no preenchimento deste questionário estruturado em quatro partes:

PARTE I: Assinale a alternativa que melhor representa o seu nível de concordância em relação às **práticas ambientais** na instituição (práticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão). Leia com atenção cada afirmativa e utilize a escala abaixo, na qual 5 representa a máxima concordância e 1 o menor grau de concordância.

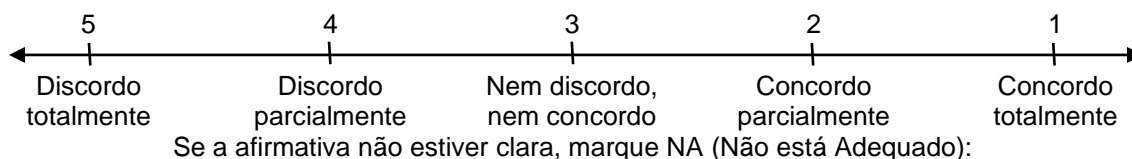


Afirmativas	5	4	3	2	1	NA
MUCL01. Minha universidade está ativamente envolvida na promoção de tecnologias sustentáveis para reduzir as emissões de gases de efeito estufa.						
MUCL02. Acredito que a pesquisa e inovação em tecnologias relacionadas à mitigação das mudanças climáticas são prioridades em minha universidade.						
MUCL03. Minha universidade demonstra preparo para lidar com eventos climáticos extremos por meio de sistemas de alerta precoce.						
MUCL04. A transição para fontes de energia renovável, como solar e eólica, é incentivada e amplamente implementada em minha universidade.						
REHI05. Minha universidade está ativamente comprometida com a gestão sustentável da água, incluindo medidas para reduzir o consumo e promover o reuso.						
REHI06. A minha universidade dá ênfase adequada à mitigação do estresse hídrico e à proteção dos recursos hídricos em suas políticas e práticas.						
REHI07. A gestão dos efluentes na minha universidade é eficaz, com medidas para reduzir o volume de efluentes e garantir tratamento adequado.						
REHI08. A minha universidade procura ativamente fontes alternativas de água não potável para usos menos críticos, promovendo a conservação e o uso eficiente da água.						

DSDT23. A promoção de parcerias entre minha universidade e a comunidade é uma estratégia eficaz para entender e atender às necessidades da comunidade acadêmica.						
DSDT24. A abordagem colaborativa adotada por minha universidade resulta em um planejamento eficaz para lidar com os impactos em nosso ambiente acadêmico.						
DIHU25. Minha universidade valoriza a promoção dos direitos humanos e tem processos internos eficazes para prevenir e corrigir impactos negativos.						
DIHU26. Eu sinto que minha universidade respeita e reconhece o direito dos colaboradores de estabelecer contratos de trabalho voluntariamente, sem ameaças e de acordo com a lei.						
DIHU27. Minha universidade orienta ativamente colaboradores, fornecedores e prestadores de serviços sobre a não utilização do trabalho de menores, exceto quando permitido por lei.						
DIHU28. A abordagem de minha universidade em relação aos direitos humanos e ao trabalho é eficaz em promover um ambiente de trabalho justo e legalmente responsável.						
DIEI29. Minha universidade demonstra um compromisso claro com a inclusão de pessoas com características diversas, criando um ambiente livre de preconceitos e estereótipos, onde a diversidade é valorizada e as capacidades de todos são plenamente reconhecidas.						
DIEI30. Na minha universidade, sinto que todas as pessoas, independentemente de sua diversidade, têm igualdade de condições e oportunidades para participar plenamente da vida acadêmica e comunitária.						
DIEI31. Minha universidade prioriza ativamente a inclusão de pessoas com características diversas em todos os aspectos da vida universitária.						
DIEI32. Eu acredito que a abordagem da minha universidade em relação à diversidade e inclusão é eficaz em promover um ambiente universitário mais igualitário e inclusivo.						
REPT33. Minha universidade investe ativamente em capacitação e educação dos colaboradores, melhorias no ambiente de trabalho para prevenir doenças e acidentes ocupacionais, e promove um ambiente organizacional saudável.						
REPT34. Na minha universidade, a liberdade de associação é respeitada, o direito à negociação coletiva é reconhecido e as políticas de promoção e carreira são transparentes.						
REPT35. Sinto que a minha universidade está comprometida com a promoção da saúde e bem-estar dos colaboradores, além de assegurar um ambiente de trabalho seguro e saudável.						
REPT36. Na minha universidade, a liberdade de associação, negociação coletiva e oportunidades de promoção e carreira são oferecidas de maneira justa e igualitária a todos os colaboradores.						
RSCV37. Minha universidade mantém uma comunicação transparente, fornecendo informações precisas e protegendo a privacidade da comunidade acadêmica.						
RSCV38. Na minha universidade, uma cultura de sustentabilidade é promovida para gerar valor compartilhado e atender às necessidades da comunidade acadêmica.						
RSCV39. Na minha universidade, há um compromisso real com o desenvolvimento sustentável, incluindo o desenvolvimento técnico e gerencial de fornecedores, apoio a fornecedores locais e o estímulo à formação de redes e cooperativas de pequenos fornecedores.						
RSCV40. Sinto que a minha universidade valoriza a construção de uma comunidade acadêmica sustentável, onde a comunicação é transparente, as necessidades da comunidade são atendidas e o desenvolvimento sustentável é uma prioridade.						

PARTE III: Assinale a alternativa que melhor representa o seu nível de concordância em relação às práticas de governança corporativa na instituição (práticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão).

Leia com atenção cada afirmativa e utilize a escala abaixo, na qual 5 representa a máxima concordância e 1 o menor grau de concordância.



Afirmativas	5	4	3	2	1	NA
GOCO41. Minha universidade demonstra um compromisso real com os princípios de transparência, responsabilidade e equidade em sua administração.						
GOCO42. A comunidade acadêmica na minha universidade se sente envolvida na tomada de decisões e na prestação de contas em relação à sustentabilidade e ética.						
GOCO43. A minha universidade tem uma sólida abordagem que busca resultados sustentáveis e éticos em suas operações e decisões administrativas.						
GOCO44. Eu acredito que a minha universidade efetivamente aplica um conjunto de princípios e práticas que promovem a transparência, responsabilidade, equidade e prestação de contas em suas atividades.						
COEM45. Minha universidade demonstra um compromisso genuíno com comportamentos éticos e responsáveis em todas as suas operações e relações comerciais.						
COEM46. A comunidade acadêmica na minha universidade percebe a integridade e a transparência como fundamentais em suas interações com a instituição.						
COEM47. Eu acredito que a minha universidade respeita e promove ativamente os direitos humanos em suas atividades e parcerias.						
COEM48. Minha universidade é eficaz no cumprimento de normas e regulamentos para promover a sustentabilidade e a responsabilidade social.						
PRCG49. Na minha universidade, os métodos de monitoramento e avaliação são eficazes para garantir o cumprimento dos objetivos institucionais.						
PRCG50. A comunidade acadêmica da minha universidade percebe que as ações tomadas visam melhorias contínuas nas operações da instituição.						
PRCG51. A minha universidade adota métodos e ações que são éticos e alinhados com práticas sustentáveis em suas operações.						
PRCG52. Eu acredito que a minha universidade utiliza métodos e ações para direcionar suas operações de forma eficiente e eficaz.						
TRGE53. Na minha universidade, as informações fornecidas são claras e acessíveis para a comunidade acadêmica e outras partes interessadas						
TRGE54. A minha universidade pratica a prestação de contas por meio da divulgação de informações honestas sobre suas operações e decisões.						
TRGE55. A comunidade acadêmica da minha universidade confia nas informações que são disponibilizadas sobre o desempenho da instituição.						
TRGE56. Eu acredito que a minha universidade pratica a transparência de forma eficaz em suas operações.						

PARTE IV: Dados sociodemográficos.

Gênero: () Feminino () Masculino () Não me identifico com nenhum dos anteriores. ()

Prefiro não responder.

Idade: _____

Escolaridade:

- ensino fundamental incompleto.
- ensino fundamental completo.
- ensino médio incompleto.
- ensino médio completo.
- curso superior incompleto. Qual área: _____
- curso superior completo. Qual área: _____
- pós-graduação incompleta. Qual área: _____
- pós-graduação completa. Qual área: _____

Local de trabalho (cidade/estado): _____

Instituição de Ensino Superior (IES) que possui vínculo: _____

Tipo de vínculo com a IES:

- estudante.
- técnico administrativo em educação.
- terceirizado.
- professor.
- outro: _____.

Se estudante, você já cursou alguma disciplina de sustentabilidade?

- Sim.
- Não.

Se TAE ou professor, qual o seu nível de conhecimento sobre sustentabilidade?

- não tenho conhecimento.
- tenho conhecimento, mas não me sinto preparado para inserir o tema em minhas atividades.
- utilizo os conhecimentos de sustentabilidade em minhas atividades.
- sou coordenador ou participante de projeto(s) que abordam a sustentabilidade.

Tempo de vínculo com a IES:

- menos de 1 ano.
- de 1 a 5 anos.
- de 6 a 10 anos.
- de 11 a 15 anos.
- de 16 a 20 anos.
- mais de 20 anos.